



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Departamento de Letras e Artes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS - PROGEL



PATRICIA COSTA DE SANTANA

**CAMPO E CIDADE, CAMINHOS ENTRECruzADOS:
UMA LEITURA DE CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ**

Feira de Santana, BA
2016

PATRICIA COSTA DE SANTANA

**CAMPO E CIDADE, CAMINHOS ENTRECruzADOS:
UMA LEITURA DE CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural, da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Literatura e Diversidade Cultural.

Orientador: Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Patrício

Feira de Santana, BA
2016

PATRICIA COSTA DE SANTANA

**CAMPO E CIDADE, CAMINHOS ENTRECruzADOS:
UMA LEITURA DE CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural – PPGLDC da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Literatura.

Aprovada em 05 de agosto de 2016.

Profa. Doutora Rosana Maria Ribeiro Patrício
Orientador – UEFS

Profa. Doutora Nancy Rita Ferreira Vieira
UFBA

Prof. Doutor Luiz Antonio de Carvalho Valverde
UEFS

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

Santana, Patricia Costa de
S223c Campo e cidade, caminhos entrecruzados : uma leitura de crônicas de
Rachel de Queiroz / Patricia Costa de Santana. – Feira de Santana, 2016.
131 f.: il.

Orientadora: Rosana Maria Ribeiro Patrício.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-graduação em Estudos Literários - PPGE, 2016.

1. Literatura brasileira - Crônicas. 2. Queiroz, Raquel de, 1910-2003. 3.
Campo. 4. Cidade. 5. Crítica literária. I. Patrício, Rosana Maria Ribeiro, orient.
II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 869.0(81).09

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Antonio Clementino e Neusa Maria, meu irmão Luís Gustavo, por sempre serem as minhas fontes de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, que escolheu o melhor momento para me presentear.

Aos meus familiares: Pai, mãe, irmão, que sempre acreditaram no meu sonho. E também à família Pereira: D. Marinalva, Tânia e Gilson.

À minha orientadora, que tive o privilégio de ser aluna desde a graduação e que me apresentou a literatura de forma mais encantadora.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação pelos conteúdos e ensinamentos transmitidos, em especial, o Professor Doutor Jorge Araújo e o Professor Doutor Luiz Antonio Valverde, que me deram contribuições fundamentais na qualificação.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, presentes que ganhei desde 2014.2.

Aos funcionários do PROGEL pela disponibilidade e atenção dispensadas à minha turma.

Aos professores da banca, que se dispuseram à leitura do meu trabalho, dando contribuições valiosas para a conclusão da mesma.

Aos meus pastores Josias Aureliano Filho e Ana Paula Santana, ao Teatro Getsêmani, ao grupo de oração Irmandade, ao Ministério de Música (MIMUS) e aos irmãos que torceram e oraram por mim.

Aos meus amigos do Colégio Estadual José Bonifácio, que acompanharam o início da minha trajetória.

Aos meus amigos do Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo II Alberto Tôrres, que vivenciaram de perto todas as dificuldades que enfrentei para chegar a este momento.

Aos amigos-irmãos Claudia Santana e Fabio Ribeiro, que foram fundamentais em todo processo.

Aos meus incentivadores: Nathalya Santos, Moacir Aragão, Copérnico Mota, Ainat Silveira, Jânio Roque Castro, Josenildo Conceição, Maria da Glória Almeida, que me impulsionaram a voltar ao meio acadêmico após dez anos de formada.

Às minhas amigas eternas Lívia Flávia Fernandes e Selma Andrade (in memoriam), que se estivessem aqui estariam comemorando comigo.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para que o meu sonho se tornasse realidade.

Louvado para Rachel de Queiroz

Louvo o Padre, louvo o Filho,
o Espírito Santo louvo.
Louvo Rachel, minha amiga,
nata e flor do nosso povo.
Ninguém tão Brasil quanto ela,
pois que, com ser do Ceará,
tem de todos os estados
do Rio Grande ao Pará..
Tão Brasil: quero dizer
Brasil de toda maneira. (...)
Louvo a sua inteligência,
e louvo o seu coração.
Qual maior? Sinceramente,
meus amigos, não sei não.
Louvo os seus olhos bonitos,
louvo a sua simpatia.
Louvo a sua voz nortista,
louvo o seu amor de tia. (...)
Louvo o seu romance O Quinze
e os outros três; louvo As Três Marias especialmente
mais minhas que de vocês.
Louvo a cronista gostosa.
Louvo o seu teatro: Lampião
e a nossa Beata Maria.
Mas chega de louvação,
porque, por mais que a louvemos,
nunca a louvaremos bem.
Em nome do Pai, do Filho e
do Espírito Santo Amém.

(Manuel Bandeira)

RESUMO

Esta dissertação constitui um estudo das relações entre campo e cidade em crônicas de Rachel de Queiroz (1910-2003), a fim de compreender as aproximações entre o lugar, a paisagem e a manifestação do sujeito que busca afirmar sua identidade cultural. A crônica apoia-se em acontecimentos cotidianos, permitindo conhecer o contexto de uma determinada época e por esta razão a escolha deste gênero como objeto desta pesquisa. Este trabalho demonstra que a contextualização social e econômica do século XX está presente na composição da crônica de Rachel de Queiroz, como uma contribuição relevante à literatura brasileira. Essa temática está relacionada com a importância das imagens intrínsecas ao campo/cidade na crônica, a forma como dialogam, se ajustam e, ao mesmo tempo, se diferenciam. Enfim, este estudo constitui uma tentativa de ampliar a abordagem crítica acerca da escritora, já que muitos trabalhos se direcionam aos estudos de gênero em seus romances, confirmando sua importância no cenário brasileiro do século XX.

Palavras-chave: Crônica. Campo. Cidade. Rachel de Queiroz.

ABSTRACT

This dissertation is a study of the relationship between country and city in Rachel de Queiroz chronics (1910-2003) in order to understand the similarities between the place, the landscape and the manifestation of the man who seeks to affirm their cultural identity. Chronic relies on everyday events, allowing to know the context of a particular time and for this reason the choice of this kind as the object of this research. This work shows that the social and economic context of the twentieth century is present in chronic composition of Rachel de Queiroz, as a relevant contribution to Brazilian literature. This theme is related to the importance of intrinsic images to the field / city in chronic, the way of the dialogue, fit and at the same time, differ. Finally, this study is an attempt to expand the critical analysis of the writer, as many jobs are directed to gender studies in its romances, confirming its importance in the Brazilian scene of the twentieth century.

Keywords: Chronicle. Field. City. Rachel de Queiroz.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2 RACHEL DE QUEIROZ: UM NOME, UM ESTILO, UMA VOZ.....	25
3 SER(TÃO) SERTANEJO: O CAMPO EM CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ	49
4 UM OLHAR SOBRE A CIDADE: DISSABORES AO PROGRESSO EM CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	97
ANEXOS.....	104

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Diversificação das ideias sobre educação da mulher.....	19
FIGURA 2 – Chuva no Ceará em 1944.....	54
FIGURA 3 – Verde no Ceará.....	60

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Buscar uma escritora que representasse a fibra da mulher nordestina, durante muito tempo, foi meu intuito no meio acadêmico, até porque sempre ouvi minha mãe narrar o quanto foi dolorosa a sua permanência temporária em São Paulo e as diversas discriminações que sofreu quando saiu do interior da Bahia e foi morar na cidade grande na década de 1970.

Quando fui aluna da Profa. Dra. Rosana Patrício, na graduação, ela me apresentou sua paixão pelas escritoras brasileiras e seus perfis femininos. Então idealizei estudar uma escritora nordestina e me deparei com as obras de Rachel de Queiroz. De primeira instância, quis me aprofundar em seus romances e em algumas personagens femininas, mas quando passei a fazer parte do Programa de Pós-Graduação, minha orientadora não estava mais desenvolvendo o projeto sobre escritoras brasileiras e sim imagens urbanas na literatura brasileira. Diante disso, dei uma nova roupagem ao meu projeto de pesquisa, continuando com a escritora Rachel de Queiroz, mas enfocando a dicotomia campo e cidade em suas crônicas, já que este gênero e a temática abordada ainda são pouco estudados em obras da referida escritora.

O título *Campo e cidade, caminhos entrecruzados: uma leitura de crônicas de Rachel de Queiroz* surgiu da interação da escritora nos dois ambientes, inclusive das suas vivências tanto no espaço campestre quanto citadino. Tais reflexões me fizeram investigar as peculiaridades de espaços brasileiros referentes a campo e cidade, num período de intenso progresso no Brasil do século XX.

As crônicas escolhidas para estudo foram compostas num período de acentuadas transformações no país e no mundo, entre as décadas de 1940 e 1970. Podemos destacar alguns fatos: na década de 40, vivemos o conflito gerado pela 2ª Guerra Mundial, o holocausto, bombas atômicas assolaram as cidades de Hiroshima e Nagasaki, o avanço tecnológico a partir da criação do primeiro computador e helicóptero, a inserção de diversos produtos americanos no nosso país. Nos anos 50, continuou a revolução tecnológica com a chegada da televisão e diversas descobertas científicas. Os anos 60 foram invadidos com uma grande revolução comportamental, tivemos a segunda onda do feminismo, movimentos em favor do homossexualismo, dos negros, da cultura hippie. Na tecnologia, a internet começou a tomar forma. E, por fim, os anos 70, vivenciados pela crise do petróleo e pela ditadura militar.

Sendo assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, analisando e caracterizando as relações de valorização do campo e de censura à cidade, já que campo e cidade têm sido cada

vez mais estudados na literatura, visto que este é um dos caminhos que permitem conhecer as vivências de uma época.

Rachel de Queiroz despontou como escritora aos 16 anos de idade. Sua carreira iniciou-se como jornalista. Suas crônicas foram publicadas no *Diário de Notícias* (RJ), *O Jornal* (RJ), *Última Hora* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ), *O Estado de S. Paulo* (SP) e a revista *O Cruzeiro* (SP), *Diário da Tarde* (BH), *Diário de Pernambuco* (PE), tendo contribuído também na reportagem e na redação de *O Ceará* e do jornal *O Povo*, de Fortaleza.

Hollanda (2010) destacou que dos trabalhos realizados na imprensa por Rachel de Queiroz, as crônicas foram o meio que esta encontrou para registrar suas recordações, opiniões, afetos, indignações. Queiroz se dedicou ao texto cronístico por 77 anos e através dele defendia seu ponto de vista a respeito dos questionamentos que permeavam o contexto social em que estava inserida. Através da crônica, a escritora pôde exercitar e se aprofundar na escrita entre o jornalismo e a literatura.

Posto isto, é importante apresentarmos um pouco da trajetória da crônica brasileira para uma melhor compreensão do gênero. A crônica é oriunda do grego *chronikós*, no latim *chronica* e está sempre relacionada ao tempo, uma vez que os acontecimentos são contados em ordem cronológica. Saramago (1986) declarou que “[...] ao cronista compete ser registrador do tempo, o seu particular e aquele em que mais alargadamente vive” (p.195). Arrigucci Jr. (1987), em *Enigma e comentário*, reforçou que “[...] a crônica sempre tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo” (p. 51). E Neves (1992) assegurou que “[...] a crônica guarda sempre de sua origem etimológica a relação profunda com o tempo vivido” (p. 82). Tanto a crônica antiga quanto a atual possui ligação direta com a história e o tempo e, a atual, com uma função a mais, que é a abordagem do cotidiano, valorizando fatos pequenos e situações comuns, cabendo então ao cronista, selecionar os episódios e eventos que serão satisfatórios para a construção da narrativa. Para Arrigucci Jr. (1987), a “[...] crônica pode constituir o testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou um meio de se inscrever a História no texto” (p. 52). Neves (1992) expôs que as crônicas permitem a percepção dos seus leitores quanto à sua relação com a ficção e a História. Em crônicas publicadas no final do século XIX ao século XX, podemos considerá-las como documentos, já que estas estão inseridas em um “tempo social” em constantes transformações, trazendo novidades ao contexto da época, além de imagens que representam o progresso em ascensão, em especial, no Rio de Janeiro, onde “[...] o gênero nasceu, cresceu e se fixou” (RESENDE, 1995, p. 35).

Faremos um retrospecto quanto à finalidade da crônica no decorrer dos anos. Partindo das crônicas medievais, estas narrativas mencionavam aspectos da vida cotidiana na sociedade da época. O tempo em destaque era o cronológico e nelas era possível compreender o contexto histórico vivido por seus narradores e personagens. Os cronistas desse período baseavam-se no tempo regido pela natureza, através das mudanças das estações do ano e pela influência dos astros celestes. Além disso, respaldavam-se nos acontecimentos para que, a partir deles, os mitos fossem criados. Eram conhecidos como pagãos e cultuavam os antepassados. Mas, com a passagem do período pagão para o cristão, o tempo passou a ser visto com uma nova perspectiva: Deus passou a ser o centro do universo, tudo girando em torno da religião. Podemos concluir que houve a união de dois tempos, um circular, constituído pelas estações do ano, e outro movido pela liturgia, através dos acontecimentos da vida de Jesus Cristo (Páscoa, Pentecostes, Natal, etc.). Nesta época, o anúncio das horas dava-se com o badalar dos sinos. Mas, no século XIII, surgiram os relógios mecânicos e o tempo passou a ter uma nova organização, voltado para o ganho, passando a ter um preço. E foi neste momento também, do século XIII ao XV, que a igreja católica conservou o tempo passado, da memória, utilizando-se da escrita para registrar fatos memoráveis de Cristo e dos santos. Para isso, produzia hagiografias, anais religiosos e crônicas eclesiásticas, com o intuito de fazer parte da história de um povo. O cronista preocupava-se apenas em documentar os acontecimentos da maneira como eles se sucederam, sem ter a pretensão de interpretá-los, apresentando-se como um contador de histórias.

Mencionamos ainda a Crônica Universal, elaborada pelo bispo Eusébio de Cesaréia, no século IV, que registrava o passado através de duas formas: a crônica e a história. Para ele, a primeira era um relato mais sucinto, enquanto a segunda seria uma visão mais ampliada dos acontecimentos. A partir do século XII, os textos do bispo Eusébio deixaram de ser a base para a construção das crônicas, e os cronistas começaram a se tornar mais autônomos, independentes. As crônicas, no período supracitado, passaram a ser a principal forma de erudição histórica. No decorrer dos séculos XIII e XIV, a crônica ganhou destaque, mas, com a chegada do Humanismo, a história se sobressaiu e a crônica voltou a ser um gênero menor. Para Candido (1992) não há problema de a crônica ser considerada um gênero menor, pois “[...] assim ela fica perto de nós” (p. 13). No século XV, muitas crônicas descreviam a nova terra, o Brasil, e Pero Vaz de Caminha pode ser considerado um bom exemplo de cronista, já que registrou todo o contato existente entre ele, os índios e seus costumes, sendo fiel às circunstâncias, ao ponto de instaurar o princípio básico da crônica, o registro das circunstâncias. Os textos produzidos por alguns viajantes e missionários europeus a respeito

do Brasil, apesar de serem considerados como fontes históricas, foram os primeiros indícios do surgimento da Literatura Brasileira, pois suas narrativas serviram de subsídios para a constituição da identidade literária e cultural brasileiras.

O gênero crônica chegou ao Brasil, em 1838, com a obra *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas. A partir de então, os folhetins-romance foram divulgados diariamente no *Jornal do Comércio*¹ (RJ), e em 1844 um folhetim-romance ganhou destaque, *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, chegando a ser publicado em vários volumes até 1845. Robert Moses Pechman destacou que:

Depois desse aparecimento do *folhetim dos folhetins*, ele não parou mais de ser reproduzido (ao longo de todo o século e pelo século seguinte) e imitado. Em 1847, foram *Os Mistérios do Brasil*; em 1851, *A Família Morel* (adaptação de *Os Mistérios de Paris*); em 1852, *Mistérios del Plata*; em 1861, *Os Mistérios da Roça*; em 1876, *Os Mistérios do Recife*; em 1882, *Os Mistérios da Tijuca*; e, em 1922, os *Mistérios do Rio* (PECHMAN, 2002, p. 313).

Moisés (2007) declarou que, de José de Alencar até Machado de Assis, as narrativas eram conhecidas como folhetins². Mas, a partir do século XIX, algumas mudanças foram ocorrendo no gênero. Este começou a perder o caráter historicista, passando a obter uma forma mais literária, ligada ao jornalismo. Para Meyer (2005), a literatura francesa serviu de modelo para os jornais brasileiros. Diversos folhetins-romance foram traduzidos e publicados no rodapé do jornal. Machado de Assis, no jornal *O Espelho*, em 30 de outubro de 1859, evidenciou na crônica *O Folhetinista* a influência parisiense na literatura brasileira:

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. [...] Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o boulevard e café Tortoni, de que está sobre um mac-adam lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto. [...]

Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil.

Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses

¹ Considerado um dos mais antigos jornais que já circulou na América Latina. Sua primeira edição foi publicada em 1º de outubro de 1827, editada por Pierre Plancher, mestre das artes gráficas em Paris. Nos dias hodiernos, a presidência do jornal fica a cargo de Mauricio Dinepi.

² Espaços dedicados no rodapé da primeira página dos jornais para a exposição de acontecimentos considerados importantes e que se sucederam no decorrer da semana. Também eram um meio de divulgação dos capítulos romanescos e, além disto, veiculava estreias de espetáculos teatrais, bailes, festas religiosas, dentre outros assuntos que compunham o cenário carioca.

arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa (ASSIS, 2013, p. 44, 47).

Assim como Machado de Assis, Roncari (1983) atestou que inicialmente a crônica no Brasil foi construída no mesmo formato europeu, mas encontrou dificuldade em se solidificar por meio deste modelo, já que os escritores brasileiros começaram a atentar para o cenário linguístico interno. Diante disso, passando por várias fases, a literatura brasileira sempre buscou abrasileirar seus textos e, nessa busca, a literatura encontrou-se com a vida mundana, surgindo assim o narrador-repórter, o cronista que deixa a redação do jornal para ir ao encontro dos acontecimentos, muito bem representado por João Paulo Alberto Coelho Barreto, o saudoso João do Rio, que foi considerado pela crítica um cronista mundano por excelência (SÁ, 1997). Esta ida em busca do novo, das situações corriqueiras que poderiam estar estampadas nos jornais, muitas vezes acontecia em bares ou bulevares, lugares que os permitiam “[...] vivenciar a vida nas ruas, no que ela tem de sórdido e de sublime, para que se pudesse escrever sobre este ser misterioso, de múltiplas faces e significados: a cidade” (RIBEIRO, 2001, p. 31). Para Soares (2014), no contexto vigente, a crônica é um gênero urbano pertencente ao meio de comunicação, revistas e jornais, estando intrinsecamente voltada para o registro escrito do cotidiano da cidade, independente de qual seja ela.

De acordo com Coutinho (2004), o termo folhetim não perdurou e foi utilizado para designar a seção do jornal em que eram publicadas não só as crônicas como também ficção e todas as formas literárias. Segundo Neves (1992), a crônica é “[...] um gênero largamente utilizado pelos grandes intelectuais da época como por todos aqueles que aspiravam a viver das letras” (p. 81). Com o período modernista, a partir das primeiras décadas do século XX, a produção jornalística difundiu-se ainda mais, os escritores preocupavam-se em produzir textos com uma linguagem mais próxima do povo, que os desencarcerassem dos moldes portugueses, buscando também não só registrar os fatos, mas agregando um tom lírico e lúdico ao texto jornalístico. Já que pela “[...] sua força poética, pelo seu lirismo, ela consegue, através de seus melhores autores, driblar a contingência dos acontecimentos passageiros, à qual parecia estar condenada” (RIBEIRO, 2001, p. 34). Complementou ainda Candido (1992) que a crônica, para destacar-se, não precisa possuir em sua construção palavras e períodos que ressaíam no texto. É na simplicidade das pequenas coisas, dos fatos corriqueiros, que encontramos ou percebemos suas facetas, de forma verdadeira, poética e, acima de tudo, humorística.

Outro aspecto importante foi a publicação da crônica em livros. Através da compilação, das antologias, esta foi perdendo o caráter momentâneo, deixando de disputar um espaço no jornal para ter seu próprio espaço nos livros, pois “[...] quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (CANDIDO, 1992, p. 14, 15). Além disto, Portella (1977) declarou que a passagem da crônica do jornal para o livro deixou-a mais específica e autônoma. Para Marcus Vinicius Nogueira Soares, a crônica, no século XX, deu uma alavancada quando deixou de ser publicada só em periódicos e passou a ser lida nos livros:

Na verdade, é como se a partir desse momento ela se tornasse um fenômeno perceptível, disponível à leitura, na medida em que ela estaria, na transição, superando as condições efêmeras de seu suporte de origem, o jornal, rumo a uma suposta transcendência literária favorecida pela materialidade do livro (SOARES, 2014, p. 10).

Destarte, muitos autores se consagraram escrevendo crônicas: João do Rio (1900 e 1920), Rubem Braga (1930) e consecutivamente outros autores foram se destacando na literatura: Rachel de Queiroz, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Henrique Pongetti, Paulo Mendes Campos e tantos outros (MOISÉS, 2007). A literatura brasileira está repleta de escritores que se debruçaram na composição de crônicas, mas salientaremos a seguir a importância das mulheres que se dedicaram à literatura e aos periódicos, da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX.

Diante disto, faremos um retrospecto desde a chegada da imprensa ao Brasil. Em 13 de maio de 1808, D. João VI concedeu, por meio de um decreto, o funcionamento da primeira tipografia, *Impressão Régia*, que veio juntamente com ele para o Brasil, e nela só podiam ser impressos assuntos referentes à legislação e à diplomacia real. Pouco tempo depois, o príncipe regente nomeou um grupo de pessoas que analisariam todo o material publicado, não sendo permitida a impressão de nada que se referisse contra a religião, o governo e os bons costumes. Logo, a imprensa e a censura nasceram simultaneamente.

Podemos mencionar duas datas para o surgimento da imprensa: a primeira, 1º de junho de 1808, no lançamento do *Correio Braziliense*, em Londres e 10 de setembro de 1808, com o início da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* foi fundado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da fronteira com o Uruguai. As publicações do jornal perduraram de junho de 1808 a dezembro de 1822, todas voltadas para o Brasil. O único jornal que estava livre de censura, que era distribuído de forma clandestina no Brasil e um dos primeiros que criticou a atuação de D. João VI em seu

governo. Já a *Gazeta do Rio de Janeiro* perdurou de setembro de 1808 a dezembro de 1822, tendo como editor o Frei Tibúrcio José da Rocha e como redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães – o primeiro jornalista profissional do Brasil. Suas publicações aconteciam duas vezes por semana, era considerado um jornal oficial, que se preocupava em fazer comunicados do governo, dar informações sobre a política internacional e das guerras napoleônicas.

Muitas transformações naquele período também alcançaram as mulheres da época, pois estas deixaram de ficar apenas em seus lares, cuidando dos afazeres domésticos e começaram a mudar suas vestimentas e a envolver-se com os novos padrões da cultura carioca, frequentando óperas e teatros. Segundo Buitoni (2009), “[...] a existência da corte passou a influir na vida da mulher do Rio de Janeiro, exigindo-lhe mais participação. O Rio estava deixando seu caráter provinciano para ser uma capital em contato com o mundo” (p. 31). Assim, uma nova mulher começou a surgir no cenário brasileiro, mesmo vivendo uma série de preconceitos e sendo oprimida pela dominação masculina.

Ressaltamos que, além da dominação masculina, outro aspecto deixava a mulher à margem da sociedade: a ela não cabia o ofício de educar-se. Para seus maridos, saber rezar, trocar duas ou três palavras em francês e tocar algumas notas ao piano já eram suficientes para as mulheres que viveram parte do século XIX.

Segundo Zilberman (1993), no texto *Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX*, alguns depoimentos de viajantes estrangeiros relatavam a falta de educação formal das mulheres brasileiras, em que estas eram vistas como ignorantes, de má aparência, praticavam maus tratos aos escravos e eram fúteis. Marisa Lajolo e Regina Zilberman reforçam no livro *A formação da leitura no Brasil*:

O panorama decorrente dos depoimentos até aqui reproduzidos sugere que o universo de leitura da mulher brasileira é dos mais restritos, no que, aliás, se afina bastante à sociedade em que vive. Ilustrada na maioria dos casos, a mulher brasileira faz parte de um mundo para o qual o livro, a leitura e a alta cultura não parecem ter maior significado (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011, p. 319).

De acordo com Guacira Lopes Louro (2009), no texto *Mulheres na sala de aula*, publicado no livro *História das mulheres no Brasil*, de Mary Del Priore, após o grande feito no ano de 1822, a Independência, o Brasil precisou tomar forma, desvinculando-se dos traços europeus e perdendo as marcas que o caracterizavam como um país colonial, em

constante atraso, inculto e primitivo. Sendo assim, nasceu a necessidade de investir um pouco mais na educação brasileira, já que a maioria de sua população permanecia no analfabetismo.

Louro mencionou os *Annaes do Parllamento Brasileiro* para demonstrar que no decorrer do ano de 1827, surgiram “[...] as escolas de primeiras letras” ou “pedagogias, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império” (2009, p. 444), sendo que a educação fornecida para os meninos era diferente da oferecida para as meninas. Naquela sociedade, as divisões de classe, etnia e raça determinavam o tipo de educação que cada menino e menina deveriam ter. A autora ainda acrescentou:

[...] havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas e masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura (LOURO, 2009, p. 444).

Desta forma, constatamos que a intenção de inserir uma menina na escola era apenas para ensiná-la a como cuidar do lar, do marido e dos filhos. Não era pretensão, no contexto da época, que a mulher pudesse, a partir dos estudos, ter uma profissão, que a equiparasse ao homem e, sim, que tivesse um pouco de instrução para acompanhá-lo e bem representá-lo diante da sociedade. Para Telles (2009), quando a mulher buscava ser maternal e delicada, voltada para os afazeres domésticos, era motivada pelo bem, mas quando se dirigia a atividades fora dos padrões femininos, estava sendo impulsionada por uma força maligna. Diante disto, percebemos as diversas dificuldades em torno da profissionalização da mulher.

Em um estudo feito por Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes (1989) sobre o documento *Polianteia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios, Rio de Janeiro, 1881*, mencionou-se o pensamento masculino em relação à educação feminina e nesta análise foi possível detectar seis ideias que retratavam o tema e a quantidade dos colaboradores que escreveram sobre educação/profissionalização feminina:

Figura 1

<i>Diversificação das ideias sobre educação da mulher</i>	<i>Número de colaborações</i>
---	-------------------------------

1	A educação deve preparar a mulher exclusivamente para o lar e jamais contribuir para a sua emancipação intelectual ou profissional	9
2	Ideias evasivas que não chegam a definir educação feminina	9
3	A educação deve completar a formação feminina	7
4	A educação da mulher consiste, sobretudo, em uma preparação moral e religiosa	16
5	Educar a mulher é contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo	63
6	A educação da mulher representa sua emancipação	23

Fonte: Bernardes, 1989, p. 23.

Na escala supracitada, Bernardes apresentou as ideias dos colaboradores, partindo da mais conservadora para a mais liberal, demonstrando o processo de emancipação da mulher. De acordo com os dados levantados, notamos o quão distante estava o ideal emancipatório para a mulher, sendo que este estava sempre ligada a ações que valorizassem seu papel em torno do cuidado com a família, o lar e os filhos. Sendo assim, “[...] o casamento é visto nessa sociedade como único vínculo de prestígio na ascensão social da mulher” (BERNARDES, 1989, p. 6, 7).

Por muitos anos, a mulher foi idealizada de uma maneira tal que demonstrasse pureza, simplicidade, meiguice e todas as características que a tornassem melhor esposa e exemplar dona de casa. Portanto, todas as suas ações deveriam estar voltadas para a satisfação do marido. Mas com o processo de modernização, que atingiu não só o Rio de Janeiro e sim o país como um todo, através da urbanização, industrialização e das novas tecnologias instauradas na sociedade brasileira, tivemos diversas mudanças em relação à educação feminina e os papéis desempenhados pelas mulheres no corpo social em que estavam inseridas.

Nesse contexto, as mulheres começaram a sentir necessidade de fazerem parte deste corpo, de forma mais precisa, notória e estabelecendo um legado histórico e social, buscando essa inserção por meio da escrita. A força feminina aliada ao movimento feminista, juntamente com o cientificismo, que estava em processo de ascensão, foram o estímulo necessário para que publicações de autoria feminina circulassem no Brasil. O surgimento da

imprensa feminina em 1852 abriu espaço para a criação de diversos jornais e revistas que discutissem a importância da mulher na sociedade. Inúmeros artigos, crônicas, poemas, contos, romances, dentre outros gêneros, defendiam uma educação formal para as mulheres, a sua emancipação, a independência feminina, a sua inserção no espaço público, ou seja, um leque de variedades de assuntos condizentes com o contexto histórico, social e político vivido por elas. Diversas mulheres se dedicaram à prosa, à poesia e à crônica compondo um acervo literário de um período conflituoso e invisível para muitas delas, escrevendo sobre sua condição na sociedade, que até então era reprimida e ofuscada pela dominação masculina.

Muitas mulheres contribuíram no passado para que o nosso presente fosse marcado com a presença feminina não só na literatura, mas em várias funções na sociedade. Podemos citar a existência de Nísia Floresta, Violante Atalipa, Josefina Álvares de Azevedo, Carmem Dolores, Narcisa Amália, Amélia Rodrigues, Júlia Lopes de Almeida, Revocata Heloísa, Úrsula Garcia, Presciliana Duarte, Francisca Júlia, Auta de Souza, Francisca Senhorinha, dentre outras, que enfrentaram as amarras da pressão masculina e demarcaram seus espaços na literatura. Podemos listar alguns periódicos que foram fundamentais para o grito de liberdade da mulher brasileira: *O Jornal das Senhoras*, *O Lyrio*, *O Bello Sexo*, *Echo das Damas*, *A Família*, *A Violeta*, etc.

A mulher do passado e a atual, para solidificarem sua escrita e ocuparem seu espaço como escritoras, enfrentaram e enfrentam uma luta contra os preconceitos literários, que menosprezam o papel feminino, envaidecendo o masculino, fazendo com que se sintam excluídas em relação aos homens. Para Bourdieu (2010), “[...] ser, quando se trata de mulheres, é, como vimos, ser-percebido, e percebido pelo olhar masculino, ou por um olhar marcado pelas categorias masculinas” (p. 118), deixando mais que evidente a força da visão masculina em relação à mulher.

E foi neste trabalho incessante em ocupar seu lugar no espaço público que, no século XX, outras mulheres continuaram a percorrer os caminhos da escrita, deixando seus exemplos para as do século XXI, discutindo temas que permeavam o cotidiano, interagindo com as modificações constantes no contexto da época, geradas pela modernidade. Destacamos, assim, a escritora Rachel de Queiroz que abordou diversas temáticas em suas narrativas, mas evidenciamos nesta pesquisa o seu olhar sobre o campo e a cidade. Flávio de Queiroz Salek, sobrinho da escritora e que carinhosamente era considerado como neto, na apresentação do livro de crônicas de Rachel de Queiroz, *Existe uma saída, sim* (2007), destacou que:

O outro lado do sertanejo é a sua herança rural. Mesmo que vivendo há décadas na cidade, ele guarda o sertão como sua morada espiritual. O espaço urbano não é mais do que um lugar de sobrevivência do *modus vivendi* do sertanejo. [...] O olhar rural e agudo de Rachel sobre o mundo moderno e urbano do Rio, de onde escreve para seus conterrâneos, perpassa todas as suas crônicas, fazendo o contato com os dois mundos (SALEK, 2007, p. 06).

Diante disto, a questão que investigamos na presente dissertação foi a seguinte: Como a escritora Rachel de Queiroz representou o campo e a cidade em suas crônicas, em um período de intensas transformações no cenário brasileiro?

De acordo com Williams (2011), campo e cidade foram vistos de formas distintas pelas comunidades existentes. Como ponto positivo, o campo refletia uma vida amena, de paz, inocência e virtudes simples. Já a cidade representava o saber, as comunicações, a luz. Mas como negativo, a cidade era um ambiente de barulho, hábitos mundanos e ambição; o campo seria apresentado como um lugar subdesenvolvido, inculto e com limitações.

Para reforçar o intento de Queiroz em escrever sobre a valorização do campo em objeção à modernidade da cidade, Albuquerque Jr. (2009) declarou que a autora desenvolveu em suas narrativas a imagem do sertanejo de forma idealizada. Ela expôs sua valentia, suas ações, ao tempo em que externava sua reação contra o urbano, as transformações tecnológicas, o progresso exacerbado na sociedade da época. Em seus textos, a autora deixou evidente a saudade de um sertão que primava pela liberdade, pureza, sinceridade, autenticidade e buscava apresentar personagens que lutassem contra a “farsa” do mundo moderno.

Rachel de Queiroz começou a escrever suas crônicas no final da década de 20, período em que estava no auge a dicotomia existente entre campo/cidade. Ferreira e Rosa (2013) relataram que, a partir das primeiras décadas do século XX, foram abordados assuntos referentes ao campo e à cidade, enfatizando os aspectos econômicos, políticos e socioculturais de ambos, e que estes foram se intensificando nas décadas de 1950 e 1960, quando o viés dicotômico tornou-se destaque nesse período e que a realidade rural e urbana foram vistas como duas organizações completamente opostas, de forma que, para uma existir, a outra teria que ser excluída.

Assim sendo, apuramos as dicotomias do campo e cidade em crônicas da escritora em questão, analisando a maneira pela qual o progresso do século XX influenciou na construção de seus textos, imbuídos de lirismo poético, e ratificamos a sua importante contribuição na literatura brasileira, uma vez que diversas mulheres enfrentaram inúmeras dificuldades para demarcarem seus espaços na literatura.

No capítulo, *Rachel de Queiroz: um nome, um estilo, uma voz*, fizemos uma abordagem biográfica e um panorama sobre os diversos gêneros escritos pela autora. Para tanto, foram considerados os estudos de Haroldo Bruno (1977); Cadernos de Literatura Brasileira (1997); Hermes Rodrigues Nery (2002), Elvia Bezerra (2010); Heloísa Buarque de Hollanda (2010); Rachel de Queiroz e Maria Luiza de Queiroz (2010); Lilian Fontes (2012); entre outros.

Já no estudo envolvendo campo, cidade e literatura brasileira verificamos que ainda existe um número considerado reduzido relacionado a essa temática. Diante disso, a análise foi baseada em obras como *O campo e a cidade: na história e na literatura* (2011), de Raymond Williams, que mesmo tendo como foco a literatura britânica, trouxe conhecimentos relevantes sobre o liame campo, cidade e literatura, abordando questões histórico-sociais.

Para obtermos uma compreensão maior acerca do Nordeste, nos apoiamos na obra *A invenção do nordeste e outras artes* (2009), de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que abordou diversos autores, inclusive obras de Rachel de Queiroz. O estudo deste autor, não versou apenas o literário, mas buscou uma perspectiva histórica, sociológica e cultural acerca de como foi formado e de como é compreendido o Nordeste brasileiro.

Em relação ao tema cidade e literatura, enfatizando a cidade do Rio de Janeiro, temos os autores Renato Cordeiro Gomes, com a obra *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana* (2008), referindo-se criticamente e literariamente à cidade a partir da Revolução Industrial, do capitalismo burguês, discutindo especificamente no capítulo *Suíte carioca* sobre o Rio de Janeiro, demonstrando diversas imagens deste espaço citadino e questões socioeconômicas de acordo ao contexto da época. E a autora Sandra Jatahy Pesavento, que no livro *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre* (1999), no capítulo *Rio de Janeiro: uma cidade no espelho*, refletiu o passado, por meio da literatura, com a finalidade de compreender a modernidade da cidade carioca.

Além destes autores, buscamos interagir tais perspectivas com as de outros estudiosos, nos remetendo a outros questionamentos também pertinentes para a compreensão das crônicas.

No capítulo *Ser(tão) sertanejo: o campo em crônicas de Rachel de Queiroz*, perscrutamos conceitos concernentes à paisagem e identidade, pois ambas nos direcionam ao contexto histórico, social e cultural de um povo, além de nos fazer compreender suas peculiaridades. As crônicas que nos permitiram uma análise mais apurada foram *Chuvvas no*

Ceará (1944), *Um alpendre, uma rede, um açude* (1947), *Felicidade* (1955), *Terra* (1963), *Verão* (1971), *Pici* (1975).

Em *Um olhar sobre a cidade: dissabores ao progresso em crônicas de Rachel de Queiroz*, detemo-nos nas crônicas *O homem e o tempo* (1967), *A morte dos astronautas* (1971), *O caso dos bem-te-vis* (1971), *O quente e o apertado* (1971), *Sociedade e consumo* (1973), *A casa e a máquina* (1974) e *Os bondes* (1975) para compreendermos o quanto o aspecto natural foi importante para Rachel de Queiroz, fazendo com que esta demonstrasse diversos fatores desfavoráveis ao artificial, que existia por conta da modernização e do avanço tecnológico que desvencilhava o homem da natureza para amarrá-lo ao que a cidade moderna o oferecia.

Além disso, pretendemos apresentar pontos fundamentais nas crônicas de Rachel de Queiroz interligados aos poemas em prosa, que por meio do lirismo, dava sentido ao seu texto, evidenciando suas origens. Para tanto, foram abordados os conceitos de Carlos Ribeiro em sua obra *Caçador de ventos e melancolias: um estudo da lírica nas crônicas de Rubem Braga* (2001).

2 RACHEL DE QUEIROZ: UM NOME, UM ESTILO, UMA VOZ

Escrevo porque essa é a minha arte – e digo a palavra *arte* no sentido profissional mais estrito, como se diz arte de carpina, de tecelão, de pedreiro, de *artífice* mesmo. Dada essa disposição natural, sempre procurei viver dentro da minha profissão e foi por isso que me dediquei ao jornalismo, a única opção possível no âmbito da minha linha de trabalho, já que o romance, fora as conhecidas exceções, era e ainda é, entre nós, trabalho de amador.

(Rachel de Queiroz)

Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, Ceará, em 17 de novembro de 1910. Filha de Daniel de Queiroz Lima e Clotilde Franklin de Queiroz, possuía parentesco com a família de José de Alencar pelo lado materno. A sua família sempre pertenceu a uma nata de prestígio do Ceará, latifundiários bem sucedidos, que se preocupavam em levar para sua terra natal o que surgia de mais novo em modernização no Sul do país, baseado nos moldes europeus. Seus pais eram “[...] pessoas letradas, sintonizadas com os conceitos da modernização, preocupadas com o desenvolvimento do novo Brasil que despontava depois da proclamação da República” (FONTES, 2012, p. 35). Salientamos ainda que sua infância foi marcada pelo entrecruzar do campo e da cidade, pois ora estava na fazenda do Junco ora em Quixadá. Segundo Hollanda (2008), “[...] Rachel vivia intensamente a vida no campo, seus tipos e personagens, o açude, o imaginário rico do sertão. Aos quatro anos, Rachel de Queiroz já montava a cavalo e nadava no açude. A intimidade e o gosto pelo sertão não a abandonariam jamais” (p. 288). E foi também na fazenda do Junco que ela, pela primeira vez, teve contato direto com a arte. No terreiro da sua casa presenciou espetáculos como um desafio de cantador, dança de bumba-meu-boi e vaquejada (ACIOLI, 2003, p. 19).

Desde a mais tenra idade demonstrou seu amor pela literatura, debruçando-se sobre obras de autores consagrados, amor cultivado através da sua mãe, leitora assídua. Iniciou suas leituras aos cinco anos de idade com *Ubirajara* (1874), de José de Alencar, mesmo não compreendendo o enredo da narrativa. Depois teve contato com o livro *Vinte mil léguas submarinas* (1870), de Júlio Verne, algumas histórias de aventura de *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe, *A mão e a luva* (1874), de Machado de Assis, dentre outros. Em 1917, juntamente com sua família viajou para o Rio de Janeiro, refugiando-se da seca que desde 1915 atingia a região. Em 15 de novembro do mesmo ano, a família vai para Belém. Dois anos depois, retornaram ao Ceará e em 1920 fixaram-se em Quixadá. Além da base que

Dona Clotilde e o seu pai Daniel deram a Rachel de Queiroz em relação à leitura, as avós também se empenharam na formação religiosa, apesar de não ter surtido muito efeito na vida da futura escritora. A avó materna, Maria Luíza, escolhia seus textos prediletos, principalmente os que se referiam à vida dos santos, e os netos incumbiam-se na leitura, sendo muitos deles portugueses ou franceses e não poderia haver erros na tradução. Já a avó paterna, Rachel, também buscava ampliar a educação religiosa dos netos e partiu dela a inserção de Rachel de Queiroz no Curso Normal do Colégio Imaculada Conceição, composto por freiras francesas, em 1921, quando a menina tinha dez anos de idade. Mesmo com o empenho das avós, a escritora nunca foi muito adepta à religião. No livro *Presença de Rachel: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz*, já na fase adulta, em entrevista, ela declarou: “Eu nunca tive nem um pouquinho de fé, nenhuma crença, mesmo nas fases mais difíceis da minha vida. Eu sempre vivi numa grande solidão” (NERY, 2002, p. 56). Em 1925, formou-se em professora, chegando a lecionar a disciplina história, mas não quis avançar na profissão nem na vida acadêmica. Relatou Rachel de Queiroz: “Nunca fiz e nunca me interessei por curso superior. Embora na minha época já houvesse mulheres formadas, médicas, juízas, eu era a total autodidata” (QUEIROZ, R.; QUEIROZ, M., 2010, p. 32).

No livro *Tantos Anos* (2010), Queiroz nos apresentou a sua inserção no meio jornalístico. Seu início no jornalismo deu-se em 1927, no jornal *O Ceará* (1924), dirigido e redigido por Júlio de Matos Ibiapina (1880-1947), homem muito talentoso e grande amigo de seu pai. Utilizando o pseudônimo de Rita de Queluz, publicou uma carta, com ironias, em relação ao concurso *Rainha dos Estudantes*. A partir de então, foi convidada por Ibiapina a fazer parte da página literária do jornal que dirigia. Suas funções no jornal eram a organização do suplemento, convidar e selecionar os colaboradores e publicar uma crônica sua. Para cumpri-las, recebia cem mil réis por mês. Ainda no mesmo jornal, publicou seu primeiro folhetim, *A história de um nome* (1927), no qual relatou a trajetória do nome Rachel por vários séculos, da antiguidade até o seu tempo, e também publicou a peça de teatro *Minha prima Nazaré*. Em 1928, saiu do jornal *O Ceará* e passou a ser colaboradora permanente do jornal *O Povo*, fundado no mesmo ano por Demócrito Rocha (1888-1943). Em 1930, já se considerava uma jornalista profissional. Para ela, a crônica era “[...] a conciliação mais viável entre a literatura e o jornalismo profissional, entre a arte e o meio de vida” (BRUNO, 1977, p. 118).

No mesmo período em que escreveu crônicas, também produziu poemas para os jornais. Alguns deles foram publicados em *O Ceará*, *O Povo* e na revista semanal *A Jandaia*, com os pseudônimos Rita de Queluz, Maria Rosalinda, Inocência, Ignes, Zé de Guignol e

Ajuricaba. Seus poemas prediziam temas que foram depois explanados minuciosamente em seus romances.

No livro *Serenata* (2010), uma coletânea de poemas de Rachel de Queiroz, Ana Miranda, no prefácio, declarou que os textos da referida autora foram feitos

[...] de sentimento puro, certo alumbramento, e a inteligência crítica que sempre fez parte da personalidade dessa grande escritora. A poesia como um modo de tentar chegar aos caminhos da literatura, de organizar as sensações, os conhecimentos ainda incipientes. Poesia de menina que aos cinco anos lia romances difíceis, como *Ubirajara*, de seu parente José de Alencar. Poesia para viver um tempo reversível, para se entregar ao jogo das palavras, arrebatada por um amor longamente elaborado através de gerações, poesia para que a vida apareça como uma realização e não seja apenas aquele rio que esvai, poesia não para abordar o inefável, nem para dizer o indizível, mas para comentar e transcender a vida cotidiana. A poesia de Rachel de Queiroz é o raio de luz que penetra o quarto em penumbras da menina, por telhas de vidro, e que ela oferece a todos os que se sintam num lado escuro da vida (MIRANDA, 2010, p. 6, 7).

Salientamos que o Modernismo só veio adentrar o solo cearense no final da década de 1920. O início da década em Fortaleza foi impactado pelo Penumbriismo, que atuou entre o Simbolismo e o Modernismo, e Rachel de Queiroz viu-se seduzida pelo movimento, compondo alguns poemas penumbristas. Segundo Goldstein (2013), alguns poetas brasileiros escreveram poemas com características ligadas a esta tendência: “temas intimistas; cotidiano; melancolia; volúpia ambígua; gosto pela penumbra e pelos meios-tons; ritmo solto e fluído que prepararia o caminho para o verso livre modernista” (p.59). Acrescentou ainda a autora sobre a temática utilizada pelos poetas: “A memória e a recordação estão presentes, não como lembrança de grandes acontecimentos, mas de um momento breve ou de um evento corriqueiro, evocado por um fato simples do presente” (GOLDSTEIN, 2013, p. 61). Podemos perceber traços penumbristas no trecho do poema *Serenata*, de Rachel de Queiroz, publicado na revista *A Jandaia*, em 21 de abril de 1928: “Um crescente tardio,/ uma nesga de lua preguiçosa/ no negrume da noite se recorta./ E ouço à minha porta,/ nostálgica, dolente, harmoniosa,/ a voz boêmia de um cantor vadio...” (QUEIROZ, 2010, p. 99).

Sobre o Penumbriismo e início do Modernismo no Ceará, esclareceu Elvia Bezerra:

De modo geral, antes de o Modernismo chegar a Fortaleza, o que só ocorreria no final da década de 1920, houve, na terra de Alencar, assim como até 1923, no Sudeste, um modo de fazer poesia que ficaria conhecido como Penumbriismo. Interpôs-se entre o Simbolismo e o Modernismo e serviu como “um certo amaciamento de terreno” – avalia Antonio Candido – para receber as inovações modernistas (BEZERRA, 2010, p. 27).

Segundo Moisés (1999), o Penumbrismo, assim como explicou Bezerra, foi uma tendência literária que ocorreu entre o fim do Simbolismo e início do Modernismo, correspondendo ao final do século XIX e começo do século XX. Um artigo de Ronald de Carvalho sobre *O jardim das confidências* (1921), de Ribeiro Couto, serviu de inspiração para este novo estilo de escrever poesias. Os artistas considerados penumbristas foram Mário Pederneiras, Gonzaga Duque, Eduardo Guimaraens, Lima Campos, Guilherme de Almeida, Filipe d'Oliveira, Ribeiro Couto, Álvaro Moreira, Homero Prates, Rodrigo Otávio Filho, entre outros.

No final da década de 20, vivíamos um período de transformações históricas, políticas, culturais e literárias. Ainda estavam recentes os impactos causados à arte, de forma geral, com a Semana de 22. No período da Semana de Arte Moderna, Rachel de Queiroz ainda estava com 11 anos de idade, não tendo participado diretamente do movimento, mas este a influenciou no início da sua carreira: “Eu tinha 11 anos quando aconteceu a Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Mas aos 14, 15 anos, ainda havia as repercussões desse acontecimento que deu uma arejada em nosso pacato meio cultural. Foi por aí que comecei a me interessar mais diretamente por literatura” (NERY, 2002, p. 65).

De acordo com Azevedo (2010), os indícios para o início do Modernismo no Ceará começaram em 1925 quando o poeta paulista Guilherme de Almeida, convidado por Gilberto Câmara, apresentou o movimento em Fortaleza. Mas o movimento modernista foi inaugurado no Ceará, de fato, em 1927, com a publicação do livro *O canto novo da raça*, dos poetas Jáder de Carvalho, Franklin Nascimento, Sidney Neto e Mozart Firmeza (Pereira Júnior) e se expandiu com a fundação do jornal *O Povo*, de Demócrito Rocha, em 1928.

Ao surgir as primeiras influências modernistas, os poetas cearenses buscaram escrever sobre uma temática local, explorando em seus poemas o misticismo, a pobreza e, de forma mais aguda, a seca. As abordagens destes poetas não agradavam aos modernistas intelectuais paulistas, já que estes estavam no auge da industrialização, da modernização, do progresso.

Rachel de Queiroz no poema *Home*, de 12 de junho de 1927, publicado no livro *Serenata* (2010), com o pseudônimo de Rita de Queluz, demonstrou seu amor pelo sertão, pelo seu “ninho sertanejo”. Nos versos percebemos que Queiroz revelou características ímpares da casa, da paisagem que a rodeava e o que esta moradia, que tanto a encantou, que a fez feliz, teve no passado participação de dor e lamento em outras vidas. Mencionamos ainda que a intenção da poetisa em utilizar um título em inglês, demonstrou o período efervescente do contexto vivido por ela, da modernidade em seu período de ascensão, mas, de forma sutil, a autora deixou evidente, que mesmo em meio à evolução, ao progresso, o seu habitat ainda

estava preso ao passado. Além disto, notamos a valorização da casa, daquilo que era cotidiano na vida da autora, apresentado numa poesia simples, direta, estruturada em versos livres, características do modernismo em sua primeira fase:

Home

Meu doce ninho sertanejo,
 Meu velho casarão risonho e branco!
 Quanta alegria
 Quanto conforto vejo
 Nos seu ar senhoril de fidalguia
 A porta aberta, hospitaleiro e franco...

Nele a luz elegeu sua morada;
 Por toda parte se insinua,
 Cintila, vibra, estua,
 Em borbotões brilhantes derramada
 Nas colunas do alpendre, as trepadeiras
 Entrelaçam-se em verde tecedura
 E os flamboyants, os benjamins,
 Os jasmims,
 As roseiras,
 Estrelados de flores,
 Numa risonha profusão de cores
 Sufocam-no em verdura...
 Por sob o seu telhado,
 Gerações, às dezenas, têm passado...
 A minha casa já tem idade!
 No entanto, é tão gentil, tão conservada,
 Renova tanto a *maquillage* a cal
 Que ante a sua frescura,
 A gente jura
 Ao ver meu casarão patriarcal,
 Que ele está na primeira mocidade...

Mas meu ninho risonho
 Também tem seu capítulo tristonho,
 Também tem sua página de dor...
 Guarda ainda bem vivos
 Vestígios das senzalas,
 Que em desoladas falas
 Nos recordam os cativos
 A gemer sob o relho do feitor...

 Aliás,
 Há tanto isso passou, que, francamente,
 O relembra-lo não me comove mais;
 Não punge mais a gente...

E eu julgo até essa lembrança triste
 Que ainda existe
 Em minha casa cheia de alegria

Como um derivativo...
É um doce saibo de melancolia... (QUEIROZ, 2010, p. 21, 22)

No poema *Verão*, publicado na revista *A Jandaia*, em 14 de janeiro de 1928, e que fez parte da coletânea de *Serenata*, Queiroz, também com o pseudônimo de Rita de Queluz, nos apresentou o sertão por outro olhar, o sertão na estação do ano que dilacerava o coração sertanejo. A terra seca, o sol escaldante, os galhos despídos e sem cor, os rios secos e sem vida compunham a paisagem tosca do sertão nordestino:

Verão

Fugiu o inverno, belo e molhado,
veio o verão...

E como tudo está mudado,
que diferença há no sertão!...

Como ficou a terra feia e seca!...
O céu irrita a gente
com seu azul impertinente...
Nem uma nuvem, nem uma marreca!...
Que é dos verdes capões, das matas lindas?
- os negros galhos nus
se agrupam em massas lúgubres, infindas...
E todo aquele preto sob a luz
do sol ardente, desconsola a vista...

- um juazeiro alegre recorta
na pobre mata escura e morta...
- o conjunto parece um luto futurista...

Algumas reses
magras, famintas, aparecem às vezes
pela beira do trilho...

E há no brilho
dos seus olhos chorosos, doloridos,
a angústia de um esmoler
que surgisse, implorando entre gemidos
uma esmolinha para comer...

O rio de águas túrbidas, ligeiras,
a redemoinhar num arremesso,
sufocadas na angústia das barreiras
- o rio das enchentes –
é todo areias plácidas, dormentes,
exibindo um livor de esqueleto de gesso...

No pequenino povoado
que fica bem à beira
do pobre rio morto e desolado,
- as casas de telhado cor de chama

parecem, sob o fogo que as inflama
tijolos a cozer numa caieira...

O sol em brasa foi consumindo
toda a beleza do sertão...
Quando virá o inverno úmido e lindo?
Como dura o verão!... (QUEIROZ, 2010, p. 57-59)

No auge dos seus dezessete anos de idade, a iniciante escritora demonstrava com esplendor que tinha domínio com as palavras e sabia como aguçar o leitor a uma realidade dura e constante de um povo que estava à margem da sociedade e precisava ser (re)conhecido.

Ao participar do suplemento literário *Maracajá*, Rachel de Queiroz passou a ter contato mais direto com os ideais modernistas e a amadurecer-se diante das mudanças em relação à estética da poesia. O livro *Mandacaru*, de Rachel de Queiroz, escrito em 1928, contendo dez poemas, publicado em 2010, graças à sua amiga Alba Frota, que arquivou boa parte da obra da autora, anunciou a sua inserção no projeto modernista, começando pelo título da obra, pois assim como Tarsila do Amaral, com o *Abaporu*, o *Mandacaru* tornou-se símbolo da força do sertão. Disse Rachel de Queiroz:

A vocês, Novos do Sul, que iniciam o grande movimento de brasilidade, é que me dirijo na primeira página de *Mandacaru*.
Daqui, embora de tão longe, daqui da terra de sempre iluminada pelo fogo de um sol eterno, eu sigo os triunfos, as indecisões, as lutas em que vocês se debatem, no afã de despirem o Brasil da velha e surrada casaca europeia, de o fazerem vestir uma roupa mais nossa, feita de algodão da terra, e onde ele possa trabalhar e produzir, liberto do acocho que o entravava.
Talvez porque lhes aplaudo o programa, porque acredito no messianismo do movimento que vocês impulsionam, porque comungo na mesma ambição, tenho me podido orientar nesse tumultuar de primórdios, nessa confusão de seitas artísticas, em que as vozes de vocês exigem e proclamam uma reforma que de há muito se impunha, e me tenho maravilhado com as manifestações de arte sadia, original e espontânea, que sempre surgem, embelezando e individualizando a obra de cada um. [...]
Mandacaru é um dos balbucios com que nós, os do Nordeste, tentamos colaborar na grande harmonia nacional que vocês executam. [...]
E eu nada encontrei que melhor exprimisse a alma de nossa raça do que o mandacaru bisonho, isolado, de aparência inútil e agressiva, que resiste sozinho aos fogarêus do sol, na tortura da seca, e é a nutrição, a salvação da pobre rês faminta e insolada, quando todas as árvores morrem, a clorofila foge, e a frescura da terra emigra, atraída pelo céu (QUEIROZ, 1928/2010, p. 63, 65, 67).

Em um dos poemas publicado no livro *Mandacaru, Nheengarêçaua* (1928), o qual recebe um título proveniente do dialeto nheengatu, que significa “cantoria”, o eu-lírico fez um apelo aos sulistas em prol da igualdade da nação brasileira, em busca de um novo olhar para o

sertão. Para Fontes (2012), “[...] num Brasil que ainda descobria suas diferenças regionais, a existência desse sertão árido e miserável surpreendeu uma parte da população que desfrutava as vantagens da vida urbana nas cidades do Sul, moldadas pelo modelo europeu” (p. 164).

Manoel Correia de Andrade em *Uma visão autêntica do Nordeste*, na apresentação do livro *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, de Gilberto Freyre (2004), mencionou que até os anos de 1930, o Brasil era visto apenas como duas regiões, o Norte e o Sul. Segundo a própria Rachel de Queiroz (1994), só a partir da década de 20 que se usou livremente a expressão “o Nordeste”, “até então éramos englobados na designação genérica de “Nordeste”, que ia da Bahia ao Amazonas. Rui Barbosa, baiano, Deodoro e Floriano, alagoanos, padre Cícero, cearense, eram todos “nortistas””. Segundo Albuquerque Júnior (2009) desde o final do século XIX que já se discutia as diferenças entre o Norte e Sul. A distância existente entre os dois partiam dos questionamentos naturalistas sobre a raça e o meio, nos quais foi propagada a existência de uma população branca para o Sul e uma mestiça e negra para o Norte. Diante desta dicotomia, o Sul era visto como superior em relação ao Norte, devendo este ser subordinado àquele.

De acordo com os naturalistas, a raça e o clima do Norte colocavam em risco toda a nação. Para eles, o clima tropical não era favorável, trazendo problemas físicos e intelectuais aos seus moradores, no caso, os mestiços e negros. Sendo assim, era evidente o perecimento do Norte, que também já era visado como local de atraso, ficando aquém do Sul.

Outros fatores reforçaram este pensamento excludente, como a seca, a partir de 1877, o cangaço (banditismo) e o messianismo (fanatismo). Todos eles foram mostrados pela mídia e por diversos intelectuais, com fundamentações naturalistas, como pontos negativos para o Norte. Albuquerque Jr. declarou ainda que a partir de uma nota de viagem ao Nordeste publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* foi perceptível tal afirmação:

algo sabíamos por leitura sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre... chão que nunca recebe orvalho, rios que não têm água. O Nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919, determinando a fase decisiva das grandes obras contra as secas. (...) quando levas de esqueléticos retirantes vieram curtir saudades infindas na operosidade do generoso seio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundância daqui... (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 55)

O pano de fundo do poema *Nheengarêçaua* também foi a seca, no qual a autora expressou como o sertanejo pobre se via incapaz de lutar contra a natureza e da necessidade

que ele tinha de ser visto com outros olhos, não com o olhar do distanciamento, do preconceito, da rejeição, da exploração, que muitas vezes era emitido ao Nordeste pelas regiões desenvolvidas e ricas do Brasil. Percebemos tal assertiva já nas quatro primeiras estrofes:

Nheengarêçaua

Homem do Sul, você que conhece a geada e o frio,
você que já viu primavera,
inverno, outono como na Europa,
você não sabe o que é o sol!

Você não imagina
o que é o céu sem nuvens por meses seguidos;
o que é o sol bater de chapa na terra fulva
trezentos dias encarrilhados!...

Ao meio-dia
nos tempos de fogo em que o sol é rei,
o ar é tão fino e tão frágil,
que treme...
o sol fura-o de luz, igualzinho à rendeira
pinicando de espinhos a trama dos bilros...

Você nunca veio até cá...
“— Ceará!...
Retirante, sol quente, miséria...” (QUEIROZ, 1928, p. 69)

Segundo Vieira Jr. (2004), a ausência de água no Ceará era cotidiana nas famílias sertanejas. O Ceará já tinha enfrentado diversos períodos de secas e todos eles acompanhados de uma intensa miséria, marcada por mortes e fome. Sendo assim, a autora, a partir do poema, procurou desvelar o sertão e seu povo para as pessoas que não conheciam a realidade “nua e crua” do sertanejo, principalmente para aqueles do litoral e do Sul em acentuado progresso.

Para Rachel de Queiroz, o sertanejo era como o mandacaru, de uma força incomparável, resistente ao sol, que persistia em viver numa terra sem esperança, que quando o sol insistia em permanecer, via-se sem perspectiva de vida. Mas como disse o grande escritor Euclides da Cunha, “o sertanejo é antes de tudo, um forte”. Sua força foi expressa na quinta estrofe do poema *Nheengarêçaua*:

O sol do Nordeste foi feito somente
pra os olhos com medo dos filhos da terra...

o filho da terra, pequeno e feioso,
 que é como o mandacaru:
 quando a tragédia seca escorraça a vida e absorve as seivas,
 só ele, isolado
 no meio da caatinga que se apinha
 e estende para o céu a lamúria em cinza dos galhos secos,
 luta, verdeja, encontra seiva e vive
 macambúzio e erriçado... (QUEIROZ, 1928, p. 71)

Mesmo diante de tanta fortaleza, houve um momento em que o sertanejo se encontrou em plena dificuldade por conta dos estragos da seca e a única solução para amenizar a luta e o desespero foi o abandono à sua terra e muitas vezes à sua gente. Para Anselmo e Araújo (2009), era evidente a desigualdade socioeconômica existente na região Nordeste, um lugar que obteve intenso crescimento econômico no período inicial de colonização tornar-se fonte de exploração de mão-de-obra para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Segundo as autoras supracitadas, muitos deixaram seus lares em busca de uma vida melhor na Amazônia, no período da extração do látex e da produção da borracha, como também para o Sudeste, que serviu de refúgio para muitas famílias nordestinas, mas a região não tinha condições de abrigar e empregar a todos, e muitos acabaram “marginalizados”, sem condições alguma de terem uma vida digna. Além disso, temos outro agravante: a ida do sertanejo para o Sul, em especial São Paulo, que era o símbolo da modernização, do desenvolvimento material e que representou muito bem o que Baudelaire expressou através dos termos multidão e solidão, considerados como intercambiáveis (HYDE, 1989). Analogicamente, no sertão a solidão foi plena em virtude do êxodo, o homem do sertão fugiu da solidão de estar sozinho na seca e se deparou com a solidão na multidão, com a indiferença do homem apressado, em constante movimento, sem tempo para os comportamentos de solidariedade, humanidade, fraternidade, por outro lado esses homens foram insensíveis ao sofrimento do homem do sertão, por desconhecer, por nunca ter vivido a seca. Rachel de Queiroz (1994) declarou que a invasão realizada pelos nordestinos ao Sul e Centro-Oeste do Brasil causou a favelização dessas regiões, mas que isso só ocorreu porque não foi oferecida ao sertão a ajuda técnica que tanto precisavam. Diante disso, aumentou-se o preconceito e o desprezo por essas pessoas, que começaram a viver excluídos da sociedade. A poetisa deixou evidente na sexta e sétima estrofes do poema *Nheengarêçaua*:

E, entanto, essa gente que mora tão longe
 é a mesma que mora nas terras do Norte...
 Se o sangue do Sul caldeou-se com o branco imigrante
 numa fecunda mistura,

ainda existe em suas veias mestiças
esta seiva que o Norte tem pura...

E, se somos irmãos,
por que um laço mais forte de amor não nos prende? (QUEIROZ,
1928, p. 71)

Rachel de Queiroz ainda através do mesmo poema salientou a questão do preconceito existente entre o Sul/Sudeste e o Norte/Nordeste, até porque o segundo par era composto de mulatos, negros e índios em contradição ao primeiro que prevalecia a mistura com imigrantes europeus. É importante frisarmos que a autora questionou os sulistas de tal preconceito, já que faziam parte do progresso, da modernização, da riqueza do país e se possuíam tal hierarquia, devia-se também à força bruta do nordestino que foi e é hostilizado até os dias hodiernos, devendo ser respeitado e se sentir parte de um país que é de todos. Notamos tal afirmação nas duas últimas estrofes do poema *Nheengarêcaua*:

Irmão longínquo, senhor das fábricas,
dos cafeeiros, das minas, do ouro,
eu quero que o meu poema
faça as vezes de um vidro esfumado
através do qual seu olhar deslumbrado
possa ver esta terra candente do Norte...

Irmão longínquo, detentor da riqueza da Pátria,
eu quero que as folhas abertas de meu poema
sejam mãos estendidas
para um abraço de fraternidade! (QUEIROZ, 1928, p. 71, 73)

Referindo-se ainda à proposta modernista da época, Mário de Andrade propagou, desde 1924, no meio artístico sobre a importância de existir um nacionalismo universalista para a literatura brasileira. Mas em 1929, Rachel de Queiroz expôs a respeito:

A interpretação de sentimentos estranhos, de belezas estranhas, feita por informação ou intuição é forçosamente convencional, falsa ou impessoal. Eis por que sou nacionalista, eis por que dentro do meu nacionalismo inda me estreito mais ao círculo de meu regionalismo. É que sinto que quanto mais próxima e familiar a paisagem, quanto mais íntimo o motivo de inspiração, quanto mais integrado o artista com o modelo, mais fiel, mais espontânea e sincera será sua interpretação (QUEIROZ *apud* BEZERRA, 2010, p. 37).

Como Rachel de Queiroz já estava envolvida com as questões sociais através dos seus poemas, então partiu com a mesma temática para o romance, publicando o seu primeiro livro, *O quinze*, em 1930. Com a publicação deste livro, recebeu o *Prêmio da Fundação Graça*

Aranha, em 1931. E foi também neste período que a escritora passou a conhecer diversos escritores, como também, membros do Partido Comunista (do qual foi filiada e ainda ajudou na fundação de uma sede do Partido no Ceará) e pessoas influentes na sociedade. Dessa forma, passou a compor, juntamente com outros escritores, o que denominamos de o romance de 30. Naquele período, a reflexão sobre a conjuntura humana, no que concerne à desigualdade social, à situação deplorável dos retirantes, às catástrofes causadas pela seca, dentre outros assuntos, foram apresentados ao público leitor através dos vários gêneros textuais, em especial, o romance. Percebemos, por meio do romance de 30, a história totalmente interligada com a ficção, a imagem real sendo registrada através da escrita literária. Alfredo Bosi mencionou que:

O Modernismo e, num plano histórico mais geral, os abalos que sofreu a vida brasileira em torno de 1930 (a crise cafeeira, a Revolução, o acelerado declínio do Nordeste, as fendas nas estruturas locais) condicionaram novos estilos ficcionais marcados pela rudeza, pela captação direta dos fatos, enfim por uma retomada do naturalismo, bastante funcional no plano da narração-documento que então prevaleceria (BOSI, 2010, p. 415).

Sendo assim, Queiroz marcou uma geração abordando em *O quinze* a grande seca de 1915, por intermédio da personagem Chico Bento, a condição feminina por meio de Conceição, também abordando o processo de urbanização que estava em curso no país. Notamos que o enredo do romance foi desenvolvido no Ceará, mas, especificamente, em Quixadá. Nesta, encontravam-se as fazendas de Dona Inácia, avó de Conceição, do pai de Vicente e de Dona Maroca, patroa de Chico Bento.

Neste romance, Rachel de Queiroz construiu uma personagem que ressaía nas características das mulheres pertencentes à primeira década do século XX. Conceição formou-se em magistério e foi trabalhar na cidade. Gostava de ler e não se permitiu ao amor, chegando à conclusão que teria nascido para ser solteirona, apesar de ter se sentido atraída pelo primo Vicente:

Conceição tinha vinte e dois e não falava em casar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoito anos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona.

Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão...

- Esta menina tem umas ideias!

Estaria com razão a avó? Porque, de fato, Conceição talvez tivesse *umas ideias*; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos, e às vezes lhe acontecia citar o Nordau ou o Renan da biblioteca do avô.

Chegara até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores das tais ideias, estranhas e absurdas à avó (QUEIROZ, 2004, p. 13, 14).

Para Barbosa (1999), o fato de Conceição ter sido criada pela avó e não pelos pais, já que sua mãe morreu quando ainda era nova e a narrativa não expõe muitos detalhes sobre o pai, subentende-se que o fato de estar sempre sozinha, isolada, adquiriu uma forma única de analisar e avaliar o mundo, fazendo com que sentisse a necessidade de ser independente, tendo uma profissão e dona das suas próprias decisões.

O seu sentimento em relação a Vicente não vai adiante, porque a desigualdade intelectual entre os dois ficou evidente e difícil de ser sanada. Conceição, uma mulher culta, estudada, com perfis citadinos; já Vicente, um rapaz simples, peão, com características machistas e raízes fincadas no campo. Este conflito permeou os pensamentos e sentimentos da protagonista de *O quinze*, fazendo-a agir pela razão:

- Ora o amor!... Essa história de amor, absoluto e incoerente, é muito difícil de achar... eu, pelo menos nunca o vi... o que vejo, por aí, é um instinto de aproximação muito obscuro e tímido... Aliás, não falo por mim... que eu, nem esse instinto... Tenho a certeza de que nasci para viver só... (QUEIROZ, 2004, p. 155)

O cenário urbano continuou sendo apresentado na narrativa por meio da trajetória de Chico Bento, que representou os muitos retirantes que saíam do seu habitat em busca de uma vida melhor, assim como demonstrou tal atitude expressa no poema *Nheengarêcaua*:

Subitamente, Conceição teve uma ideia:

- Por que vocês não vão para São Paulo? Diz que lá é muito bom... Trabalho por toda parte, clima sadio... Podem até enriquecer...

O vaqueiro levantou os olhos, e concordou, pausadamente:

- É... Pode ser... Boto tudo nas suas mãos, minha comadre. O que eu quero é arribar. Pro Norte ou pro Sul...

Timidamente, Cordulina perguntou:

- E é muito longe, o São Paulo? Mais longe do que o Amazonas?

- Quase a mesma coisa. E lá não tem, sezão, nem boto, nem jacaré... É uma terra rica, sadia...

Chico Bento ajuntou:

- Eu já tenho ouvido contar muita coisa boa de São Paulo. Terra de dinheiro, de café, cheia de marinheiro...

Conceição levantou-se, rebatendo o vestido:

- Pois então está dito: São Paulo! Vou tratar de obter as passagens. Quero ver se daqui a alguns anos voltam ricos...

[...]

E despedindo-se, Conceição saiu vagorosamente, pensando que poderia dar bom impulso à roda daqueles destinos, levando-os a um caminho melhor, mais suave e mais largo... (QUEIROZ, 2004, p. 114, 115)

Salientamos que durante a seca de 1915, muitos nordestinos cearenses deixaram sua terra e migraram para a Amazônia, que estava no auge com a extração do látex e, além de outras cidades, São Paulo também se tornou sonho e desejo de inúmeros sertanejos, pois esta se encontrava em ascensão acelerada, transformando-se em berço para muitos retirantes.

Em 1932, publicou o romance *João Miguel*, no qual a personagem principal, um caboclo do mato, da roça, cujo nome é o título do livro, foi preso por estar alcoolizado e ter assassinado um homem em um bar onde bebiam, numa pequena cidade do interior cearense, Baturité. Neste romance, Rachel de Queiroz explorou os dramas psicológicos de João Miguel, toda sua crise existencial dentro da cadeia. Expôs Socorro Acioli:

Rachel de Queiroz vivia cercada pelos caboclos da fazenda. Foi entre eles que encontrou os traços de seu novo personagem, um homem que mata outro quando bêbado, amarga alguns anos na cadeia, sofre traição da esposa e depois é solto.

Para escrever *João Miguel*, Rachel fez pesquisa de campo na cadeia do Pituí, em Baturité, cenário do livro, e na cadeia pública de Fortaleza.

Os tios de Rachel de Queiroz tinham um sítio em Baturité, de forma que ela tinha acesso à cadeia e podia ver de perto a angústia de estar preso, afastado da sociedade, punido por um crime. Além da pesquisa, há ainda muitas referências aos trâmites do Direito, provavelmente aprendidos com o pai (ACIOLI, 2003, p. 62).

Além disso, a autora nos apresentou a personagem Santa, que viveu por um bom tempo um romance com o protagonista, que ao estar preso, não suprindo mais as suas necessidades, viu-se então na obrigação de substituí-lo e acabou se envolvendo com o cabo da cadeia, Salu. Santa deixou João Miguel e passou a viver com o cabo, que a abandonou grávida e voltou a viver com a mulher, a qual era casado de “papel passado”. A atitude de Santa nos levou a refletir de que várias mulheres, na vida real, encontraram-se nesta situação e só enxergaram esta atitude como opção, o envolvimento com alguém que pudesse sanar a difícil situação que estavam vivendo no momento, mesmo agindo como mulheres emancipadas e livres, procedendo de acordo com os seus desejos e vontades, sem reprimi-los, desconstruindo, assim, a imagem padronizada da mulher. Outro ponto muito importante abordado pela escritora por meio de Santa foi a dor, o sofrimento, o desespero da personagem que além de ser abandonada, perde seu filho recém-nascido.

Neste mesmo ano, Rachel de Queiroz rompeu com o Partido Comunista, pois não estava disposta a fazer mudanças no enredo do romance *João Miguel*. Foi presa quando assistia a um comício. Meses depois, casou-se com José Auto, mudou-se para Itabuna (BA) e lá engravidou da sua única filha, Clotilde, nome dado em homenagem à sua mãe. Clotildinha, como a chamavam carinhosamente, nasceu em Fortaleza, no Pici, sítio dos seus pais. Pouco depois do nascimento da filha, Queiroz passou a morar no Rio de Janeiro, depois em São Paulo e, em 1934, retornou para Fortaleza, logo após a prisão de José Auto. Mas Rachel de Queiroz não permaneceu em sua cidade de origem, mudando-se para Maceió. E foi justamente em Maceió, que a escritora perdeu sua única filha. Clotildinha teve uma febre alta, descobriu-se que estava com meningite e, em poucos dias, a criança veio a óbito. Com três meses depois da morte da filha, em maio, o irmão de Rachel de Queiroz, Flávio, também morreu com uma infecção causada por uma espinha no rosto. Diante de tantos infortúnios, Queiroz retornou para Fortaleza.

Em 1937, a escritora novamente foi presa e nos três meses em que ficou reclusa, começou a escrever um novo livro e então publicou *Caminho de pedras*, um romance urbano. Nesta obra, Rachel de Queiroz nos apresentou uma mulher engajada na política, além de desenvolver uma narrativa concentrada na cidade. No início do romance, podemos perceber a reação de espanto do co-protagonista, Roberto, ao descrever a nova Fortaleza, já que esteve distante dela por dez anos: “Roberto procurava reconhecer na cidade, no povo, nas mulheres, a sua velha Fortaleza de há dez anos. Mas o que via era novo, diverso, ninguém o reconhecia, nem ele reconhecia nada. Tudo era estranho, alheio, como num porto de passagem” (QUEIROZ, 1989, p. 3). A protagonista era Noemi, uma mulher que viveu intensos conflitos. No início da narrativa, Queiroz a apresentou como uma mulher feliz, casada, mãe de um filho e trabalhava numa reprodução de fotos. Mas Noemi era militante do comunismo e foi este contato com a filiação, que a levou ao encontro de Roberto, um repórter do Rio de Janeiro, que fazia parte do grupo cearense. Do encontro entre os dois, e do início de uma amizade, nasceu o amor. O contato entre eles se solidificou e a partir de então, as discussões começaram a acontecer na casa de Noemi, ela e o marido já não se entendiam mais. Para ela, o casamento tinha tirado sua liberdade, feito adormecer seus sonhos e a rotina diária na falta de amor. Mas, além de Roberto, o que a fez despertar ainda mais para a emancipação feminina foi o contato com a política. Noemi viu-se apaixonada por Roberto e então surgiu o conflito, a indecisão: deixaria ela seu marido, um homem de boa índole, excelente pai, o qual o filho tanto amava, por um homem que lhe daria a liberdade? Noemi precisou decidir-se e optou pela separação.

Maria de Lourdes Dias Leite Barbosa esclareceu como Noemi se viu e como foi vista pelos olhos da sociedade:

Uma mulher descasada, numa sociedade que considerava eterna a união conjugal, torna-se uma mulher marcada. A estreiteza e o preconceito, próprios de uma cidade em que quase todos se conhecem, transformam um sentimento digno em algo mesquinho e escandaloso. Começa a punição social pelo ato de coragem de Noemi. Sua colega de trabalho nega-se a cumprimentá-la, o patrão, imediatamente, a despede. Ela é marginalizada por seu grupo social, restando-lhe poucos companheiros. Para completar sua aflição, morre-lhe o filho. Um acontecimento trágico que, mesmo não relacionado diretamente com sua decisão, traz a ideia de castigo e aumenta profundamente sua agonia. Sentindo-se amaldiçoada, estéril, inútil, Noemi entrega-se ao mais escuro dos desesperos (BARBOSA, 1999, p. 57).

E para aumentar ainda mais seu drama, Roberto foi preso e ela se viu sozinha, sem ter como se manter e grávida, restando para ela a luta por um novo recomeço.

Em 1939, Rachel de Queiroz separou-se de José Auto, resolveu morar no Rio de Janeiro, buscando encontrar refúgio na cidade. Escreveu o romance *As três Marias* e ganhou o prêmio da Sociedade Felipe d'Oliveira. Neste livro, podemos conhecer três meninas, que desde crianças selaram uma grande amizade: Maria Augusta (Guta), Maria José e Maria da Glória. Passaram sua infância num internato e quando saíram dele cada uma seguiu o seu próprio destino. Coube para Guta o retorno para casa do pai e da madrasta, mas insatisfeita com as obrigações impostas em relação aos afazeres domésticos, passou num concurso público e foi para Fortaleza ser datilógrafa e morou sozinha numa pensão. Mais uma vez, Rachel de Queiroz trouxe uma personagem que não se viu enveredada pelos cuidados do lar, seguindo os padrões da sociedade para uma mulher, ser dona de casa, cheia de filhos e cuidando de um marido. Guta tinha criado em sua mente, quando morou no orfanato, o seu mundo de forma ingênua e romântica, vendo-se diante da realidade “nua e crua” da cidade, que para ela continuou sendo monótona e rotineira. Encontrou-se com Maria José e resolveu morar com a amiga. No decorrer da narrativa, sentiu-se atraída por um homem casado, mas não quis para si uma vida de amante, deixando aflorar e prevalecer os valores vividos pela sociedade, diferente de Noemi (Caminho de Pedras) que foi levada pelo momento e o sentimento de aventura. Então, lançou-se para o Rio de Janeiro após o suicídio do amigo Aluísio, depois de ler uma carta dele confessando que tinha se matado por conta dela. A vida movimentada da cidade carioca a assustou, mas em pouco tempo já se sentiu adaptada ao seu dia-a-dia. Lá se apaixonou por Isaac e entregou-se ao amor de um moço estrangeiro, que estava no Brasil há um ano. Ao voltar para Fortaleza descobriu que estava grávida, mas

perdeu o filho em um dos brinquedos de um parque de diversões. Acabou retornando para o sertão e só permaneceu no seu mundo. A Maria da Glória coube um final feliz, casada, amada e mãe de um filho, realizando o que sempre desejou desde o tempo vivido no orfanato e a Maria José correu refugiar-se à vida religiosa.

No Rio, onde morava desde 1939, Rachel de Queiroz contribuiu com o *Diário de Notícias*, na revista *O Cruzeiro*, no *O Jornal*, no *Correio da Manhã*, no *Vanguarda Socialista* e no *Última Hora*. Publicou mais de duas mil crônicas, resultando na edição dos livros *A donzela e a Moura Torta* (1948), *100 Crônicas Escolhidas* (1958), *O brasileiro perplexo* (1964) e *O Caçador de tatu* (1967).

Afirmou Lilian Fontes que:

Naquela época, o Rio de Janeiro exalava modernidade. A arquitetura inspirada nos princípios do suíço Le Corbusier ocupava o centro com os prédios da Associação Brasileira de Imprensa e do Ministério da Educação. Os edifícios de dez andares erguidos na orla de Copacabana apontavam para uma nova era. O impulso industrial se refletia no ambiente jornalístico. O jornal, como uma máquina tinha de ser colocado em movimento a cada dia com seus repórteres, diagramadores, articulistas e revisores. E o cronista precisava estar ali, produzindo um texto com prazo de entrega e espaço limitado (FONTES, 2012, p. 73, 74).

Em meio à vida movimentada no Rio de Janeiro, Rachel de Queiroz conheceu, em 1940, aquele que se tornou o grande amor de sua vida: o médico goiano Oyama de Macedo. Residiram no início da união, na Ilha do Governador. Mas Queiroz sempre esteve presa ao sertão, mesmo estando casada com um homem citadino e juntos construíram uma casa na fazenda *Não me deixes*, nas terras que recebeu de herança com a morte dos pais. E aos poucos o homem do campo foi se destacando em Oyama e este começou a viver o mundo da escritora. De acordo com Acioli (2003), Oyama “[...] encontrou um pouso de felicidade e passou habitar o coração de Rachel ainda mais, por inteiro, passando a fazer parte do mundo já tão impresso em sua alma, o mundo do sertão e suas veredas” (p. 83).

Foi também a partir de 1940, que Rachel de Queiroz iniciou o seu ofício como tradutora. Neste período, já era uma escritora reconhecida e tinha a liberdade de escolher os livros que iria traduzir. Entre as décadas 40 e 70 fez 47 traduções, chegando a traduzir mais livros do que os que produziu. Vale ressaltarmos que Queiroz buscou também, por meio da tradução, divulgar a escrita feminina. Dos trinta e três livros traduzidos na década de 40, doze foram de autoria feminina. Já os vinte e um restantes eram de autoria masculina, mas alguns possuíam temáticas femininas.

Nos *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rachel de Queiroz expôs o seu posicionamento quanto à importância da atividade de tradução para o escritor:

Quanto à importância da atividade para a literatura, eu diria que é realmente grande, uma vez que através da tradução o escritor se familiariza com os procedimentos dos autores traduzidos – e pode aprender com eles. Eu lembro que na época em que traduzia, eu me sentia como se estivesse desmanchando a costura, desmanchando o crochê de certos escritores, descobrindo os pontos, os truques prediletos deles (CLB, 1997, p. 25).

Em 1950, por meio de folhetins, publicou na revista *O Cruzeiro*, o romance *O galo de ouro*. O enredo da narrativa foi desenvolvido na Ilha do Governador, onde Rachel de Queiroz e Oyama viveram de 1944 a 1965. Foi neste ambiente tranquilo e sereno, que a escritora analisava os moradores da região e os fazia participar do seu mundo literário. A Ilha do Governador já era tema das suas crônicas na década de 40, nas quais demonstravam detalhes singulares daquele povo e lugar.

Na crônica *Diálogos das grandezas da Ilha do Governador* (1944), publicada no livro *A donzela e a moura torta*, Queiroz nos apresentou o que era possível contemplar na Ilha, em especial, as pessoas quem compuseram seu cenário:

Toma-se então a barca. A barca onde há cantores e cavaquinhos, crianças de roupa de veludo, e onde o homem que vende balas e chocolate parece um mágico com o seu cesto de surpresas. É à beira da água, as gaivotas, contratadas especialmente para o domingo, executam acrobacias sensacionais. [...] E então, saltando na praia da Ribeira, entre meninos que vendem camarão e senhoras gordas e funcionários que iniciam uma desadora maratona cuja meta é o bonde, nós afinal tomamos posse da ilha (QUEIROZ, 1994, p. 117).

Podemos conhecer um pouco da Ilha, na crônica *Rosa e o fuzileiro* (1945), também publicada em *A donzela e a moura torta*:

Rosa nasceu aqui mesmo, num dos vales desta Ilha; o vale chama-se rua, mas é apenas um grotão cheio de bananeiras. No capim da “rua” pastam galinhas, deixando a marca dos pés de lama na roupa que as lavadeiras põem para corar. E de tarde, recolhidas as roupas e as galinhas, o vale todo se transforma num vasto campo de futebol onde os craques do futuro ensaiam os primeiros voos. [...]

Aliás, foi também ali no vale que Rosa nasceu. Ninguém diria que nascesse alguém naquela casa de sopapo, afundada sob as bananeiras, antiga e esboroada como uma ruína. [...] Banhou-se na velha bacia de ágata que nesse tempo já tinha aquele mesmo furo, tapado com uma mescla de algodão; e a água do banho, em vez de cheirar a alfazema, cheirava à fumaça da lenha

verde com que o pai acendeu o fogo a custo, naquela madrugada de chuva (QUEIROZ, 1994, p. 107).

Ainda em *Vozes D'África*, temos:

A casa de taipa; não tem cerca ao redor porque os donos da terra tão sem valia não se interessam por divisas. [...]
 A casa é pois de pau-a-pique, e o telhado é de sapé [...]. O chão da casa é de barro batido, e o luxo maior é a mangueira grande do terreiro. [...]
 A criançada é tanta que só pensar em contá-la dá agonia.[...] Vivem ali, isolados, como num sertão longínquo; e no entanto com dois quilômetros de estrada e algumas centenas de metros de mar se alcança a igreja da Penha. Ou talvez seja melhor dizer que vivem isolados como na tribo solitária na aringa nativa, em plena floresta africana. [...] Quase autossuficientes, na garra de chão em que moram, plantam milho, cana e aipim, criam galinhas crioulas, uns patos, e ainda têm um pombal. [...] De pai a filhos e netos, todos são pretos, pretíssimos, lustrosos de tão negros e bonitos. O cabelo é aquela lã, o beijo crespo de dália, as orelhas miúdas, pés e mãos de espanhola nas mulheres, corpo esguio de toureiro nos homens (QUEIROZ, 1994, p. 109, 110).

Em *O galo de ouro*, que só foi publicado como livro em 1985, Rachel de Queiroz passou a descrever traços citadinos da Ilha, como as ruas, as praças, terreiros e vielas, além das personagens que faziam parte do Rio suburbano: malandros, mães de santo, bicheiros, policiais corruptos, dentre outros. O enredo do romance deu-se em torno das relações trágico-amorosas do protagonista Mariano com as personagens Percília e Nazaré. Com a primeira tem uma filha, chamada Georgina, mas Percília morreu atropelada por um carro na Ilha do Governador. E, no decorrer da narrativa, Mariano fixou residência na Ilha e manteve um relacionamento com Nazaré, que tinha um namorado apelidado por Zezé, uma espécie de malandro e cafetão, e ela era totalmente presa aos prazeres que a cidade lhe oferecia.

Escreveu também a peça de teatro, *Lampião*, em 1953, que foi encenada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro e no Teatro Leopoldo Fróes (SP), recebendo o prêmio *Saci* por ser a melhor peça daquele ano. Para produzir a peça supracitada, Rachel de Queiroz estudou com afinco a vida de Lampião e Maria Bonita. Na narrativa, apresentou o momento em que o cangaço assumiu o cume no Nordeste brasileiro, compreendendo o início do século XX, em que os grupos saíam estrada afora no sertão nordestino, com seus cavalos. Cada um lutando em prol da justiça feita pelas próprias mãos, “todos fazendo do banditismo uma expressão de revolta sertaneja contra as injustiças do mundo” (RIBEIRO, 2006, p. 321).

Ressaltou Lilian Fontes:

O formato escolhido por Rachel de Queiroz para narrar a história de Lampião e seu bando se propõe a desenvolver um trabalho de valorização da cultura popular vinculado ao cangaço. No sertão nordestino, a tradição oral deve ser tomada como patrimônio cultural, pois é pela palavra falada e cantada que se transmite, de geração a geração, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o relato dos acontecimentos da vida da comunidade (FONTES, 2012, p. 171, 172).

Assim como em *Lampião*, a segunda peça de Rachel de Queiroz buscou também, “[...] registrar e divulgar a memória coletiva do sertão” (FONTES, 2012, p. 173). *A beata Maria do Egito*, publicada em 1958 e encenada no Teatro Serrador (RJ), referiu-se à santa Maria Egípcíaca, chamada na narrativa de Maria do Egito, que em prol de uma causa religiosa ofereceu seu próprio corpo em troca da liberdade, pois esta se encontrava presa por defender o Padre Cícero. Mais uma mulher forte e destemida foi composta por Rachel de Queiroz e com esta obra recebeu o prêmio de teatro do Instituto Nacional do Livro e o prêmio Paula Brito e Roberto Gomes da prefeitura do Distrito Federal.

Rachel de Queiroz fez parte do Conselho Estadual de Cultura do Ceará. Foi delegada do Brasil, trabalhando especialmente na Comissão dos Direitos do Homem, na 21ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 1966. Foi membro do Conselho Federal de Cultura desde a sua fundação em 1967, até sua extinção em 1989.

Queiroz também se direcionou à literatura infantil. Inspirando-se em histórias que contava para os netos de consideração, filhos da sua irmã Maria Luiza, escreveu o livro *O menino mágico* (1969), a pedido de Lúcia Benedetti, e com esta obra ganhou o Prêmio Jabuti de Literatura Infantil. A narrativa desenrolou-se em um universo urbano, onde um menino comum, residente do Leblon (RJ), possuía talento para a mágica. A escritora uniu real e ficção para dar vida ao protagonista Daniel. Ainda escreveu mais três livros *Cafute & Pena-de-Prata* (1986), *Andira* (1992) e *Memórias de Menina* (2003). O segundo livro, uma fábula, que contou a história de dois pintos, um chamado Cafute, um pinto-de-pobre, por ter nascido em um ninho de palha, e o outro Pena-de-Prata, um pinto-de-rico, por ter nascido numa chocadeira. Os dois pintinhos tinham personalidades diferentes: Cafute era corajoso, enquanto Pena-de-Prata, medroso. Mas os dois tinham o mesmo ideal, queriam ser livres. Então, na primeira oportunidade que encontraram, fugiram e viveram intensas aventuras, que os tornaram maduros e eternos aprendizes. O terceiro livro, *Andira*, possuiu características de um conto de fadas, o amor foi tema central da narrativa. A andorinha Andira nasceu em uma igreja, mas acabou ficando para trás, quando a sua família alçou voo em busca de um lugar para passar o inverno. Então, Andira acabou sendo criada por uma família de morcegos,

aprendeu seus costumes e a adaptou-se no meio deles. Seu nome significava morcego, na língua indígena, na esperança de que pudesse torná-la um deles. Apaixonou-se pelo morcego Veludo, mas não era correspondida. Todavia, encontrou o verdadeiro amor quando as andorinhas retornaram no próximo verão. Já o quarto e último livro infantil, *Memórias de menina*, retratou histórias que permeavam a infância das crianças nordestinas. Neste livro, a escritora expôs temas que aguçavam o imaginário das crianças, como as festa juninas, truques mágicos de um palhaço, brincadeiras, o Natal, a poesia; além de tratar de assuntos voltados para a educação, demonstrando como esta fora tradicional e conservadora, e, também, a realidade das famílias nordestinas, enfatizando as diferenças das classes sociais.

Depois de quinze anos sem compor outro romance, Rachel de Queiroz publicou *Dôra, Doralina* (1975). Nesta obra, a protagonista transitou nos dois espaços: rural e urbano. A protagonista vivia na Fazenda Soledade, propriedade de sua mãe. Foi nela que Maria das Dores rememorava fatos do passado, sua trajetória de vida. Não se dava bem com a mãe e também não gostava do seu nome, já que foi um nome dado por promessa da mãe para não morrer de parto, daí ser chamada Dôra Doralina, já este era a forma como carinhosamente seu pai a chamava, segundo informações dos mais próximos. Outro fator que a separava da mãe, era que esta era bonita, apesar de sisuda, chamava a atenção dos homens e a filha era vista sem tantos atributos e, além disso, tímida. Também havia outro motivo que a incomodava, não saber quem era seu pai e a relação muito próxima da mãe com seu marido, que depois descobriu ter ele um caso com a mãe. Seu marido morreu e ela resolveu cortar relações com a mãe indo embora de casa. Rachel de Queiroz deixou claro na narrativa que mãe e filha tinham temperamentos muito parecidos, o que dificultava a união entre as duas, como também mostrou um diferencial em relação às mulheres casadas, que obedeciam a seus maridos. Dôra era diferente, não atendia a todas as vontades de seu esposo.

Saindo do interior de Fortaleza, Dôra sentiu-se independente e livre. Começou a fazer parte de uma Companhia de Teatro mambembe e utilizava como nome artístico Nely Sorel. Através da Companhia passou a experimentar tudo o que a vida lhe oferecia, sendo dona da própria vida, percorrendo “[...] vários estados nordestinos com a companhia de teatro de revista, seguindo em direção ao Rio de Janeiro” (BARBOSA, 1999, p. 92). Mas Dôra acabou sendo arrebatada por um amor, o Comandante, e por ele largou tudo, aceitando seu jeito machista, ciumento, transgressor e agressivo de ser. Salientamos, ainda, que seu amor por ele não a tinha cegado, ela via e percebia tudo, mas aceitava em nome do amor.

No decorrer do romance, a narradora relatou a morte de sua mãe, Senhora, e fez uma visita ao Ceará acompanhada de Asmodeu, o Comandante. Buscou indícios do seu passado no

diário da mãe, mas nada encontrou. O que percebeu foi que a mágoa guardada pelos atos de Senhora e pelo o que viveu na fazenda Soledade já não machucava mais.

Com a morte do Comandante, Dôra viu-se obrigada a voltar definitivamente para a fazenda e passou a tomar conta de tudo, não agindo igualmente à mãe, mas tendo-a como exemplo. E Dôra concluiu: “O círculo se fechou, a cobra mordeu o rabo: eu acabei voltando para Soledade” (QUEIROZ, 1989, p. 253).

Em 4 de agosto de 1977, Rachel de Queiroz tornou-se a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de nº 5. Compôs o quadro de sócios efetivos da Academia Cearense de Letras. Também foi sócia honorária da Academia Sobralense de Estudos e Letras e da Academia Municipalista do Estado do Ceará. Em 1985, foi implantada em Ramat-Gau, Tel Aviv (Israel), a creche *Casa de Rachel de Queiroz*, sendo a única escritora brasileira a ser honrada naquele país. Escrevia semanalmente para o jornal *O Povo*, de Fortaleza e, a partir de 1988, deu início à sua contribuição semanal no jornal *O Estado de São Paulo* e no *Diário de Pernambuco*.

Em 1992, publicou seu último romance, *Memorial de Maria Moura*, nele o ambiente rural foi predominante. Rachel de Queiroz, de acordo com os *Cadernos de Literatura Brasileira do Instituto Moreira Salles* (1997), uniu a biografia de duas mulheres para compor a personagem Maria Moura: Maria de Oliveira (assaltava fazendas juntamente com os filhos e alguns homens da região – Pernambuco) e a rainha da Inglaterra Elisabeth I. No romance *Memorial de Maria Moura*, o enredo se concentrou nas vozes de três personagens: Maria Moura, Padre José Maria (Beato Romano) e Marialva. O romance retratou a segunda metade do século XIX e foi construído em formato de romance-folhetim, gênero bem característico na época, mas em oposição ao período mencionado, surgiu na obra uma protagonista com características diferenciadas, uma mulher trajando vestes masculinas, que percorreu o sertão com um bando de homens, lutando em prol da defesa de suas terras.

A “mulher-macho” Maria Moura nasceu depois da perda da sua mãe. Sua mãe ficou viúva e acabou se relacionando com um homem que será o autor de sua morte. Ao descobrir que o padrasto foi o responsável pela morte da mãe, Moura arquitetou um plano para matá-lo e vingar-se pela morte dela. Além disso, ela tinha três primos que queriam suas terras, julgando que pertenciam a eles. E assim, Maria Moura resolveu colocar fogo na fazenda, fugiu para não ser encontrada e se tornou uma fiel cangaceira. No decorrer da narrativa, ela se relacionou com dois homens: o escudeiro fiel Duarte e Cirino, este irá traí-la e será morto a pedido dela.

Conhecemos também nesta narrativa a história de Marialva, prima de Maria Moura, que possuía um perfil das mulheres daquela época, de heroína romântica, vivia para casa e para os irmãos, que queriam a qualquer custo as terras de Moura. Marialva vivia enclausurada por Tonho, Irineu e sua cunhada Firma, mas se apaixonou pelo saltimbanco Valentim, que estava de passagem pela região pagando uma promessa. Eles fugiram e, no decorrer do romance, pediram guarita a Maria Moura.

A forma como Maria Moura foi criada pelos pais era direcionada aos padrões da época, ela bordava, ajudava nos afazeres domésticos e era tratada como uma sinhá. Mas, com a morte de sua mãe, houve um divisor de águas, pois ao desconfiar que o padrasto tinha enforcado a mãe e de ter sido assediada sexualmente por ele, Maria Moura mudou de comportamento e sentiu-se no direito de lutar pelo o que era seu: as terras da Serra dos Padres. Assim, Maria Moura deixou de ser a sinhazinha para tornar-se a jagunça, construindo suas próprias leis, mediante as situações enfrentadas por ela e seu bando no desenrolar da narrativa.

Desta forma, vemos a imagem de uma mulher cheia de garra, que quebrou os paradigmas impostos para a mulher do século XIX, tornando-se dona de suas vontades, realizando seus sonhos e objetivos, demonstrando através de cada ato, principalmente nas entrelinhas, questões econômicas, políticas e culturais do sertão nordestino.

Diante desse breve retrospecto da trajetória de vida da escritora Rachel de Queiroz, percebemos a importância em mencionarmos as obras da referida autora: **Poesia** - *Serenata* (2010); *Mandacaru* (2010) – Obras publicadas em homenagem ao centenário da escritora em 2010. **Romances** - *O quinze* (1930); *João Miguel* (1932); *Caminho de Pedras* (1937); *As três Marias* (1939); *Dôra Doralina* (1975); *Memorial de Maria Moura* (1992). **Literatura infanto-juvenil** – *O menino mágico* (1969); *Cafute & Pena-de-Prata* (1986); *Andira* (1992); *Memórias de menina* (2003). **Teatro** - *Lampião* (1953); *A beata Maria do Egito* (1958). **Crônica** – *A donzela e a moura torta* (1948); *100 crônicas escolhidas* (1958); *O brasileiro perplexo* (1964); *Mapinguari* (1964); *O caçador de tatu* (1967); *As menininhas e outras crônicas* (1976); *O jogador de sinuca e mais historinhas* (1980); *As terras ásperas* (1993); *Um alpendre, uma rede, um açude* (1994); *O homem e o tempo* (1995); *Falso mar, falso mundo* (2002); *Cenas brasileiras* (2003); *Existe outra saída, sim* (2003); *Coleção Melhores crônicas* (2004). **Antologia** - *Seleção* (1973); **Livros em parceria** – *Brandão entre o mar e o amor* (1942): romance escrito com José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Aníbal Machado e Jorge Amado; *O mistério dos MMM* (1962): romance policial escrito com Viriato Corrêa, Dinah Silveira de Queiroz, Lúcio Cardoso, Herberto Sales, Jorge Amado, José Condé,

Guimarães Rosa, Antonio Callado e Orígenes Lessa; *Luís e Maria* (1971): cartilha de alfabetização de adultos escrita com Marion Vilas Boas Sá Rego; *Meu livro de Brasil* (1971): livro de Educação Moral e Cívica, 1º grau, volumes 3, 4, 5, com Nilda Bethlem; *Nosso Ceará* (1997), *Tantos anos* (1998) e *Não me deixes – suas histórias e sua cozinha* (2000) escritos em parceria com a irmã Maria Luiza de Queiroz.

Diante de tamanha produção, Rachel de Queiroz afirmava que não gostava de escrever e que só o fazia para se sustentar. Em uma entrevista para os *Cadernos de Literatura Brasileira*, do Instituto Moreira Salles, ela fez essa declaração: “De um modo geral, eu não tenho prazer ao escrever. Eu escrevo porque vivo disso” (CLB, 1997, p. 33). E ainda acrescentou em entrevista para Hermes Rodrigues Nery:

Eu não tenho paixão pela literatura. Eu não acho a literatura essencial na minha vida. Nunca pus a literatura à frente dos outros problemas da minha vida. A literatura, para mim, é vocação e profissão. É o que sei fazer, o que tenho mais jeito para fazer e disso vivo. Eu passaria muito bem sem fazer literatura. Na realidade, o que eu gosto é da vida, são das pessoas (NERY, 2002, p. 82).

Rachel de Queiroz continuou produzindo crônicas até a sua morte, que aconteceu em 4 de novembro de 2003, vítima de um ataque cardíaco, ocorrido em seu apartamento no Rio de Janeiro.

Tanto as crônicas quanto todas as outras obras que a autora escreveu fizeram-na ser uma das mais importantes escritoras brasileiras do século XX, num período em que a mulher enfrentava com mais veemência a dominação masculina, ainda predominante em nossa sociedade. Mesmo sabendo o quanto este assunto foi importante para as escritoras que fizeram parte do contexto histórico de meados do século XIX até o século XX, nos deteremos em outros questionamentos também muito pertinentes nas crônicas de Rachel de Queiroz: o campo e a cidade.

3 SER(TÃO) SERTANEJO: O CAMPO EM CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ

Eu canto a alma de minha terra e alma de minha gente.

Canto o meu sol ardente, amoroso e ruivo, que é o mais pessoal e característico de todos os sóis do mundo.

(...) só compreendo e admiro uma manifestação artística quando é espontânea e sincera.

E, sinceramente, espontaneamente, meu coração só pode sentir e cantar o que sente e canta minha raça. Eis porque sou nacionalista, eis porque dentro de meu nacionalismo inda me estreito mais ao círculo de meu regionalismo.

É que sinto que quanto mais próxima e familiar a paisagem, quanto mais íntimo o motivo de inspiração, quanto mais integrado o artista com o modelo, mais fiel, mais espontânea e sincera será sua interpretação.

Eis porque eu canto o sertão, o sol, o Orós, as carnaúbas, o algodão, os seringueiros, os jagunços cantadores e os vaqueiros, a caatinga, a Amazônia, a praça do Ferreira e o Cariry; eis porque canto o presente tumultuoso de minha terra e o seu passado tão curto, tão claro, tão cheio de expansão e vitalidade que é quasi um outro presente (Maracajá, 1929)³.

Analisando o verbete *campo* no dicionário Aurélio, encontramos diversos significados, entre eles: “extensão de terra sem mata, e que tem ou não árvores esparsas; grande terreno com pastagens ou destinado ao cultivo agrícola; zona fora do perímetro urbano das grandes cidades, na qual predominam as atividades agrícolas [...]” (FERREIRA, 2008, p. 203).

A vida campestre sempre esteve voltada ao contato direto do homem com a natureza, em que a fonte de subsistência era proveniente do cultivo de lavouras e, esta forma de vida também alcançou a literatura trazendo saberes da evolução da rusticidade a *finesse* e na elaboração da percepção de formas e ritos diferentes do movimento social.

De acordo com os esclarecimentos de Williams (2011), podemos encontrar textos literários que evidenciavam a vida campestre desde o século IX a. C.. Neste período, a lavoura, a prática da agricultura, era cantada em forma de poesia pelos escritores da época, em especial, Hesíodo. Sendo assim, “[...] desde Hesíodo e sua Idade de Ouro, o Ocidente sonhou

³ Fragmento do artigo *Se eu fosse escrever o meu manifesto artístico*, de Rachel de Queiroz, publicado no número 1 do suplemento literário *Maracajá*, do jornal *O Povo*, de 7 de abril de 1929, página 10 e apresentado por Elvia Bezerra, em seu texto *Nata e flor do nosso povo*, no livro *Mandacaru*, que reúne poemas escritos em 1928, pela escritora em estudo, publicados pelo Instituto Moreira Salles, em 2010.

com paraísos terreaux, que permitiam o encontro final do homem consigo mesmo, reconciliado no apaziguamento propiciado pelo *locus amoenus*” (LIMA, 2013, p. 186).

Williams (2011) ainda destacou que após seis séculos anteriores (século III a. C.) surgiu uma forma literária denominada de “bucólico”, encontrada nos principais textos de Teócrito, enfatizando o plantio e a colheita. Já no século I a. C., encontramos textos de Virgílio, uma abordagem a respeito das condições sociais da vida rural, como também os trabalhos das diferentes estações. Mas é importante salientarmos que muitos dos escritos direcionados à vida campestre traziam as imagens de paz e inocência provenientes do campo, chegando a ser percebidas como ilusão literária dicotômica entre o bom e o ruim e, as misérias, ficavam esquecidas.

Em vista disto, percebemos a necessidade da abordagem a respeito da importância da paisagem relacionada tanto aos espaços em que a natureza era predominante quanto aos que sofreram mudanças com a ação humana. Quando nos detemos à análise da paisagem, podemos compreender com maior exatidão o contexto de uma época, destacando desde sua construção paisagística natural onde não houve interferência humana ou onde essa interferência não agravou o nativo, como também sobre o movimento cultural exercido por um grupo étnico, já que a paisagem “[...] participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais” (BOSSÉ, 2004, p. 157). Reforçou Matthew Gandy:

A paisagem é determinante no caráter social e cultural das sociedades. [...] Novos desenvolvimentos críticos sobre a representação cultural da natureza mostraram que existem inter-relações entre paisagens, linguagens estéticas e discursos éticos pretensamente universais, entre poder e identidade. A paisagem não pode mais ser definida como o objeto passivo da observação humana, mas antes como elemento do desenvolvimento das sociedades (GANDY, 2004, p. 86).

Destarte, frisaremos nestes próximos capítulos questões voltadas à paisagem interligada aos componentes da natureza, mas, sobretudo, a paisagem modificada pela ação do homem, apresentada por meio do cenário literário brasileiro iniciando pela literatura de informação até as crônicas de Rachel de Queiroz, nascidas na modernidade e sendo este o centro de todo trabalho. Os primeiros escritos sobre o Brasil foram baseados no modelo de paisagem europeia. Para Maschio (2008), por muitos anos, a paisagem era vista esteticamente, de forma idealizada, uma natureza paradisíaca na literatura de informação, sendo que esta era enfatizada no intuito de chamar a atenção do que podia “[...] servir ao homem como alimento

ou para proveito comercial” (CARVALHO, 2005, p. 35); no Barroco, segundo Carvalho (2005), os escritores não se preocupavam mais em destacar a natureza com fins lucrativos ou com o desejo de colonização, mas sim com caráter ufanista, de exaltação à terra; uma natureza imaginária composta de paisagem pastoral enfatizada no período árcade. Carvalho (2005), afirmou que neste período os árcades relacionavam alguns fenômenos da natureza com os estados da alma ou com os problemas da condição humana; já no Romantismo, Maschio (2008), trouxe a ideia de que a terra e a natureza eram vistas como algo divino e os escritores desse período buscavam se desprender da literatura clássica, apresentando em seus textos a natureza local. Tais percepções poderiam ser vistas na paisagem tropical revelada através de Gonçalves Dias e José de Alencar; ou da paisagem rural, nos versos de Casimiro de Abreu:

[...] a natureza torna-se agora o motivo exclusivamente poético, ainda que vinculada à exaltação nacionalista, pois é a ela que a pátria e seus habitantes devem a beleza de que se veem rodeados. O canto da natureza não precisa mais nomear todos os produtos dela, como fazia o *inventariador* dos séculos anteriores, pois o amor à pátria é expresso agora por meio da adjetivação que reflete a atitude de admiração ou êxtase [...] (CARVALHO, 2005, p. 52)

O Realismo, movimento que esbanjava os sentidos reais da natureza humana e paisagística trouxe em seu bojo uma visão de natureza, muito além da designação de plantas e alusões aos aspectos naturais da região, não se utilizando do ufanismo ou do patriotismo, muito menos relacionando o eu à terra, à beleza e à sua história (CARVALHO, 2005). Os realistas, através da linguagem objetiva, mostravam o que sua terra possuía em riquezas, do que ela tinha de melhor em relação às outras e o que podia oferecer como progresso material, utilizando a literatura como crítica social, censurando costumes sociais e políticos da época. A mesma autora explanou também a respeito do Naturalismo, no qual a relação homem e natureza era baseada nos laços biológicos e nas leis geradas pela ciência. Já no Simbolismo, os temas abordados giravam em torno das paisagens vagas, com cisnes, lagos, luas, neblinas, todas envoltas de misticismo e mistério (MASCHIO, 2008). No Pré-Modernismo, a narrativa se aproximou da oralidade e a paisagem foi descrita como parte do homem, até seu trabalho ou lazer estava interligada com a natureza, os autores buscavam se aproximar ao máximo da realidade, respeitando o homem do sertão ou do ambiente rural (CARVALHO, 2005). No Modernismo, iniciado em 1922 com a Semana de Arte Moderna, os escritores deste período buscavam renovar a literatura, rejeitando os modelos portugueses e enfatizando a diversidade regional, pois assim compreendiam melhor a identidade nacional (MASCHIO, 2008).

Para Albuquerque Jr. (2009) no seu livro *A invenção do nordeste e outras artes*, no capítulo *Geografia em ruínas*, o nordeste vivenciava profundas transformações. Era visível no início de 1920 a mudança ocorrida no espaço natural, que foi permitindo a chegada dos recursos tecnológicos, tornando-o artificial, diante do contexto histórico da época envolto de variados acontecimentos nas áreas econômica e política; assim como o avanço tecnológico e os reflexos da Primeira Guerra Mundial, que permitiram um novo olhar para o espaço brasileiro. As regiões passaram a ser analisadas mais atentamente para que fosse possível a compreensão do país como um todo, pois era muito intenso o estranhamento ocorrido entre as regiões brasileiras. Vale saber que, nesta época, o Brasil era dividido geograficamente com duas porções a Norte e a Sul, sendo a porção superior do território brasileiro entendida como subdesenvolvida e limitada em termos intelectuais e de produção técnico-científica. Para alguns estudiosos da época, os nordestinos, chamados de nortistas, eram arcaicos, bizarros, servindo como fonte para espetáculo de humor; já os sulistas, como tinham contato direto com os imigrantes europeus, possuíam destaque. Para Albuquerque Jr. (2009) a imagem de um nordeste pobre, mísero foi inventada, assim como também a cidade de destaque do sul, São Paulo, passou a ser modelo para a região norte. Para ele, o que tinha de bom no norte não era dito, assim como não era apresentado o que o sul tinha de ruim. Além disso, o autor esclareceu que também na década de 1920, com a “desnaturalização” do espaço, passando de natural para artificial, houve a necessidade em discutir a respeito das regiões, mas de forma individual, apresentando costumes, crenças, as relações e práticas sociais no intuito de construir uma identidade para o país e para os brasileiros, amenizando as diferenças e destacando as semelhanças em busca de um processo de homogeneização. Só que este trabalho em prol das semelhanças permitiu identificar as diferentes identidades regionais brasileiras, que para uns deveriam ser destruídas e, para outros, reafirmadas.

Durval Muniz de Albuquerque Jr. afirmou que:

Os projetos modernistas passavam pela incorporação dos diferentes Brasis, que substituíssem o Brasil *camuflé*, Brasil de elite afrancesada. A pesquisa de matérias de expressão regionais seria inicialmente importante, mas visando, como dizia Mário de Andrade, superar o segmentário regionalista, na direção da criação do “todo brasileiro”; visando superar os diferentes tipos regionais e chegar a nos constituir como povo, homogêneo na alma e no corpo (ALBUQUERQUE JR., 2009, p.63).

Sendo assim, para Mário de Andrade, um dos pioneiros do Modernismo brasileiro, foi necessário construir uma tradição para o país, fundá-la dentro do rigor de normas visíveis

encontradas no espaço, para justificar a necessidade de existência do meio, sem perder de vista as particularidades de cada região. Até porque o regionalismo vigorado antes do modernismo atentava-se para descrever detalhadamente os variados meios e tipos regionais, sendo apenas paisagens soltas, sem conexão e sem discussão ou reflexões sobre as mesmas. Entretanto, o modernismo procurou dar sentido ao cenário brasileiro, organizando as imagens através de uma nova escrita sobre o país.

Diante disso, a tendência regionalista tornou-se destaque e diversos autores abordavam em seus textos o seu local de origem e suas especificidades. A partir de 1925, quando a separação Norte e Nordeste já tinha acontecido, não só os fatores naturais definiram a identidade nordestina, como também os históricos e culturais. Na busca de firmar uma tradição, de não se perder uma memória individual e coletiva, foi adotado um discurso baseado nos aspectos “miseráveis” da região, já que a “[...] identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido a existências cada vez mais sem significado” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p 91). Muitos escritores se detiveram a este tipo de escrita, dentre eles destacamos Rachel de Queiroz, que através de suas crônicas e da paisagem explorada em suas narrativas, trouxe maiores fundamentos para compreendermos a cultura do sertanejo, podendo também ser analisada a partir dos conceitos originários dos Estudos Culturais, já que estes buscam “[...] revelar os discursos marginais, não oficiais, ou daqueles que propriamente não têm voz”, como também procuram “[...] estudar aspectos **culturais** da sociedade, isto é, de tomar a cultura como prática central da sociedade e não como elemento exógeno ou separado” (BAPTISTA, 2009, 455). Além disso, por meio de fatos do cotidiano, ela buscou em suas narrativas, uma escrita mais próxima da oralidade, da conversa fiada, discutindo assuntos polêmicos com simplicidade e lirismo, sem deixar de propor ao leitor momentos de reflexão. Algumas das suas narrativas reportam à discussão de Walter Benjamin, no texto *O Narrador* (1936), cujo autor mencionou que as melhores narrativas escritas foram as que se assemelharam com as histórias orais contadas por diversos contadores anônimos. Além disso, valorizou o homem que relatava com satisfação suas histórias e tradições sem precisar sair do seu país. Essa foi uma característica fundamental em Rachel de Queiroz, ela possuía a habilidade de transcrever em suas narrativas fatos de sua vivência.

A crônica de Rachel de Queiroz, *Chuvas no Ceará* (1944), foi redigida no Rio de Janeiro, mas abordando situações inerentes ao sertão nordestino, chamando a atenção para o problema da seca, que muitas vezes ficou esquecido por conta de outras circunstâncias que assolavam o país. A autora expôs também a questão da migração, a perseverança do homem

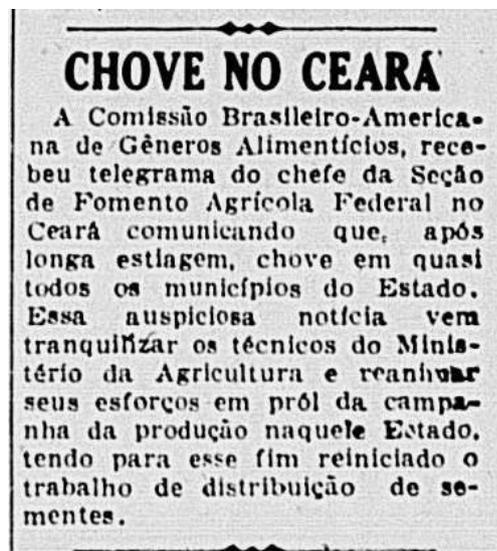
em lutar por sua terra, mesmo diante das intempéries e, acima de tudo, demonstrou o amor e o orgulho pelo sertão.

Queiroz iniciou a narrativa fazendo uma crítica tanto ao governo quanto às pessoas que, de modo geral, esqueciam-se do problema que dificultava a vida dos sertanejos: a seca. No período em que a crônica foi publicada, boa parte da nação brasileira estava preocupada com a Segunda Guerra Mundial e, diante disso, os sertanejos ficavam em segundo plano:

Os jornais noticiam que está chovendo no Ceará e que o governo iniciou a distribuição de sementes aos lavradores. [...] Porque pouca gente daqui sabe que nós, lá no Nordeste, estávamos iniciando, em 1944, o nosso terceiro ano de seca. Entretido com as medonhas histórias da guerra, o público brasileiro se desinteressou desse problema secundário – a seca; e com o bloqueio, os nordestinos andam quase tão isolados quanto se vivessem numa ilha e mais longínquos ainda ficam para os outros os seus dramas locais (QUEIROZ, 1999, p. 19, 20).

Podemos constatar tal assertiva, no jornal *Correio da Manhã*, do dia 14 de março de 1944, digitalizado pela Biblioteca Nacional Digital:

Figura 2 - Chuva no Ceará em 1944.



Fonte - BNDigital – Biblioteca Digital Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira

Mesmo diante do esquecimento, Rachel de Queiroz nos apresentou os nordestinos como um povo forte, eles enfrentavam as agruras da seca corajosamente e só quando não suportavam mais, se rendiam à migração, que é um processo no qual ocorre uma mobilização espacial de um número de pessoas ou de uma população. Partindo, concisamente, para o contexto geográfico, a migração realizada pelos nordestinos era de forma interna, sucedida

por conta de fatores econômicos e catástrofes ecológicas. Esta migração interna, analisada no contexto nordestino, especificamente, o sertanejo, pode ser chamada de êxodo rural, já que no processo da seca e no período de industrialização do país uma camada considerável da população da região nordeste deixou seu lugar de origem para viver numa cidade grande, aos olhos dela promissora. Muitos nordestinos passaram a morar definitivamente nas cidades, mas encontramos casos de ter acontecido a migração de retorno, onde os migrantes permaneciam um determinado período em outra região e depois retornavam ao seu local de origem. Este deslocamento, feito pelos sertanejos por motivos naturais e econômicos, demonstrou claramente que a “[...] migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento” (WOODWARD, 2013, p. 22).

Além desses aspectos, observamos algumas características peculiares do bioma do sertão na visão elucidada de Rachel de Queiroz. Para ela, o sertão era “[...] o espaço tradicional por excelência e aquele que dá originalidade ao Nordeste” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 128). De acordo com Araújo (2013), “[...] a ideia de Sertão está, de modo geral, vinculada à imagem de lugares e rincões mais distantes e ermos, a desertude, a região inóspita, a atmosfera árida, a recônditos distantes do litoral e de amplitude sem fim” (p. 23), demonstrando assim a sua proximidade com a natureza e a vida campestre. Para Teles (2009) o vocábulo sertão tanto em Portugal quanto no Brasil possui como significado aquilo que é incerto, desconhecido, longínquo, interior, inculto, contestando com a visão daquele que observa, considerado como certo, conhecido, próximo, litoral, culto, ou seja, enfatizando o olhar colonizador. O autor supracitado esclareceu que os cronistas e viajantes que pelo Brasil passaram nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX utilizaram o termo sertão para demarcar as terras distantes do litoral. O primeiro documento, no Brasil, em que se encontrou grafado o verbete sertão foi a Carta de Pero Vaz de Caminha, na qual emitiu significado de terras longínquas vistas por aqueles que estavam no litoral, a bordo de um navio:

Alguns diziam que viram rolas; eu não as vi. Mas, segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves! [...] Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Diante disso, entendemos que o litoral, era reconhecido como terras próximas ao mar, onde habitavam as pessoas cultas e civilizadas. Já no sertão, as terras ficavam distantes do mar, em lugares que traziam perigo aos moradores e estes eram considerados como bárbaros, os quais não possuíam religião, civilização e cultura (AMADO, 1995).

Tal afirmação ficou evidente quando, em sua narrativa, Queiroz salientou que as áreas mais úmidas e próximas do litoral, a seca não ocasionou nenhum impacto. Os moradores dessa região apenas contemplavam o desespero de quem morava onde a estiagem era devastadora: “[...] eles veem somente os bandos de retirantes pedindo esmola, o preço do feijão e da carne que sobe, as soledades magrinhas e líricas que dão pasto à fome amorosa dos moços brancos e servem de modelo aos romancistas” (QUEIROZ, 1999, p.20).

Em seguida, a escritora demonstrou que as localidades próximas da serra possuíam uma paisagem diversificada, considerada “bela”, pois o ar era frio e agradável. Então vimos as flores, as plantações que não morrem, as fontes ou minas de água que não secam, os gados permanecidos vivos no pasto. Assim sendo, os moradores dessa região também não conhecem o real significado da seca.

Já no sertão, a situação era calamitosa. E, então, a cronista faz conhecida uma paisagem, que não era vista por muitos no período de estiagem. Ela não possuía rio estável; nem tampouco uma árvore que pudesse trazer a sombra necessária, só galhos secos; o chão, puro pedregulho e cheio de rachaduras; os animais magros e esfomeados e os poucos homens que ali se encontravam lutando contra a dura e cruel realidade. Ao descrever o sertão, Rachel de Queiroz fez com que o leitor sentisse e percebesse a paisagem, pois a escritora por ter vivido nele e conhecer suas singularidades, possuía capacidade de demonstrar este lugar de forma profunda por meio do texto literário. Mas tal atitude da escritora buscou enfatizar o novo olhar e o novo significado que o sertão passou a ter a partir do século XX, sendo o lugar da seca e de profundas misérias. Entretanto, para Albuquerque Jr. (2009), as artes, os intelectuais e a mídia foram fundamentais na construção de estereótipos sobre o sertão nordestino, dando margem à interpretação de que o sertão não fazia parte do Brasil, como se um não pertencesse ao outro, trazendo então uma carga negativa e discriminatória para o sertão nordestino. Dessa forma, destacando distinções inseridas em uma sociedade, já que a “[...] identidade é, assim, marcada pela diferença” (WOODWARD, 2013, p. 9). Salientamos ainda, que “[...] assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2013, p. 75).

As diversas crônicas de Rachel de Queiroz buscam mostrar a reação das pessoas quando visitam o sertão em período de seca, demonstrando espanto, estranheza e sofreguidão ao se depararem com a paisagem ressequida do sertão nordestino. Em *Chuvas no Ceará*, temos o goiano que seguindo viagem de trem, sentado ao lado da escritora e também narradora, demonstrou seu olhar surpreso diante da paisagem que vislumbrava:

O goiano, sentado ao meu lado na boleia do caminhão, ou na poltrona do trem, afastava discretamente a vista da minha cara comovida, e fitava assustado a catinga. Pensava decerto nas matas imensas, nos rios, nas sucuris, nos bichos grandes e gordos da sua terra, no húmus fecundo do chão, no sombrio da floresta natal... (QUEIROZ, 1999, p. 21)

O mesmo olhar foi contemplado na crônica *Terra* (1963), quando o narrador evidenciou: “CHEGAM OS AMIGOS de visita pelo sertão e nos seus olhos leio o espanto, e quando não é espanto pelo menos é estranheza: que é que nos prenderá nesta secura e nesta rusticidade?” (QUEIROZ, 1995, p. 108). Na crônica *Verão* (1971), temos:

Todo nordestino fica danado da vida quando as pessoas a que ele dá importância vêm conhecer a sua terra nos meses do verão. [...] Estranho chega e logo vai estranhando, como é natural. Aos olhos deles o sertão está horrível, seco, cinzento, sem folha verde à vista, a caatinga virada numa floresta de garranchos. O gado fica magreirão, é claro, pois só come capim seco e o resto da palha do legume nas capoeiras. Os açudes baixam, os rios deixam de correr, as águas não são tão cristalinas, [...] (QUEIROZ, 2008, p. 214, 215)

O olhar do outro, discriminatório e preconceituoso, fez com que diversos escritores abordassem sobre o sertão nordestino, com a finalidade de apresentar as peculiaridades de sua terra, uma vez que, “[...] a localização sertaneja não se refere a um espaço imediato de vivência, a um lugar familiar e sempre visitado, ao contrário, qualifica localidades tidas como fora dos circuitos cotidianos” (MORAES, 2002-2003, p. 4), principalmente para a sociedade das diversas regiões que estavam em acentuado progresso. Notamos claramente a dicotomia existente entre sertanejo e não sertanejo, ou seja, uma identidade notada pela diferença, sendo que ser sertanejo ou não se posicionam como símbolos concretos que propiciam o reconhecimento das relações sociais. Sendo assim, “[...] a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social” (WOODWARD, 2013, p. 10).

Nas crônicas *Um alpendre, uma rede, um açude* (1947) e *Verão* (1971) percebemos que a cronista destacou o que o sertão oferecia aos seus moradores e que a sua paisagem, mesmo não tendo o perfil das que são consideradas “belas”, possuíam pontos positivos e que deviam ser notados por quem não conhecia o sertão de fato. Na primeira, a escritora demonstrou que o sertanejo precisava de pouco para ser feliz, para ele bastava um alpendre (abrigo), uma rede (repouso) e um açude (água) para que sua vida se tornasse próspera. A casa não precisava ter muitos atributos, bastava ter uma sala feita de tijolos de barro vermelho; ter uma mesa com tamboretas; ter um quarto com rede e um baú; um corredor e uma cozinha com fogão de barro, um pilão e uma cantareira. Na pequena área externa

próxima da casa, para que estivesse satisfeito, bastava apenas quatro pés de milho e feijão para o sustento; ter algumas cabras e ovelhas e, se possível, uma vaca dando leite. Como utensílios de trabalho e de afazeres domésticos, o sertanejo precisava de anzol, uma espingardinha de chumbo, um pau para matar cobra, um caco de enxada, um facão e uma cuia de tirar leite (QUEIROZ, 2008, p. 104, 105). É interessante destacarmos que a escritora deixou evidente a dicotomia existente de quem mora no campo e quem mora na cidade, elucidando o interesse de ambos. Para Queiroz, o sertanejo precisava de pouco, não tinha ambição, ao contrário dos que moravam em outras regiões do país, que só pensavam em fartura e desperdício. Outra crônica que também abordou a respeito da simplicidade da vida do sertanejo nordestino foi *Felicidade* (1955), publicada na *Coleção Melhores crônicas de Rachel de Queiroz*, organizada por Heloisa Buarque de Hollanda:

Outro dia, falando da vida do caboclo nordestino, eu disse que ele não era infeliz. Ou não se sente infeliz, o que dá no mesmo. Mas é preciso compreender quanto varia o conceito de felicidade entre o homem urbano e essa nossa variedade de brasileiro rural. Para o homem da cidade, ser feliz se traduz em “ter coisas”: ter apartamento, rádio, geladeira, televisão, bicicleta, automóvel. Quanto mais engenhocas mecânicas possuir, mais feliz se presume. Para isso se escraviza, trabalha dia e noite e se gaba de bem-sucedido.

O homem daqui, seu conceito de felicidade é muito mais subjetivo: ser feliz não é ter coisas; ser feliz é ser livre, não precisar de trabalhar. E, mormente, não trabalhar obrigado. Trabalhar à vontade do corpo, quando há necessidade inadiável. [...] De que é que eles gostam? [...] Gostam de doces de qualquer espécie, e de aluá, que é uma bebida feita com milho ou arroz fermentado e adoçada com rapadura. Mas, acima de tudo, gostam desta terra velha, ingrata, seca, doída, pobre; e nisso estou com eles, e só por cima dela temos gosto em tirar os anos de vida, e só debaixo dela nos saberá bem o descanso, depois da morte (QUEIROZ, 2008, p. 143, 145, 146).

A cronista demonstrou intimidade com a cultura sertaneja, a cada detalhe apresentado na paisagem e no cotidiano do homem em seu habitat, dos aspectos observados por ela, corroboram a sua relação com o meio ambiente, ou seja, o mundo vivido por ela, dando significado e sentido a ele. Em conversa com o jornalista Hermes Rodrigues Nery, Rachel de Queiroz declarou:

A criatura humana me fascina muito e me comove. Quando escrevo, tenho o ser humano como objeto da minha narrativa. Nunca descrevi uma paisagem senão em função de uma ação humana. A paisagem em si me deixa fria, não me empolga. Eu posso, por exemplo, ver a paisagem mais bonita do mundo, se tiver um pedacinho de muro derrubado, o menor sinal de presença humana ali, eu vou parar e cutucar a terra, a pedra, o tijolo, a ruína e deixo tudo de lado para contemplar aquele vestígio humano. O rosto fica pequeno

diante daquele vestígio: o céu, o mar, as estrelas. Nunca fui de fazer turismo para ver paisagem. Eu tenho paixão é pelo ser humano (NERY, 2002, p. 83).

Destacamos ainda, que Rachel de Queiroz não só apresentou as singularidades do sertão nordestino, mas revelou sua identidade. Boa parte da sua produção cronística demonstrou uma relação binária, o não sertanejo e o sertanejo, podendo ser analisada por meio de conceitos dos estudos culturais. Partindo das análises discutidas no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2011), de Stuart Hall, o sertanejo foi construído pela autora a partir da perspectiva do sujeito sociológico. O não sertanejo era visto como ser dominante, sua cultura como base da sociedade. Sendo assim, o sertanejo era como um ser inexistente, que ficava à margem. No livro *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (2013), organizado por Tomaz Tadeu da Silva, podemos compreender que o sertanejo era visto como o diferente, um ser desvalorizado em meio a uma sociedade que visava o progresso, a modernização e que se detinha do poder. Muitos dos que compunham essa sociedade se viam como a população correta, aquela que devia ser almejada e alcançada por aqueles que não conseguiam inserir-se nesse formato de cultura sulista. Quem não fazia parte dela deveria se adaptar ou continuar aquém, que era o que acontecia com o sertanejo. Sua cultura foi por muito tempo silenciada e, quando adentrava em solo desconhecido por se retirar da sua terra natal em busca de uma vida mais digna em algumas regiões brasileiras, era menosprezado e excluído do processo social. E então surgiu a premência de um novo olhar para o sertão nordestino, que foi evidenciado por autores que viveram na região e que perceberam a necessidade de valorizar o seu meio cultural, mostrando as suas particularidades como foi o caso de Rachel de Queiroz que além de valorizar o homem, também deu outro significado à terra, incluindo a paisagem.

A paisagem da crônica *Um alpendre, uma rede, um açude* foi apresentada por Queiroz a partir do mês de janeiro. Neste mês contemplamos uma relva rasteira e verdinha no chão; galinhas-d'angola semisselvagens começam a pôr ovos; com a chuva o pasto cresce e as cabras e vacas começam a dar cria; se a chuva for intensa, o açude fica cheio e o cardume de peixes também é abundante. No mês de maio podemos ver flores amarelas, perfumando o ar. Em julho temos a colheita de milho e os paus-d'arco ficam floridos, mas, a partir de agosto, as folhas começam a fazer um tapete no chão para em setembro perderem o seu brilho. E assim, o novo ciclo da seca recomeça trazendo a cor cinza e uma nova paisagem para o sertão.

Podemos constatar tal imagem, em pleno século XXI, através de uma reportagem publicada no site Globo.com, comparando a paisagem de Quixadá (CE) em dezembro de 2015 e janeiro de 2016.

Figura 3 - Verde no Sertão



Imagem mostra impacto das chuvas no interior do Ceará (Foto: Gooldemberg Saraiva/Monólitos Post)

Na crônica *Verão*, compreendemos que essa nova paisagem é passageira, efêmera: “Provisório. É essa a palavra que os estranhos não entendem. Que a secura, a falta do verde, as águas baixas, tudo é provisório e salutar” (QUEIROZ, 2008, p. 215). E, então, a cronista evidenciou que não foi só no sertão brasileiro que a paisagem se transformou, em outros países aconteceram variações bem parecidas em determinadas estações do ano. Na Alemanha e na Escócia, assim como no Nordeste, as folhas nasciam e caíam no tempo certo. Lá, também, as árvores ficam nuas ou a grama fica com aspecto de queimado e morto. Em Vermont, nos Estados Unidos, em novembro, a semelhança com o sertão é tão evidente, que a diferença só é perceptível, quando as pessoas começam a falar em inglês e também na culinária, que em nada tem a ver com o Nordeste. O chão de lá também fica cinzento, a mata rala e sem folhas, os animais comendo capim seco, falta de água por conta do intenso calor no verão. Na crônica, a escritora ainda demonstra que os nordestinos saem em vantagem em relação aos moradores dos lugares supracitados, pois não há comparação da sensação de aconchego que os ventos do Nordeste proporcionam aos seus habitantes, chegando a inundar a terra toda; o sol nascendo claro; os luares cada vez mais belos; as noites trazendo frescor; as madrugadas em puro esplendor; com o frio, a neve e a umidade recorrentes nos telhados e o gelo no chão daquelas terras, além das pessoas presas em seus lares, tremendo de frio e em busca constante por aquecimento (QUEIROZ, 2008).

Toda essa explanação foi enfatizada na narrativa para chamar a atenção mais uma vez dos brasileiros que moravam em outras regiões do país e questionavam sem conhecer as particularidades da terra nordestina:

Mas vem aqui algum carioca, ou paulista, ou goiano, na quadra estival, para nós tão propícia e logo exclama: - Que horror! Como se pode viver assim? Coitada dessa gente! Cadê os retirantes?

Não sabem que retirante é assunto de seca, e verão não é seca. Não sabem que é por causa do verão que nós praticamente não conhecemos moléstias, não sabemos o que é impaludismo, boubá, mal-de-chagas, febre amarela, aqui não dá berne no gado, e, se, aparece alguma aftosa ou raiva, é sempre trazida de longe.

Mas não adianta explicar, que eles não entendem. Veem um rio seco; não pensam que é uma ocorrência sazonal, regular, se espantam, acham que houve calamidade. O rio secou!

Não sabem que nos calores do verão a terra dorme e os homens folgam. Pra depois rebentarem em flor e fruto, com as águas novas (QUEIROZ, 2008, p. 216).

As paisagens descritas por Rachel de Queiroz em *As Chuvas no Ceará* (1944) e *Terra* (1963), podem ser consideradas de antipaisagens, pois distanciam-se do belo descrito nos textos literários dos séculos anteriores, em que a paisagem era

[...] o sentimento da natureza, reproduzida como um éden em jardins fechados, a que ela remetia. Essa aproximação do homem com o mundo natural tornava cada vez mais evidente o caráter ornamental da natureza e sua valorização estética, como símbolo distintivo de posição social (LUCHIARI, 2001, p.14).

Nas duas crônicas, Queiroz demonstrou que a natureza encontrada no sertão estava distante da natureza idealizada esteticamente pelos moradores de outras regiões, ela “[...] faz dos homens suas vítimas” (CASTRO, 2001, p. 01). Em *Chuvas no Ceará*, a cronista deixou claro que presenciou, no período em que a crônica foi escrita, o sertão em pura seca, a terra espedaçada pelo sol, a caatinga praticamente morta, os açudes sem água refletindo os reflexos do sol, as cabras procurando alimento e achando apenas a casca do marmeleiro, o sertanejo sem ter o que dar aos gados para comer, queimava espinho de mandacaru e xiquexique para aliviar a fome dos poucos animais restantes (QUEIROZ, 1999).

Em *Terra*, o sertão é: “Tudo tão pobre. Tudo tão longe do conforto e da civilização, da boa cidade com as suas pompas e as suas obras” (QUEIROZ, 1995, p. 109). Percebemos tal alusão em *Chuvas no Ceará* quando o goiano contemplava a terra ressequida e, atônito, provavelmente comparava a sua região com a que estava presenciando. Em diálogo com o

goiano e ao ouvir suas perguntas sem respostas, ela refletia em pensamento: “[...] que adiantava explicar nossos problemas de gente pobre àquele filho da fartura e do desperdício? Mas os jerimuns, a rama do feijão, as cacimbas cavadas nas vazantes decerto lhe responderam” (QUEIROZ, 1999, p. 22). Assim, o sertão apresentado pela escritora descrevia a cultura de um lugar, deixando evidente um espaço, um tempo e uma história. É importante ressaltarmos que num período em que a modernização avançava e alcançava muitas regiões, o sertão não possuía esse mérito. Em um determinado trecho da crônica *Terra*, a autora fez menção a essa modernização, que mesmo chegando aos poucos ao contexto daquela sociedade não se encaixava com os modelos padrões vividos por eles: “O encanamento novo é um anacronismo, a geladeira entre os móveis primitivos de cumaru parece sentir-se mal” (QUEIROZ, 1995, p. 109). Destacou Francisco Ferreira de Lima:

Quanto mais imerso na paisagem, tanto mais difícil para o homem compreender as teias de significação em que está enredado. Para ele, tudo parece natural, tudo parece o mesmo desde a origem dos tempos, quando não resultado da vontade de Deus – aspecto, aliás, facilmente compreendido pelos de fora, aqueles que a veem pela primeira vez. Se a paisagem é lugar de espanto e admiração; é também lugar de sofrimento e maldição. Por isso, podemos dizer que há paisagens e paisagens. Há o *lócus amoenus* para deleite dos olhos e o *lócus horrendus* para a desgraça dos desvalidos (LIMA, 2013, p. 190).

Diante disso, a paisagem expressa pelo narrador não abarcava a natureza concebida com características que remetem ao “belo” e sim ao “feio”, enfatizando os pontos negativos da paisagem vista. Em *Terra*:

Nem paisagem tem, no sentido tradicional da paisagem. Agora, por exemplo, fins d’águas e começos de agosto, o mato já está zarolho. E o que não é zarolho é porque já secou. Folha que resta é vermelha, caíram as últimas flores das catingueiras e dos paus-d’arco, e não haveria mais flor nenhuma não fossem as campânulas das salsas, roxas e rasteiras (QUEIROZ, 1995, p. 109).

Em *Chuvas no Ceará*: “À esquerda e à direita, para frente e para trás, tínhamos só a catinga, sempre a catinga intratável dos verões, a terra vermelha semeada de pedregulhos, a galharia seca toda confundida na mesma nudez negra, o vazio, o desabitado sem fim” (QUEIROZ, 1999, p. 21). Assim, Rachel de Queiroz compôs narrativas que representavam o meio em que ela vivia, dos habitantes que residiam nele, explorando os costumes, a linguagem local, a terra, a fauna, a flora, conseguindo inserir em sua narrativa, os quatro

elementos que compõem uma paisagem: o ar, a terra, a água e o fogo. Para Cauquelin (2007), “[...] não existe paisagem sem o combate ritual de ao menos dois elementos entre si” (p. 146). Na crônica *Terra*, percebemos a “terra seca, árida, áspera” e os “serrotes de pedra do Quixadá” em luta com o “horizonte sépia e cinza” / “o horizonte redondo e desnudo, o vento nordeste varrendo os ariscos” (QUEIROZ, 1995, p. 109); a água indo de encontro com o fogo: “E a água, a própria água, não dá a impressão de fresca: nos pratos-d’água espelhantes ela tem reflexos de aço, que dói nos olhos” / “o sol bate neles de chapa, tira faíscas de arco-íris” (QUEIROZ, 1995, p. 109). Além disso, a paisagem descrita pela autora, por trás da aparência está cheia de significados, ela relaciona homem, sociedade e natureza, dentro de um contexto histórico, que “[...] como construção social, está impregnada dos valores sociais do grupo que a construiu” (CORREA; ROSENDAHL, 2004, p.8).

O intuito de Rachel de Queiroz em se reportar à paisagem do sertão era de chamar a atenção da sociedade para uma terra esquecida, perdida em um país que vivia inúmeras transformações do capitalismo. A cada expressão utilizada na crônica, nota-se a representação da identidade de uma região, da cultura de um povo. A voz de Queiroz ecoava por um todo, ela não expressava sobre algo que a afligia unicamente, mas sim que repercutia na realidade dos sertanejos, de forma geral. E essa voz surgiu como um desabafo, um clamor em prol daqueles que não tinham como se expressar. Castro (2001) referiu-se a Furtado (1972) para demonstrar que a construção histórica relacionada ao povoamento do país evidenciou que o território de clima árido sempre ficou à margem da sociedade, pois nele

as matas ralas, os arbustos espinhentos, os solos nus eram as marcas de uma outra paisagem, contrastante com a que foi encontrada no litoral úmido. O fascínio da exuberância do verde das florestas chocava-se diante da rala caatinga, além disto, tudo que estava além do litoral açucareiro, *locus* da riqueza e da cobiça dos primeiros séculos da colonização, era menosprezado (FURTADO, 1972).

E não era diferente ainda na segunda metade do século XX. Tanto em *Chuvas no Ceará* quanto em *Terra*, percebemos o espanto das pessoas que visitavam o sertão. Na primeira, a cronista demonstrou uma comparação, mesmo que subentendida, entre o campo goiano e o campo sertanejo; e, ainda, nos apresentou uma paisagem imaginária construída através do olhar de um agrônomo que também estava a caminho do Ceará:

No carro-restaurante, sentado ao nosso lado, um agrônomo (cuja profissão parecia até irônica, naquele cenário) ia apontando orgulhoso os marmeleirais queimados, as capoeiras magras, as ramadas de espinho:

- Terra boa! Dá algodão melhor que o do Egito, espiga de milho de quilo e meio, caroço de feijão do tamanho de fava...

O goiano afrontava os golfões de poeira, esquadrinhava a paisagem procurando os roçados:

- Onde?

O agrônomo fazia um gesto largo:

É só chover!

E o trem tocava para diante. Quando foi parando numa estação, deixando ver ao longe uma casa branca e velha, isolada num alto, com a parede do açude se arredondando ao lado, e embaixo a várzea de lama seca, estrelada de rachaduras, o agrônomo louvava:

- Isso não é fazenda, é um condado! Boa pra gado, boa pra lenha, boa pra plantar tudo! Deixa chover!

E eu escondi meus olhos cheios de lágrimas, porque naquela casa se criaram meu pai e meu avô, criei-me eu; e o bando de caboclos magros, com roupa precária, a cara funda, que me vêm receber alegremente à estação, foram meus companheiros, são meus amigos, meus afilhados, meus irmãos de criação (QUEIROZ, 1999, p. 22).

Aqui percebemos que a cronista enfatizou outro sentido dado, através do olhar do agrônomo, às terras sertanejas, como sendo um lugar que emitia tranquilidade e paz, podendo oferecer oportunidades de uma vida decorosa e ainda com uma paisagem singular (ARAÚJO, 2013).

Em *Terra*, a cronista buscou encontrar semelhanças do campo tradicional com o sertão e a catinga, mas para esta nem de campo o sertão podia ser chamado, já que a natureza que o compõe não era a mesma que compõe os campos conhecidos pelo mundo, confirmando o pensamento de Holzer (1999), de que “[...] a individualidade da paisagem só é reconhecível quando comparada com outras paisagens” (p. 154).

Não tem nada dos encantos tradicionais do campo, como os conhecemos pelo mundo além. Nem sebes floridas, nem regatos arrulhantes, sem sombrios frescos de bosque – só se a gente der para chamar a catinga de bosque.

Não, aqui não há por onde tentar a velha comparação, a clássica comparação dos encantos do campo aos encantos da cidade. Aqui não há encantos. Pode-se afirmar com segurança que isto por aqui não chega sequer a ser campo. É apenas sertão e catinga. As delgadas, escuras cercas de pau a pique cavalgando as lombadas, o horizonte redondo e desnudo, o vento nordeste varrendo os ariscos (QUEIROZ, 1995, p. 109).

Salientamos ainda que o narrador estava a contemplar uma paisagem em que o local não foi identificado exatamente, mas subentende-se que seja um olhar a partir da fazenda *Não me deixes*, propriedade da escritora Rachel de Queiroz, na cidade na qual passava parte do ano, pois lá tinha serenidade para escrever e desfrutar do sertão que tanto a inspirou em suas

obras. Rachel de Queiroz era um ser tão brasileiro, que demonstrava o seu amor pelo sertão, “[...] onde quer que esteja, Rachel aparenta sempre falar do ponto de vista de suas vivências originais, de sua ligação visceral com o sertão cearense” (HOLLANDA, 2008, p. 12). Metaforicamente, assim como Charles Baudelaire flanava na cidade, o olhar de Rachel de Queiroz passeava pelo sertão, pois o flâneur tem a pretensão de mostrar o mundo particularmente, da maneira como o escritor o vê. Ao analisar, observar e sentir o sertão, Queiroz compreendia e refletia sobre seus fenômenos, transmitindo-os através dos seus textos:

Os longos períodos de seca rigorosa, com chuvas apenas entre fevereiro e abril, devido ao clima quente, semiárido, favorecem a paisagem de cactos e a vegetação rasteira. No entanto, o que torna a região excepcional são as excêntricas formações rochosas que irrompem em meio à monotonia da paisagem sertaneja. [...] A paisagem monocórdia, o horizonte sépia e cinza e, de repente, o brilho do sol inventa faíscas de arco-íris ao bater nas pedras de Quixadá (FONTES, 2012, p. 153, 154).

Sendo assim, a paisagem alcançada pelo olhar do narrador, na crônica *Terra*, delineava parte do sertão, mas que era possível compreendê-lo como um todo. Seu ponto de vista abarcava um horizonte que cabia no olhar do observador, tornando-o parte dessa paisagem, podendo descrevê-la com maior propriedade como algo vivido pelo observador (COLLOT, 2010), pois a paisagem é produto do olhar e sem “[...] um olho que a recorte e a construa na disposição e significado de seus elementos, ela não existe” (LIMA, 2013, p. 198). O narrador descreveu:

1. A paisagem

Nem paisagem tem, no sentido tradicional da paisagem. Agora, por exemplo, fins d’águas e começos de agosto, o mato já está zarolho. E o que não é zarolho é porque já secou. Folha que resta é vermelha, caíram as últimas flores das catingueiras e dos paus-d’arco, e não haveria mais flor nenhuma não fossem as campânulas das salsas, roxas e rasteiras (QUEIROZ, 1995, p. 109).

2. O horizonte

No horizonte largo tudo vai ficando entre sépia e cinza, salvo as manchas verdes, aqui e além, dos velhos juazeiros ou das novatas algarobas. E os serrotes de pedra do Quixadá também trazem a sua nota colorida; até mesmo

quando o sol bate neles de chapa, tira faíscas de arco-íris (QUEIROZ, 1995, p. 109).

3. A água

E a água, a própria água, não dá a impressão de fresca: nos pratos-d'água espelhantes ela tem reflexos de aço, que dói nos olhos (QUEIROZ, 1985, p. 109).

4. A casa

A casa fica num alto lavado de ventos. Casa tão rústica, austera como um convento pobre, as paredes caiadas, os ladrilhos vermelhos, o soalho areado. As instalações rudimentares, a lenha a queimar no fogão, a água de beber a refrescar nos potes. O encanamento novo é um anacronismo, a geladeira entre os móveis primitivos de cumaru parece sentir-se mal.

5. A falta de jardim, pomar e bosque

Não tem nada dos encantos tradicionais do campo, como os conhecemos pelo mundo além. Nem sebes floridas, nem regatos arrulhantes, sem sombrios frescos de bosque – só se a gente der para chamar a catinga de bosque.

Não, aqui não há por onde tentar a velha comparação, a clássica comparação dos encantos do campo aos encantos da cidade. Aqui não há encantos. Pode-se afirmar com segurança que isto por aqui não chega sequer a ser campo. É apenas sertão e catinga. As delgadas, escuras cercas de pau a pique cavalgando as lombadas, o horizonte redondo e desnudo, o vento nordeste varrendo os ariscos (QUEIROZ, 1995, p. 109).

6. Alguns animais

Aqui tudo é diferente. Você vê falar em ovelhas – e evoca prados relvosos, os brancos carneirinhos redondos de lã. Mas as nossas ovelhas se confundem com as cabras e têm o pelo vermelho e curto de cachorro do mato; verdade que os carneirinhos são lindos (QUEIROZ, 1995, p. 110).

7. O povo

E ainda não se falou no povo. Que não tem celeiros nem gordos rebanhos; só o parco feijão e as mãos de milho seco para virar o ano, no quarto do paiol, e os magros bodes, que é este o país dos bodes (QUEIROZ, 1995, p. 110).

Ainda em *Terra* podemos perceber duas comparações: a dicotomia existente entre o campo tradicional, o sertão e a catinga, como também a analogia entre o sertão e Israel. A primeira já explicitada anteriormente e a segunda pela aproximação existente entre o sertão nordestino e a Terra Santa pela busca incessante por água, duas paisagens parecidas, enveredadas de “[...] pedra, espinho e garrancho” (QUEIROZ, 1995, p. 110).

É interessante que na segunda comparação o narrador deixou explícito que havia um grande mistério entre o sertão e Israel, que da mesma maneira que esta foi escolhida para ser a terra daquele que foi considerado puro e sem maiores ambições, o sertão também podia ser considerado uma dádiva divina, envolto por um enigma que não podia ser compreendido por olhos humanos. Assim refletiu o narrador:

Comparo este mistério do Nordeste ao mistério de Israel. Aquela terra árida, aquelas águas mornas, aqueles pedregulhos, aqueles cardos, aquelas oliveiras de parca folhagem empoeirada – por que tanta luta por ela, milênios de amor, de guerra e saudade? [...] Não sei. Mistério é assim: está aí e ninguém sabe. Talvez a gente se sinta mais puros, mais nus, mais lavados (QUEIROZ, 1995, p. 109, 110).

Evidenciaremos outro aspecto: a escritora Rachel de Queiroz abordou em suas crônicas sobre as vivências da sua gente, da sua terra e as agruras por quais estes passavam, demonstrando certo desconforto quanto às ambições citadinas e o progresso que só poderiam ser vistos, almeçados e experimentados por uma classe que não abarcava o sertão nordestino.

A pureza dos sertanejos evidenciada através do narrador de Rachel de Queiroz girou em torno de um povo que não precisava de muito para viver, mas que foi esquecido e viveu em meio aos preconceitos de uma sociedade que só pensava em sua própria riqueza e estava em constante ambição. Para os sertanejos é: “Tudo tão longe. Tão longe as solicitações. [...] Nem anúncios oferecendo, nem oportunidades de tentação. A pobreza é uma garantia” (QUEIROZ, 1995, p. 110).

Desta forma, o que restava a eles era sonhar, almejar uma plantação rendosa, uma colheita lucrativa, uma terra para criar gados gordos e para colher saborosas frutas, mas o que estava continuamente diante dos seus olhos era uma paisagem árida, de sol e mormaço. Para eles, “[...] uma lagoa é como um sol líquido, em torno do qual gravitam as plantas, os homens e os bichos. Pequenas ilhas d’água cercadas de terra por todos os lados e em redor dessas ilhas a vida se concentra” (QUEIROZ, 1995, p.111, 112).

Outro aspecto importante e que precisava ser evidenciado nesta análise foi a forma utilizada pela escritora Rachel de Queiroz na composição das suas narrativas. Muitas de suas

crônicas se aproximam muito da prosa poética. A troca de sensações entre o olhar da cronista, do goiano e do agrônomo na viagem descrita em *Chuvas no Ceará*, demonstrou a sensibilidade da escritora em transformar um fato corriqueiro em um instante poético.

Notamos um toque do estilo romântico nas narrativas modernas da referida autora. Destacamos em seus textos sensibilidade, simplicidade, exaltação à natureza, volta ao passado, valorização da sua terra e sua gente.

Assim como os românticos buscavam compor uma identidade brasileira, Rachel de Queiroz defendia a identidade sertaneja, focando em suas narrativas uma abordagem mais aproximada da fala, da oralidade e da realidade do seu povo.

Ratificou Heloisa Buarque de Hollanda:

Engana-se, entretanto, o leitor que supõe ser esta uma escrita fácil. Rachel inúmeras vezes relata em entrevistas e crônicas a dificuldade da escrita simples, um resultado que perseguia e ao qual se dedicava com afinco e disciplina. Portanto, sua simplicidade foi uma simplicidade trabalhada, duramente conquistada. Sua fala simples e desarmada revela, antes de mais nada, segurança profissional (HOLLANDA, 2010, p. 29).

E através desta escrita clara e poética sobre o sertão, que Queiroz se aproximava da literatura apresentada por seu primo distante José de Alencar que, assim como ela, enfatizou em suas obras temáticas relacionadas à cidade e ao campo, ao litoral e ao sertão, como tantas outras que compuseram o cenário brasileiro. Destacamos que os temas abordados pela escritora Rachel de Queiroz, apesar de nos reportar a traços do movimento Romântico, possuíam uma visão e estilos modernos.

Com a crônica *Pici* (1975), percebemos a agrura de Rachel de Queiroz ao relembrar pormenores do sítio, lugar onde produziu a sua primeira obra *O quinze* (1930) e que lhe trouxe recordações alegres e dolorosas, como a morte dos dois irmãos, do pai, o advento da guerra... E com o passar do tempo o Pici foi perdendo seus traços de outrora, pois a cidade começou a crescer, o terreno passou a ser invadido e a mãe da escritora viu-se obrigada a vender a propriedade do local que compôs parte de sua trajetória de vida:

Foi em 1927. Eu estava naquela faixa de entreaberto botão entrefechada rosa, louca por desabrochar e ver o mundo. No sertão o vento nordeste já soprava violento, a folha do marmeleiro enrolava e caía, e o mormaço do verão, entre as duas e as três da tarde, era de crestar a pele do rosto e as flores no meu pequeno jardim.

E então nós iniciamos a campanha pelo sítio de veraneio: e meu pai acabou comprando o sonhado sítio: por nome Pici, com açude, pomar, baixio de

cana, num vale fresco e ventilado para os lados da Parangaba. Só que nesse tempo se dizia Porangaba.

E começou nessa época um período muito feliz. Nós éramos seis filhos – dois rapazes, dois meninos e a caçula que começava a engatinhar. E eu. [...]

Hoje, me contam que por lá mal há vestígios do que foi: aterraram o açude; onde era o engenho é agora uma igreja; abriram ruas no pomar, derrubando as mangueiras. Leio nos jornais a respeito do *campus* universitário do Pici – será na base dos americanos? Diz que o casarão é hoje uma velha casa de quintal pequeno, habitada por sucessivas famílias de estranhos.

Nunca mais fui lá. Dói demais, vai doer demais, imagino. Eu ainda escuto no coração as passadas de meu pai no ladrilho do alpendre, o sorriso de minha mãe abrindo a janela do meu quarto, manhã cedo: “Acorda, literata! Olha que sol lindo!” E as mangas bola-de-ouro, que eram os cuidados dela – terão derrubado a mangueira bola-de-ouro?

Não, nunca mais quero ir lá. Ninguém desenterra um defunto amado para ver como é que estão os ossos (QUEIROZ, 2008, p. 228, 230).

Esta nostalgia nos remeteu a uma das características do estilo romântico, a qual levou o escritor a sentir saudade de situações vividas no passado. Um sentimento de dor, de tristeza, por algo que não se tem mais. Mas a dor de Queiroz era tão intensa, que esta não queria mais voltar ao sítio e sim permanecer apenas com suas lembranças.

Diante disto, percebemos que Rachel de Queiroz, mesmo escrevendo no período literário denominado de Modernismo, pôde, em suas obras, destacar características típicas do Romantismo, principalmente o traço lírico. Podemos fazer um paralelo entre Rachel de Queiroz e Rubem Braga, escritores contemporâneos no contexto da época. Em seu livro *Caçador de ventos e melancolias: um estudo da lírica nas crônicas de Rubem Braga* (2001), Ribeiro apresentou características de Rubem Braga bem similares à vivência de Rachel de Queiroz, cronistas que interligaram crônica e poesia.

Ambos os escritores nasceram no início do século XX, passaram a infância no interior, em contato direto com a natureza, com os animais, com a gente de sua terra e descobriram a literatura muito jovens. Atentemo-nos, então, que muitas de suas crônicas reportavam ao seu lugar de origem, fazendo com que estas narrativas se assemelhassem aos textos do Romantismo, apreendendo-se de lirismo. Sendo assim, a estrutura formal, a idealização do passado, a valorização da natureza, a relação entre lirismo e crítica social, serão foco no próximo capítulo.

4 UM OLHAR SOBRE A CIDADE: DISSABORES AO PROGRESSO EM CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ

Sempre defendi com paixão a teoria de que o homem não nasceu para viver nestas imensas cidades – formigueiros onde se concentra. Que a natureza humana pede espaços abertos, as distâncias curtas, os ares limpos, o viver natural do campo.

Mas outro dia essas minhas crenças – que na verdade exprimem as preferências mais veementes do meu coração – viram-se abaladas depois da leitura de um artigo não assinado, em jornal. Dizia o anônimo articulista que, ao contrário do que se clama, o homem não gosta de viver no campo, realmente detesta viver no campo. Que o homem acima de tudo é um animal gregário e só lhe apraz andar em bandos e enxames, como formigas ou abelhas.

A gente pensando – vai ver que é isso mesmo. O maior castigo que se pode impor a um homem é a solidão. Pior que os açoites ou correntes, há o castigo intolerável: o confinamento solitário. À natureza profunda do ente humano repugna ver-se isolada do convívio dos seus semelhantes, e o pior de todos os castigos é aquele que fere a nossa natureza profunda. [...]

Desde os começos do tempo que o homem se agrega, se amontoa. Partindo do casal logo se chega à família, à tribo, à horda, ao povo, à nação, ao império. Quanto mais gente, melhor. O objetivo é congregar, uns porque aspiram a dominar; os mais, que aceitam ser dominados conquanto a dominação lhes permita continuarem como unidades do rebanho. Rebanho: está aí o que o homem gosta de ser. [...]

É inútil clamar e reagir contra a megalópole, pois para ela é que o mundo anda. Só quem ama o campo e deseja viver no mato em solidão são alguns poucos excêntricos, misantropos, intelectuais sofisticados. O resto da massa humana, Deus lhe botou na alma o mesmo instinto gregário da abelha, que só sabe, só quer viver concentrada na colmeia, cada uma no seu alvéolo. Nem que morra por isso.

(Rachel de Queiroz)

Assim como no campo, a cidade tem como papel fundamental oferecer moradia e condições de sobrevivência para o homem, mesmo que ambas se oponham em algumas esferas. Segundo Ferreira (2008), a cidade é um “[...] complexo demográfico formado por

importante concentração populacional não agrícola e dada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe” (p. 234).

Analisando a cidade, a partir do olhar literário, o texto publicado na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, de Luis Roberto do Nascimento e Silva (1994), ratificou que esta começou a ser vista literariamente a partir de Babel. O autor mencionou que Franz Kafka já tinha desenvolvido também sobre essa questão em *O Emblema da Cidade*, onde apresentou a Torre e a Cidade como representações da experiência humana. Relatou ainda que os escritores sempre estarão questionando e escrevendo sobre as angústias e descobertas que remetem às cidades e começou a citar autores que analisaram cidades, como Roma (Santo Agostinho, Goethe, Marguerite Yourcenar) e Paris (Balzac, Molière, Hemingway). No Brasil, algumas cidades também inspiraram os melhores escritores e poetas, como Rio de Janeiro (Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Mário de Andrade), Itabira (Carlos Drummond de Andrade), Tebas (João Cabral de Melo Neto). Compreendemos, através da explanação de Silva, que não apenas as cidades concretas foram fontes de inspiração dos escritores, temos ainda as cidades imaginárias, como Pasárgada (Manuel Bandeira) e Kublai Khan (Ítalo Calvino).

Silva (1994) retomou cidades concretas que sobressaíram na literatura, Paris (França) e Baião (Portugal), no romance *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, que refletiu o conflito existente entre a cidade e o campo e *Buenos Aires* (Jorge Luís Borges). Para ele, “[...] as cidades são seres vivos em permanente evolução” e também “[...] o cenário de um processo de acumulação de valores históricos e de práticas sociais vividas por seus moradores” (p. 10).

É importante enfatizarmos que todo o interesse surgido pelo estudo da cidade, no contexto literário, surgiu a partir de Charles Baudelaire. No artigo *A cidade como representação da Modernidade na poesia de Baudelaire* (2004), Kirchoff iniciou com uma abordagem a respeito de que muitos autores compreendiam o começo da poesia modernista com Charles Baudelaire, pois este foi o primeiro poeta a eleger a *cidade grande* como objeto poético. Para ele:

É na *cidade grande* que Baudelaire encontra o objeto poético ideal para construir a principal metáfora desse novo tempo. A cidade representa fisicamente as novas formas de organização social, decorrentes da desintegração da *ordem medieval*, atuando como uma espécie de catalizador de todas as novas relações possíveis em um universo não mais organizado pela *ordem clerical* (KIRCHOFF, 2004, p. 2).

Este mesmo enfoque pôde ser encontrado no texto *Poesia e realidade contemporânea* (1989), de Ferreira Gullar, mostrando que o poeta moderno se desvinculou dos padrões do passado para dar uma nova roupagem à poesia modernista. Alguns questionamentos são feitos por Gullar a respeito dos poetas anteriores, como Horácio, Virgílio, Dante e os poetas do século XX, estes compreendem o mundo de maneira diferente daqueles:

O mundo não é mais material hoje do que era antigamente, mas a sua materialidade nos é muito mais presente à experiência, porque a nossa cultura se funda na investigação positiva da natureza, na descoberta das leis que a regem e no desenvolvimento de uma tecnologia que a transforma e mesmo a violenta em escala nunca vista antes. Noutras palavras, enquanto para Horácio a realidade se decifrava em termos mitológicos, para o poeta de hoje ela se decifra em termos científicos e, ainda que o poeta não faça dessa decifração a sua resposta à existência, não pode ignorá-la (GULLAR, 1989, p. 11).

Diante disso, percebemos que os poetas greco-romanos escreviam sobre a realidade da sua época, que tinha uma relação direta com os preceitos mitológicos; já na era cristã pelos preceitos da Igreja e a poesia moderna é regida pela vontade dos homens, restabelecendo o mundo pagão.

Ainda segundo Kirchoff (2004), podemos identificar nas poesias de Baudelaire a efemeridade, que foi presenciada em sua poesia sobre a cidade e a natureza. Além da efemeridade, outro ponto enfatizado foi a *flanerie*, já mencionada no capítulo anterior, derivada da palavra *flâneur*, que significa aquele que caminha, passeia. Podendo ser considerada como o meio pelo qual o poeta, mesmo sem fazer parte da cidade, a contempla, pois a partir do olhar investigativo, há a compreensão e a reflexão dos fenômenos que a envolvem.

Kirchoff (2004) citou a autora Ferrara para que compreendêssemos um pouco mais sobre a *flanerie*:

Se a imagem urbana era, sobretudo, visual e icônica, o imaginário é polisensorial e resgata índices, marcas, signos para, com esses fragmentos, produzir uma constelação, uma unidade que atua como metáfora da cidade: a solidão que se concretiza na multidão, o *flâneur*, a prostituta, o burguês, a velocidade são metáforas da modernidade e temas constantes do imaginário urbano (FERRARA, 1997, p. 196).

Kirchoff (2004) deu continuidade ao texto, mostrando alguns exemplos retirados dos *Quadros parisienses* e do poema *Paysage* asseverando que Baudelaire tomou a *cidade grande*

não apenas como espaço simultaneamente físico e social, mas também usou esse mesmo lugar, a partir da *flanerie*, para transformá-lo em uma alegoria da modernidade.

O autor citou Benjamin para expressar que para este nem a cidade grande nem a multidão constituem o foco principal em *As flores do mal* (1857), uma das obras de Charles Baudelaire. Segundo Edgar Roberto Kirchoff,

Benjamin retrata, através do paradoxo, a atitude perceptiva de Baudelaire, que se ancora na *imaginação*. É essa atitude que permite ao poeta realizar a *transfiguração* dos objetos urbanos parisienses em *objetos imaginários*. E o resultado dessa transformação é, primeiro, um certo *satanismo*, manifesto no culto presente; segundo, o *spleen* ou melancolia, uma tristeza profunda, vinculada no sentimento de que o passado está se perdendo no presente e de que o presente não permanece; terceiro, o *erotismo desviante*, que encontra amor e beleza no feio e no abjeto. A inspiração desses temas é buscada, por Baudelaire, principalmente no romantismo (KIRCHOFF, 2004, p. 02, 03).

Ao discutir a respeito de alguns poemas dos *Quadros parisienses*, como *Le cigne*, *Uma mendiga ruiva*, *Sete velhos* e mais detalhadamente o poema *Paysage*, Kirchoff chegou à conclusão que:

é a disposição paradoxal, na poesia baudelairiana, que desponta como o elemento verdadeiramente novo em relação à tradição poética anterior. É ela que constitui *as cordas jamais tocadas do instrumento inaudível em que Baudelaire devaneia*, para citar as palavras de Benjamin. O paradoxo engendra, de um lado, a mediaticidade do objeto em seu tempo presente e, de outro lado, o apelo a repertórios sígnicos derivados de tradições passadas, cujo objetivo é transfigurar o próprio presente. Esse mesmo paradoxo se reflete na vontade de transformar o urbano em natural. *Presente e passado, cidade e natureza*, portanto, convivem de forma antagônica e harmônica. O antagonismo decorre das contradições lógicas entre os dois mundos, ao passo que a harmonia é garantida pela coerência da construção poética, ancorada na própria tradição (métrica e melodia) e no desejo do poeta. [...] Em suma, Baudelaire explora, pela primeira vez na história da poesia, um imaginário fundado na *transitoriedade do presente*, ligado à *eternidade do passado*. O resultado, como não poderia deixar de ser, é o do paradoxo, manifesto principalmente pelo sentimento melancólico do *spleen*, do qual o poeta é tomado em sua atitude de *flaneur* (KIRCHOFF, 2004, p. 05).

Dessa forma, coube aos escritores, em suas obras, refletir e registrar sobre as cidades, deixando-as vivas para os leitores das gerações vindouras. E assim Rachel de Queiroz assumiu o seu papel de apresentar uma cidade impactada pelo progresso, pela urbanização e pela modernização. Buscou demonstrar por meio das crônicas a realidade do Rio de Janeiro, já que as narrativas analisadas neste capítulo foram escritas nesta metrópole, nas quais a

escritora registrou seu olhar diante às paisagens modificadas da cidade em constante conturbação e avanço.

Diante disso, faremos um breve relato histórico do Rio de Janeiro para que compreendamos, com mais eficácia, a análise da crônica *Os bondes* (1975). O Rio de Janeiro foi avistado por navegadores portugueses em 1º de janeiro de 1502, mas a cidade só foi fundada em 1º de março de 1565. Até o final do século XVIII, a mesma não possuía transportes, as ruas eram sem calçamento, não havia higiene e, por este motivo, muitas eram as epidemias. Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, o Rio de Janeiro passou a ser a capital brasileira e a cidade carioca começou a se desenvolver de forma extraordinária, melhorando a infraestrutura urbana. Todos os órgãos da administração pública e da justiça foram transferidos para o Brasil, colaborando para a criação de academias, hospitais, quartéis, entre outros.

Mary Del Priore e Renato Venâncio, no livro *Uma breve história do Brasil* (2010) complementaram que:

Durante sua permanência no Brasil, d. João incentivou o aumento das escolas régias – equivalentes, hoje, ao ensino médio -, apoiando também o ensino de primeiras letras e as cadeiras de artes e ofícios. O príncipe regente criou, ainda, nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, a Escola de Cirurgia, na Bahia, em 1808. No Rio, ampliava-se a Academia Militar, enquanto na Bahia e no Maranhão solidificavam-se escolas de artilharia e fortificação. Bibliotecas e tipografias começaram a funcionar, sendo a Imprensa Régia, na capital, responsável pela impressão de livros, folhetos e periódicos, nela publicados entre 1808 e 1821 (PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 160).

Em 1821, D. João VI retornou a Portugal, deixando seu filho D. Pedro de Alcântara a governar uma nova cidade, com diversas inovações: jornais, escolas, museus, teatro, Imprensa Régia, Biblioteca Nacional, Jardim Botânico, Arquivo Militar, Academia de Marinha, Banco do Brasil, Fábrica de Pólvora e demais outras. Tais abordagens são pertinentes para compreendermos a análise da crônica *Os bondes* (1975) e que faremos um paralelo com uma crônica de Machado de Assis, que tanto explanou sobre as transformações cariocas em seus textos. Machado de Assis foi um cronista ativo. No decorrer da sua vida como escritor, compôs mais de 600 crônicas e exerceu a atividade jornalística por mais de 40 anos, divulgando seus textos nos principais jornais da época, o *Gazeta de Notícias* e *A Semana*. Assis retratou o cotidiano do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e início do século XX, e a partir dos seus textos conhecemos fatos históricos e sociais do cenário carioca.

No decorrer dos anos, a cidade passou por diversas mudanças políticas, culturais e sociais. Inclusive, tornou-se a maior produtora de café e, por conta disto, despontou a necessidade de construção da primeira estrada de ferro do país, que ligava o Porto de Mauá, conhecida por Magé, até a Raiz da Serra da Estrela, nas mediações de Petrópolis. Sendo assim, apontamos os meios de transporte que compuseram o cenário fluminense: a serpentina, sege, rede, cadeirinha, cangalha, carreta a tração humana ou “piolho”, a liteira, os ônibus, as gândolas fluminenses.

Mas, o primeiro bonde do Brasil surgiu em 30 de janeiro de 1859, por intermédio do Dr. Thomas Cochrane, que criou a *Companhia de Carris de Ferro da Cidade à Boa Vista*. No entanto, a inauguração deu-se em 26 de março de 1859, com a presença do Imperador D. Pedro II e sua esposa.

Em 08 de outubro de 1892 surgiu o primeiro bonde elétrico do Brasil e de toda América do Sul, que fazia o trajeto do centro da cidade ao Largo do Machado, onde ficava o escritório da companhia. E foi nesse período de efervescência do progresso, que Machado de Assis escreveu a crônica *16 de outubro de 1892*, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, na coluna *A Semana*. Nela percebemos como as mudanças foram marcantes na vida social, política e cultural da sociedade brasileira da época, através do avanço tecnológico. De acordo com Gomes (2008), no processo de demolição e reconstrução do Rio de Janeiro, os intelectuais do período escreviam e liam sobre a cidade com o olhar voltado para o que era urbano e moderno. Sendo assim, Machado de Assis utilizou fatos do cotidiano para despertar no leitor uma reflexão a respeito da modernização:

Para não mentir, direi o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu bond, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o bond elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, como lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como as de plena propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca? (ASSIS, 1892).

O narrador encontrava-se em um bonde de tração animal e via pela primeira vez o bonde elétrico, inaugurado uma semana antes do episódio relatado. Em primeira instância observou o comportamento do condutor, que se sentia orgulhoso por estar participando do processo de modernidade.

O narrador, ao debochar do condutor do bonde elétrico, propiciou a reflexão em torno de que o progresso pode beneficiar uma classe elitizada, a minoria da sociedade. Já a maioria, o povo, os subalternos, ficava em segundo plano e à margem do contexto de modernização. Notamos tal análise na fábula, uma espécie de alegoria, introduzida na crônica, quando dois burros discutem a respeito da passagem do bonde por tração animal ao bonde elétrico.

Antes de introduzir o diálogo entre os dois burros, o narrador situou o leitor de que compreendia a língua dos animais, citando Gulliver, personagem do livro *As viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift, que de forma satírica e irônica criticou em tom fabuloso a natureza humana e condenou a sua maneira rídica de ser. A última viagem feita por Gulliver leva-o ao país dos Houyhnhnms, o qual residia cavalos providos de inteligência e cheios de virtudes que se relacionavam com pessoas rudes, grosseiras e descuidadas conhecidas como Yahoos, ou seja, seres humanos usados como serviçais:

Como eu conheço um pouco a língua dos Houyhnhnms, pelo que dela conta o famoso Gulliver, não me foi difícil apanhar o diálogo. Bem sei que cavalo não é burro; mas reconheci que a língua era a mesma. O burro fala menos, decerto; é talvez o transitar daquela grande divisão animal, mas fala (ASSIS, 1892).

As crônicas de Machado de Assis publicadas em *A Semana* (1892-1897) giravam em torno da modernização, enfocando tanto o lado físico quanto o comportamento da sociedade diante das transformações ocorridas no Rio de Janeiro, que buscavam incessantemente igualá-la a uma capital nobre da Europa. De acordo com Pesavento (1999), o Rio de Janeiro sofreu uma crise de identidade, pois seu desenvolvimento foi tardio diante de outras cidades coloniais da América Latina. A cidade carioca queria deixar de ser conhecida como um “[...] centro espremido entre o mar e as montanhas” (p. 167). Então, surgiu a necessidade de seguir os modelos do Barão de Haussmann da capital francesa. As transformações ocorridas em Paris chamaram a atenção de Pereira Passos a partir de 1857, mas este só conseguiu colocar em prática seu plano de remodelação do Rio de Janeiro no início do século XX (1902-1904), seguindo os moldes parisienses e determinando modificações na higienização, no saneamento, na parte física e em tudo que a deixasse menos colonial. Para Gomes (2008), toda a transformação realizada no Rio de Janeiro buscava aproximá-la ao máximo da modernidade. Desta forma, seu perfil, sua ecologia e o conjunto de experiências dos seus habitantes também passavam por alterações.

Em 1908, surgiu o primeiro ônibus a gasolina no Brasil, em comemoração aos 100 anos da abertura dos portos por D. João VI. Desse período até 1975, ano em que Rachel de

Queiroz escreveu a crônica *Os bondes*, o Rio de Janeiro viveu profundamente o avanço tecnológico, e a sociedade carioca pôde perceber os pontos positivos e negativos de todo esse progresso. Nesta narrativa, a escritora deixou evidente que com a modernização, por meio da passagem dos bondes para os ônibus, mais problemas sobrevieram acarretando a cidade carioca e sua população, fazendo com que o narrador sentisse o desejo do retorno dos bondes: “PODE SER FANTASIA, papel leva tudo, diz o povo, mas das gentis novidades que os jornais prometem por obra do novo prefeito do Rio, a que mais me entusiasma será a volta dos bondes, imagina, os bondes” (QUEIROZ, 1995, p. 71).

Fazendo um contraponto com a crônica de Machado de Assis, percebemos que o autor já sinalizava como a modernização implicaria no contexto citadino carioca, inclusive, no comportamento dos seus moradores.

No final do século XIX, a cidade clamava por mudanças. Queria ser comparada a uma metrópole de primeiro mundo, pois “[...] era preciso construir um palco ilusionista para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos” (GOMES, 2008, p. 113). Mas, com o passar do tempo, constatamos que a falta de estrutura da sociedade fluminense para encarar tal modernização começou a desencadear um mal-estar no cenário urbano, chegando ao ponto de se desejar os tempos de outrora:

Bonde, o mais civilizado veículo concebido pela técnica, bonde não esquenta, não queima óleo, não vomita fumaça, não buzina, não sai do caminho, não ultrapassa os outros, não abalroa, não agride, não vira em canal, não despenca de viaduto, não caça pedestre, não fura pneu, não quebra barra de direção, não dá tranco para acomodar a carga humana, não depende de um motorista sofrendo de psicotécnica, mas de um motoneiro pachorrento, bonde, ah, bonde, não sei o que diga em teu louvor, já que, plagiando Manuel Bandeira, por mais que te louvemos nunca te louvaremos bem! (QUEIROZ, 1995, p. 71, 72).

Ainda fazendo um cotejo entre as crônicas, a de Machado de Assis fez uma reflexão a respeito das pessoas que ficavam à margem da sociedade com o processo de modernização. Rachel de Queiroz aclamou o bonde, demonstrando que quanto mais se evoluía tecnicamente, mais aquém viviam as pessoas que não podiam acompanhar essa evolução:

Falei em taioba. Alguém já pensou que, depois extintos os bondes de segunda classe, não existe mais maneira alguma de pobre carregar seus fardos - lavadeira a sua trouxa, mascate a sua mala, vassoureiro as suas vassouras, verdureiro a sua cesta? Que foi que botaram em substituição ao bonde taioba? Nada, claro. Quem pode, comprou a sua bicicleta ou triciclo

para atravancar ainda mais o tráfego. Pobre cada dia tem menos vez. (QUEIROZ, 1995, p. 72).

Ressaltamos que o bonde “taioba” ou “caradura” foi criado em 1884 e nele se podia carregar qualquer tipo de bagagem, era considerado um transporte do povo e nele criava-se laços de amizade, havendo respeito entre os passageiros, diferente dos ônibus coletivos, nos quais se ouvia muitas palavras torpes e via-se o desrespeito para com os outros.

Então, ante a dura realidade, ante os dinossauros assassinos disparados pelo asfalto, deixem-me sonhar com os bondes. Nesta cidade feroz, seria cada bonde uma ilha de segurança, de amável fraternidade, sempre cabia mais um! ai, saudades.
Nosso reino por um bonde! (QUEIROZ, 1995, p. 73).

Dessa forma, as crônicas *16 de outubro de 1892* e *Os bondes* cumpriram um importante papel, interligaram ficção e aspectos histórico-sociais, pois nelas detectamos o interesse dos autores pelo que estava acontecendo na sociedade brasileira, e, através do olhar de Machado de Assis e Rachel de Queiroz que viveram o momento relatado em suas narrativas, tivemos contato com as suas ideias a respeito deste momento, inclusive, tivemos acesso também a questões ligadas ao homem envolto às utopias da modernidade, pois a partir dos estudos das duas crônicas, notamos que elas foram “[...] objeto particularmente rico, não só para a reconstrução das sensibilidades próprias dos homens numa época dada, como, também, para exemplificação do cruzamento possível entre as leituras da história e da literatura” (PESAVENTO, 1997, p. 29).

Na epígrafe deste capítulo mencionamos fragmentos da crônica *O quente e o apertado* (1971), na qual Rachel de Queiroz enfatizou que o homem não nasceu para viver nas grandes cidades. Segundo a escritora, em variadas crônicas, o homem não deveria buscar incansavelmente o avanço, o progresso, a modernização. Este poderia se conformar e aceitar que o campo seria o melhor lugar para ter uma vida tranquila e de qualidade, apesar de declarar nos trechos da crônica supracitada que a grande maioria da raça humana almeja estar inserida no contexto urbano que a cidade proporciona, de intensas transformações tanto na área física, social, econômica, dentre outras. Tais transformações, afirmou Berman (2007), que todos os inseridos nesta efervescência moderna estavam atraídos pelo anseio de mudança, tanto de si mesmos quanto de tudo que o cercavam. Logo se viam desorientados e fragmentados em meio ao turbilhão da vida moderna.

Gomes (2008), em seu livro *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*, apresentou experiências do cronista Marques Rebelo, que de forma irônica e com um tom de indignação demonstrou em seus textos a agressão quanto a aparência de diversos bairros do Rio de Janeiro. Cada mudança realizada descaracterizava o ambiente, satisfazendo assim as imposições da vida moderna. Alguns dos seus textos clamavam em favor da natureza e contra a ação demolidora do homem. É importante frisarmos que Marques Rebelo era carioca, contemplou as metamorfoses da sua cidade de perto e expressou em suas crônicas de maneira afetuosa e decepcionada o turbilhão de transformações por qual passava o Rio de Janeiro. O autor ainda acrescentou que no período de efervescência e remodelação da cidade carioca, alguns escritores expuseram a sua (in)satisfação em relação aos acontecimentos da época. Olavo Bilac era um dos que apoiava a modernização e, ainda, concordava com a expulsão do povo para fora da cidade. Já Lima Barreto e Paulo Barreto (João do Rio) procuravam mostrar o outro lado do Rio de Janeiro, as suas mazelas, os seus problemas e trazer para o centro, como forma de reflexão, aqueles que estavam à margem da sociedade; além de protestar contra o Rio modificado. E, para dar continuidade, indo na mesma direção dos ideais de Lima Barreto e Paulo Barreto, temos Rachel de Queiroz, que também lamentou contra o desejo desenfreado de progresso, avanço e modernização nas cidades. Não que eles fossem contra as mudanças, mas que estas fossem balanceadas e avançassem conforme a evolução da sociedade, pois o que era visto era uma modernização excludente. Nas análises seguintes, notaremos um olhar cuidadoso da cronista, apreendendo a realidade que a cercava e, no decorrer das narrativas, perceberemos sua crítica a respeito do fato mencionado. Como também a subjetividade passando a ser uma das características de um gênero considerado objetivo. A voz da cronista tornou-se tão sua, ficando evidente sua percepção do mundo.

Rachel de Queiroz passou a morar no Rio de Janeiro em 1939, e também conseguiu sentir o quanto a modernização estava latente no cenário carioca, inclusive como o espaço artificial abalou o espaço natural. Tal assertiva pôde ser constatada na crônica *O caso dos bem-te-vis* (1971). A cronista expôs claramente como os pássaros estavam fora do seu *habitat* natural, tendo que se adaptar à nova paisagem que ao contrário de estarem em meio às árvores encontravam-se em contato com postes elétricos, “[...] uma natureza deslocada cuja ação no espaço da cidade deixa de ser apenas movimento do ciclo natural para se transformar em transtorno e intempérie” (FONSECA, 2012, p. 185).

Era um casal de bem-te-vis apaixonados. Voavam e pousavam, naquela primeira fase de amor de passarinho; namoro de asa e bico, entre o céu claro

e a copa mais alta das árvores, ai, tão parecido com namoro de gente – com a diferença de que gente não pode voar.

Aliás, não seria o namoro desses bem-te-vis passado entre árvores; bem-te-vis urbanos, seu pouso natural são postes e fios elétricos. Esses dois voejavam e curtiam o amor junto à linha-tronco abastecedora da rede aérea da Central do Brasil, a qual serve os trens com 44 mil volts. Era perto de uma subestação, onde os fios de distribuição (em três fases) ficam muito próximos uns dos outros.

Fios juntos, paralelos – haverá poleiro mais lírico para passarinhos em estado de amor? A bem-te-vi donzela pousou no fio à direita, o bem-te-vi mancebo impetuosamente baixou sobre o fio fronteiro. E, naquela confrontação de fio a fio, trocaram o primeiro beijo (QUEIROZ, 2008, p. 192).

A cronista continuou relatando que o singelo beijo dos pássaros provocou um curto-circuito, paralisando toda a rede de trens da Central do Brasil. Tal incidente só demonstrou quão vulnerável era a técnica. Queiroz, de forma bem humorada, comparou o beijo dos passarinhos com o romance do príncipe troiano Páris e Helena de Esparta. Segundo a mitologia grega, por conta do amor que envolveu este casal, houve uma guerra em Tróia. Metaforicamente, também ocorreu uma “guerra” na Central do Brasil, pois por causa do amor de dois passarinhos apaixonados, meio milhão de pessoas ficaram impedidas de trabalhar.

Assim como Machado de Assis relatou a imponência do condutor do bonde elétrico de 1892 pelo fato do avanço da técnica, Rachel de Queiroz demonstrou que igual altivez persistiu também no século XX, mas que esta não pode controlar a natureza:

Isso acontece para quebrar o orgulho dos técnicos, eles podem muito, mas não podem tudo, e de vez em quando Deus Nosso Senhor suscita um fenômeno – servindo-se das mais pequeninas e frágeis entre as suas criaturas – no caso dois passarinhos – para pôr em xeque a soberba do homem com as suas máquinas.

A gente vê imensas composições passando, carregadas de gente até do lado de fora, naquele estrépito de trovão que abala as pontes de concreto e aço – e aí vêm dois bem-te-vis – novo Romeu, nova Julieta – e tocam de leve os bicos numa carícia fugitiva – e as dezenas de trens se imobilizam e os automáticos se incendiam e vai tudo numa confusão de fim de mundo.

Vocês morreram, é certo, pobre casal de bem-te-vis apaixonados; morreram, mas serviram para provar um ponto importantíssimo de filosofia: de que adianta a arrogância dos homens, se um singelo amor de passarinho tem força para reduzi-la a cinza e fumaça? (QUEIROZ, 2008, p. 193, 194)

A crônica *A morte dos astronautas* (1971) também demonstrou o poder que a natureza tem em relação à ação humana. A crônica supracitada pode ser vista como uma junção entre notícia e literatura, na qual Queiroz apoderou-se da notícia para refletir em seu texto sobre a missão espacial realizada por três russos em 06 de junho de 1971, que ao retornarem à terra

utilizaram um sistema de aterrissagem considerado o mais moderno para a época, mas não se imaginaria que ocorreria a morte dos três cosmonautas, já que tudo estava em perfeito estado.

Rachel de Queiroz chegou à conclusão que o ser humano não estava apto para as suas criações. Suas máquinas estavam indo além do que seus corpos podiam suportar. Para ela, os russos não resistiriam à volta intempestiva à gravidade terrestre, ou seja, não poderiam medir forças com a natureza:

O homem é um animal preparado, por milhões de anos de evolução, para a vida na crosta terrestre, dentro de uma determinada faixa de temperatura, de pressão atmosférica, respirando uma específica mistura de gases, alimentando-se de substâncias orgânicas de origem vegetal ou animal. Quebrar o seu delicado equilíbrio biológico, submetendo-o a condições de vida completamente diversas daquelas para as quais é condicionado, só pode dar em morte. Porque o organismo vivo tem isso: é maravilhoso, mas é inviolável. A técnica moderna tem obrado feitos prodigiosos, mas é incrível como esbarra nas artes e ciências que lidam com o organismo animal. O homem vai à Lua mas ainda não cura a gripe. A pílula anticoncepcional é um grande trunfo dos biólogos – mas ainda é um instrumento empírico, cujas consequências para a espécie, a longo prazo, ninguém pode prever. Parecia um passo gigantesco fora dado com os reimplantes de coração. Mas logo veio a barreira da rejeição acabar com a euforia. É de crer que, assim que a natureza descobre que se tenta algo destinado a interferir com o equilíbrio específico dos seres que ela produz sob determinada receita, age drasticamente. Parece claro que há uma linha que até não pôde ser transposta e talvez não seja transposta nunca. Dali para diante é tabu.

Que o homem sonhe libertar-se da sua condição natural, e enfrentar mar e céu e agora os astros – sem ter as condições físicas necessárias para essas aventuras -, será esse o indício de sua alma imortal? De qualquer forma, é a sua tragédia (QUEIROZ, 1995, p. 69, 70).

Verificamos a mesma temática na crônica *O homem e o tempo* (1967), na qual a cronista já constatava que o avanço tecnológico exigia muito do homem e este não estava preparado para tais transformações, principalmente as que se referiam à sua capacidade física, já que o progresso industrial só fazia separar ainda mais o homem da natureza, de tudo o que o ligava à terra (RIBEIRO, 2001). Notamos nesta narrativa o quanto Queiroz deixou implícito, subentendido, a sua ligação com a terra, com o natural. Suas reflexões nos levam a perceber que a vida campestre era a mais ideal para a composição biológica para a qual fomos formados:

Tudo seria muito belo, a velocidade e o mais, se a nossa pessoa física estivesse à altura das exigências que nós lhe impomos. Pois o trágico da vida do homem moderno é que ele não é feito para o ritmo que a sua existência atual lhe exige, mas para o tranquilo, sereno ritmo dos tempos de dantes. A carne, os músculos, o sangue, o coração, as vísceras todas do homem foram

criadas para as pequenas distâncias, para o andar a pé. O cavalo já nos exigiu uma adaptação especial – que dirá então do avião, da astronave? Nenhum homem das civilizações antigas poderia conhecer o desgaste prematuro e terrível representado por essa moléstia hoje vulgar em aviadores, rapazes de menos de trinta: a fadiga do voo.

Para as conquistas deste século deveria haver outro homem, não aquele que nós somos, filhos de Adão feito de barro (QUEIROZ, 1995, p. 63).

Para Queiroz, este novo mundo necessitava de um novo homem, um homem de ferro, e não nós, seres humanos, compostos de barro:

Eu tenho a impressão de que um progresso realmente assimilável pelo homem seria um progresso que funcionasse de dentro para fora – quer dizer, se o homem mesmo, o seu corpo, a sua carne participassem do progresso. Mas nós sabemos inventar elementos exteriores que nos transportam, nos elevam no ar, nos afundam, nos cegam, nos deslumbram, sem nada penetrar a nossa essência física, sem melhorar a nossa constituição corporal. Somos pacientes, não agentes. A ave que voa, voa por si, voa mesmo. Nós “somos voados”. Alguma coisa voa nos levando dentro. Nadar e mergulhar com o nosso corpo é uma atividade maravilhosa, que nos dá a sensação de dominar um elemento novo e adverso; mas navegar dá náuseas e mergulhar num submarino a mim, pelo menos, dá horror.

Não sei se me faço entender, mas considero essa questão a própria chave da incompatibilidade do homem com sua obra: nenhum progresso alcança a nossa estrutura, fica tudo na superestrutura, no exterior. Tudo é feito de matéria inerte, nada é vivo, nada é de carne, nada cresce, nada dói. Sim, aí é que bate o ponto: nada do que nós fazemos é capaz de sentir nada, mormente sentir dor.

Progresso seria se a gente conseguisse tornar o nosso coração de músculo num coração de duralumínio. Um pulmão de espuma de aço, um sangue incorruptível como petróleo, um cérebro que não tonteie nem esqueça, meu Deus, um cérebro eletrônico. E, dizendo isso, verifico que o homem é capaz de fruir com plenitude a civilização de engenhos mecânicos por ele criada tinha que ser também um homem mecânico – tinha que ser um robô (QUEIROZ, 1995, p. 63, 64).

Em *A casa e a máquina* (1974), Queiroz reafirmou a visão de uma vida cada vez mais artificial para o homem moderno. Notamos certa repulsão aos elementos que representavam a vida moderna, ficou evidente uma denegação às invenções da época que buscavam deixar a vida humana mais prática:

Por esta fase da civilização, pelo menos, teremos que nos conformar em viver dentro das condições que nos são impostas pela moda arquitetônica e ambiental. Novos-ricos em lua-de-mel com a técnica, os homens de agora não acreditam mais em vida natural, o seu ideal de conforto e *status* é o que as máquinas lhes dão, sem se importarem com o que as máquinas lhes tomam.

Maquinolatria. É esta a nova fé (QUEIROZ, 1995, p. 84, 85).

A cronista embasou-se nos protestos do então ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki, que permaneceu no cargo de 1974 a 1979, no governo brasileiro. Segundo ele, a arquitetura brasileira estava cada vez mais antinatural. Os edifícios sendo construídos acima e abaixo do chão com estruturas elaboradas para que nada natural fosse penetrado nas armações de cimento e vidro, “[...] tudo revestido de cortinas porque há que tapar a transparência do vidro que deixa ver a luz do Sol e a paisagem exterior” (QUEIROZ, 1995, p. 85).

Queiroz complementou que a máquina deveria existir apenas para auxiliar a natureza e não para substituí-la. Segundo a escritora, a cada dia que passava mais o homem estava preso às suas invenções, desde a hora que nascia até a hora que retornava ao pó. E insatisfeita com a situação, concluiu:

E como é estúpido. Fortaleza, minha terra natal, lavada dos ventos da praia, tapa as janelas e liga o condicionador de ar! E tapa aquele sol radiante, acende o globo de luz. Nos navios, trancafia-se tudo, como num submarino, como se o miraculoso ar marinho, lá fora, fosse um gás letal. O bom é o ar de dentro, cheirando a tinta e a enjoo, viciado, depois de passar por todos os pulmões e todas as gripes de bordo.

Porém o exemplo mais gritante da maquinolatria a gente vê é nos campos de futebol. Eles pagam ingresso caro, enfrentam as dificuldades do trânsito, a fim de assistirem ao jogo com seus próprios olhos. E ficam o jogo todo com o rádio de pilha colado ao ouvido, para que o locutor lhes conte aquilo que eles estão vendo! (QUEIROZ, 1995, p. 86)

Outra questão também debatida pela referida escritora foi o envolvimento da sociedade com o consumismo. Desde a década de 1950, a população brasileira estava em contato direto com o que era urbano e industrial, levando boa parte da sociedade a uma mudança considerável no seu comportamento, principalmente em assuntos ligados ao consumo. Houve uma entrada significativa de produtos domésticos práticos e com um valor acessível, facilitando a vida das pessoas. Além disso, nesse período também surgiu a televisão que seria subsídio para a ânsia do “ter” através do processo midiático. Na crônica *Sociedade e consumo* (1973), Rachel de Queiroz mostrou como o homem estava enveredado com o desejo exacerbado de sempre querer mais e de estar acompanhando o avanço tecnológico. Para Queiroz, com a facilidade da compra por meio de prestações, o homem ficou mais próximo das máquinas:

Gadgets. Máquinas. Isso é a suprema aspiração do homem da sociedade de consumo. A descoberta da prestação lhe permite adquirir todas as maquininhas que supostamente devem fazer tudo em lugar dele; que lhe

enriqueçam a vida com música, imagens, informação, arte; lhe proporcionem um meio ambiente artificial e ameno sem as agressões do ambiente natural. E nem é preciso fazer-se referência aos confortos que já se tem como função natural da vida urbana – a eletricidade, o telefone, o gás, a água, o cinema, os transportes, o asfalto. A residência de bom piso, boa parede, bom teto, vidraças, portas, fechaduras; a máquina de morar (QUEIROZ, 1995, p. 89).

Ainda percebemos a visão negativa da cronista quanto às novas tecnologias que começaram a fazer parte do contexto rural. Para ela era inadmissível ver o contraste latente entre a tecnologia no interior de uma casa no campo, até porque essa inserção só estava acontecendo por vaidade e vontade de fazer parte de uma sociedade movida pela modernização. Refletiu Queiroz:

[...] qualquer cidade de interior já lhe pode oferecer todas as regalias do progresso. Nem mesmo é mister ser rico – a prestação trouxe a democratização do crédito.

Mas uma experiência ordinária é observar o processo da penetração da pompa técnica na esqualidez primitiva da nossa vida rural, tão perto ainda do bugre.

A máquina de morar reduz-se a simples abrigo contra intempéries – paredes de taipa, teto de telha-vã (ou de palha), chão de terra batida. O fogão de jirau, o pote de água, a lamparina, a rede de dormir. A faca-peixeira que é utensílio de mesa e cozinha e arma de ataque e defesa. Uns pratos, duas colheres, um caneco, dois tamboretos. O grande luxo é a mesa de três palmos encostada à parede da sala.

Nessa nudez, a civilização se insinua, mas não, como seria de esperar, pelos objetos de utilidade, e sim pelas coisas que falam à imaginação ou dão *status*. O rádio de pilha que toca música e dá notícias do mundo: o relógio de pulso – mais pelo enfeite que pela hora. Em seguida, entra a máquina de costura, que talvez foi precedida pelo moinho de milho. E aí, dá-se o grande salto – o fogão a gás engarrafado, seguido da bateria de alumínio.

Daí por diante, já se perdeu a inocência; e a família rural trata de ir para a “rua” mais próxima. De lá toma o ônibus interestadual e emigra para Rio ou São Paulo. Onde, numa favela, se recomeça todo o ciclo (QUEIROZ, 1995, p. 89, 90).

Como a busca incessante pelo novo adentrou a vida rural e os seus moradores se iludiram com as inovações surgidas na cidade, ansiaram por uma vida citadina e foram morar miseravelmente nas favelas das grandes cidades. De acordo com Giansanti (2006), as favelas também conhecidas como mocambos, vilas ou altos podem ser encontradas em diversas cidades. No Rio de Janeiro 17% da população morava em favelas. Temos também os cortiços que, como outra forma de moradia, consistem num amontoado de pequenos quartos em um cumprido corredor ou casarões antigos em processo de degradação, onde várias pessoas se alojam. Podemos citar ainda os viadutos, instalações subterrâneas de metrô e trens, todas elas

como formas de moradias precárias, servindo de opções para parte de pessoas que se deslocam para as cidades, sem um destino de moradia fixa. Já que estas pessoas não têm como adquirir um espaço privado.

Salientamos, ainda, que estas moradias não surgiram só com o processo de migração, mas desde o início do século XX, com a remodelação do Rio de Janeiro, pelo prefeito da época Pereira Passos, muitas pessoas foram expulsas do centro da cidade para habitarem nos morros e subúrbios. Sendo assim, “[...] as favelas incorporaram-se definitivamente à paisagem da cidade. Mais que acidentes, elas se transformaram em parte essencial das grandes cidades, deixando à mostra os resultados de enormes desigualdades” (GIANSANTI, 2006, p. 41).

Pesavento (1999) citou ideias de Carone (1971) e Padilha (1985) para dar mais detalhes a respeito do que aconteceu com a população mais pobre no período de modernização do Rio de Janeiro:

O conjunto das intervenções urbanísticas não se resumiu ao traçado da cidade, mas pretendeu penetrar fundo nas socialidades e valores do povo. Assim, a uma deliberada atitude de expulsão dos pobres do centro da cidade, motivada pela demolição dos cortiços e destruição de antigas ruas, seguiram-se proibições de hábitos e costumes populares, numa verdadeira arremetida disciplinatória: cães vadios, vacas, mendigos, pessoas descalças ou sem paletó são impedidos de circular livremente pela cidade, como então até faziam. Além disso, ordena-se a destruição de quiosques, por serem redutos de socialidades condenáveis. Regulamenta-se a construções de prédios, e, com as demolições, segue-se a valorização do solo, a especulação com os terrenos e a conseqüente crise de moradia para a população pobre. Buscava-se eliminar da vista a pobreza, que, por convicção da elite, era suja e perigosa. Se o centro era o cartão de visitas, as camadas populares, desalojadas, deveriam ir para os subúrbios – para onde se estendia a rede dos transportes públicos – ou para as favelas, já existentes desde 1897 (PESAVENTO, 1999, p. 176).

Diante disso, Rolnik (1995) também orientou, recapitulando um pouco sobre o processo de migração, que por muitos anos se dizia que “o ar da cidade liberta” e para algumas cidades que se destacavam na época migravam camponeses das regiões vizinhas encantados com o que a cidade proporcionava. Ressaltamos que neste período as cidades ainda possuíam um sistema agrário, de uma economia baseada na troca (feudalismo), que aos poucos foi se tornando mercantil. As cidades medievais, como eram denominadas, não construídas mediante a um planejamento arquitetônico, iam sendo povoadas aleatoriamente e ainda a natureza era muito presente e esta tinha um papel fundamental, objeto de defesa. Sendo assim, era possível ler a natureza ao contemplar a cidade, pois esta ia se adaptando ao meio e não transformava o ambiente natural.

Mas, com o crescimento da economia mercantil, o sistema feudal começou a enfraquecer. Foram surgindo outros tipos de trabalhos para os servos, que passaram a deixar os senhores feudais, partindo para as cidades. Esta ida para os centros urbanos começou com os servos que se desencarceravam dos seus senhores, não se sentindo mais na responsabilidade com as terras deles, já que os senhores só queriam usufruir do trabalho, da comida e do tempo dos seus serviçais. Então, a ida dos servos para a cidade era um meio de libertação, mesmo perdendo seus direitos para os senhores. E lá serviam como ponte para o enriquecimento da nova classe social que estava surgindo.

Diante disso, a cidade passou a ter um novo grupo social que não era composto nem por senhores feudais nem por servos e sim por um grupo de pessoas que enriqueceram por meio da atividade mercantil. Toda esta transformação ocorrida em torno dos senhores feudais – servos – patriciados (a nova classe) gerou uma divisão de classes, a qual perdura até os dias hodiernos: de um lado, os ricos, a elite; de um outro, os pobres.

Ainda de acordo com Rolnik (1995), percebemos claramente nas grandes cidades estas divisões de classes, sendo que moradores de uma classe superior não interagem diretamente com membros de classes inferiores, sendo apenas no setor de serviços, como: doméstica, jardineiro, pedreiro, porteiro, motorista, segurança, entre outras prestações servis estigmatizadas para pessoas de baixa renda. Vale salientarmos que nessa divisão caso uma adentre ao espaço da outra acaba se sentindo um estrangeiro, o que fortalece a cultura da divisão espacial e até mesmo cultural, em ritmos musicais, vestimentas, culinárias. Tal situação foi denominada de segregação espacial, que deu início com os senhores feudais x servos, perpassando pelo período dos senhores x escravos, até momento da formalização do patrão x empregado. Os servos e escravos moravam com os seus senhores, mas foi a partir da relação do patrão e do empregado que ficou mais claro a segregação de funções e limites espaciais. Os empregados passaram a morar distantes dos patrões, muitos desses nas zonas periféricas, dando margem ao empoderamento das classes “superiores”, “ricas”, “em evidência”.

Diante disto, notamos que a segregação foi o ponto inicial da divisão de classes, mas além dela temos também, com o passar do tempo, o processo de modernização e a questão dos fenômenos da natureza, em algumas regiões brasileiras, motivos que fizeram migrar muitas pessoas para os centros urbanos, como São Paulo e também o Rio de Janeiro. A cidade carioca não estava preparada para receber um número excessivo de pessoas, até porque não havia empregos e nem moradia para tal contingente, muito menos estrutura física para receber a quantidade de indivíduos que para lá migraram ou se interessavam. Dentre estes estavam

diversos nordestinos, que podem ser identificados na crônica *Sociedade e consumo*, que saíam do seu lugar de origem ora pela seca ora deslumbrados com a cidade, a qual passou a ser objeto de análise e de reflexão para diversos escritores brasileiros. Podemos constatar a saída de sertanejos para a cidade por conta da seca, na obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, num diálogo entre a protagonista Conceição e o retirante Chico Bento:

- Por que vocês não vão para São Paulo? Diz que lá é muito bom... Trabalho por toda parte, clima sadio... Podem até enriquecer...
 O vaqueiro levantou os olhos, e concordou, pausadamente:
 - É... Pode ser... Boto tudo nas suas mãos, minha comadre. O que eu quero é arribar. Pro Norte ou pro Sul...
 Timidamente, Cordulina perguntou:
 - E é muito longe, o São Paulo? Mais longe do que o Amazonas?
 [...]
 Chico Bento ajuntou:
 - Eu já tenho ouvido contar muita coisa boa do São Paulo. Terra de dinheiro, de café, cheia de marinheiro... (QUEIROZ, 2004, p. 114, 115)

São Paulo e Rio de Janeiro receberam diversas pessoas de outras regiões, principalmente de diversos estados do Nordeste, que saíam da sua terra natal para trabalharem em diversas funções, em especial na construção civil. Ali surgia a mais nova classe, a dos assalariados. O Amazonas também recebeu muitos retirantes, podemos constatar no trecho do poema *O êxodo* (1928), de Rachel de Queiroz, publicado no livro *Mandacaru* (2010):

O êxodo

Setenta e sete... Oitenta e oito... o Quinze...
 foram as seca da morte...

O sol, qual Moloch das lendas pedantes,
 Descerrou as goelas de fogo
 e ameaçou engolir toda a gente.
 E queimou, com seus olhos de brasas ardentes,
 as sementes que o vento lançara na terra;
 e matou, com seu bafo de chamas,
 as raízes que a mata embutira no chão;
 e bebeu, de sedento e perverso,
 toda a água que o inverno esqueceu por aqui.
 E depois, tendo esgotado tudo,
 devorado tudo,
 espanou com a vassoura da fome a coorte de vidas que
 a seca deixou...

Ai! A amargura do êxodo!
 E o Amazonas, destino de todos!

O Amazonas, de alma de boto que encanta e que
mata...

“ADEUS MARANGUAPE, ADEUS QUIXADÁ
ADEUS POVO TODO, ADEUS CEARÁ!

NÃO CHORE, MÃEZINHA, NÃO MORRA A CHORAR!
QUE NO FIM DO ANO EU TORNO A VOLTAR...

EU VOU PARA O NORTE, VOU SER SERINGUEIRO,
VOU PARA O AMAZONAS, VOU GANHAR DINHEIRO.

NÃO CHORE, MINHA NOIVA, AI, NÃO CHORE ASSIM!
NO FIM DESTE ANO, ESPERE POR MIM!”

... é a cantiga do êxodo...
Na proa desolada do navio,
a viola soluça,
e o retirante se despede e diz que volta...

[...] (QUEIROZ, 2010, p. 83, 85)

Retomando à obra de Carlos Ribeiro sobre Rubem Braga e comparando-a com narrativas de Rachel de Queiroz, constatamos o quanto estes dois cronistas têm em comum. Um deles era a estrutura formal dos seus textos, alguns se aproximavam do conto e outros dos poemas em prosa. E, na maioria deles, verificamos a dicotomia existente entre o ambiente rural e citadino. Tanto para Braga quanto para Queiroz houve uma desilusão em relação ao progresso, pois este foi afastando cada vez mais o homem da terra, de um modo de vida provinciano e rural. Este afastamento era retratado nas crônicas e, muitas vezes, por meio de vestígios do Romantismo.

Assim como em textos de Braga, a idealização do passado e a reverência à natureza são características românticas presentes em crônicas de Rachel de Queiroz, mas estas foram destacadas em algumas narrativas visando criticar a maneira pela qual o homem se via totalmente envolvido pela técnica. As crônicas estudadas neste capítulo nos remetem a um passado mais simples e bucólico, não com a mesma visão do Arcadismo, mas com uma perspectiva crítica diante às constantes transformações no contexto da época.

Ainda enfatizando Ribeiro, mais outro aspecto pode ser contemplado nas obras de Rubem Braga que também foi uma marca forte em crônicas de Rachel de Queiroz, o lirismo, que não era baseado no “eu”, mas, sim, na realidade vivida por eles. Sendo assim, lirismo e crítica social passam a estar interligadas e juntas não emitiam apenas a voz individual do(a) escritor(a), mas a voz de um coletivo. Ao retratar a realidade que permeava parte de uma sociedade, Braga e Queiroz exprimem através do texto, com olhar subjetivo, uma crítica

envolta de encanto. O que Queiroz fez tanto na poesia quanto no texto cronístico, assim como Rubem Braga, foi “[...] apropriar-se da realidade com o seu olhar e transfigurá-la através da sua subjetividade. O seu olhar é triste, cético, desesperançado, mas a sua linguagem tem o dom de imprimir beleza no ato que denuncia” (RIBEIRO, 2001, p. 97).

Baudelaire (1869), em *Pequenos poemas em prosa* [O spleen de Paris] sobre a prosa poética afirmou que:

Quem de nós não sonhou, em dias de ambição, com o milagre de uma prosa poética, musical, sem ritmo e sem rima, bastante maleável e variada para adaptar-se aos movimentos líricos da alma, às ondulações da fantasia, aos sobressaltos da consciência? É sobretudo da frequência das cidades enormes, do cruzamento de suas inumeráveis relações, que nasce a obsessão desse ideal (BAUDELAIRE, 1869, p. 04).

Diante disso, notamos que as crônicas *O caso dos bem-te-vis* e *Os bondes*, analisadas neste capítulo, e todas as outras que compõem o capítulo anterior, demonstram o quanto seus textos estavam imbuídos de lirismo, tendo como base a realidade evidenciada pela cronista. Para exemplificar com um recurso presente nas poesias, percebemos no fragmento abaixo sons análogos no interior das frases, dando uma sensação de musicalidade e ritmo em *O caso dos bem-te-vis*, no primeiro exemplo e em *Os bondes*, no segundo, que além da sonoridade, nos remete a um saudosismo de um tempo, no qual a técnica já existia, mas não com tanta intensidade:

Fios juntos, paralelos – haverá poleiro mais lírico para passarinhos em estado de amor? A bem-te-vi donzela pousou no fio à direita, o bem-te-vi mancebo impetuosamente baixou sobre o fio fronteiro. E, naquela confrontação de fio a fio, trocaram o primeiro beijo (QUEIROZ, 2008, p. 192).

Bonde circulando pela rua, a gente esperando no poste de listra branca, escalando o alto estribo, instalando-se no velho banco de madeira, abrindo o jornal e deixando o motorneiro correr, o vento nos banhando o rosto... (QUEIROZ, 2008, p. 225)

Os bem-te-vis da crônica supracitada passaram a ter um significado muito relevante, pois os pequenos passarinhos chamavam à atenção para a pureza e a beleza da vida. Ainda nas duas crônicas mencionadas, Rachel de Queiroz, como mera observadora, explorou as vivências de pessoas simples, comuns enveredadas no seu dia a dia exaustivo em meio a uma cidade selvagem, que ao mesmo tempo em que atraía o homem, o escravizava e não o

permitia mais sentir a singeleza das suas vivências. Ateremos-nos a mais dois exemplos, o primeiro correspondente a *O caso dos bem-te-vis* e o segundo a *Os bondes*:

Por um beijo de passarinhos, meio milhão de pessoas – que é esse o número de usuários dos trens da Central no período – ficaram durante meio dia sem poder chegar ao trabalho: [...]

E é por fatos assim que a gente verifica a fragilidade da chamada civilização. Como é que dois bem-te-vis – tão pequeninos que os dois juntos não pesarão meio quilo – podem determinar tão gigantesca perturbação na vida da metrópole, tal confusão e prejuízo a tão imensa quantidade de homens – meio milhão (QUEIROZ, 2008, p. 191).

Falei em taioba. Alguém já pensou que, depois extintos os bondes de segunda classe, não existe mais maneira alguma de pobre carregar seus fardos - lavadeira a sua trouxa, mascate a sua mala, vassoureiro as suas vassouras, verdureiro a sua cesta? Que foi que botaram em substituição ao bonde taioba? Nada, claro. Quem pode, comprou a sua bicicleta ou triciclo para atravancar ainda mais o tráfego. Pobre cada dia tem menos vez. [...]

Então, ante a dura realidade, ante os dinossauros assassinos disparados pelo asfalto, deixem-me sonhar com os bondes. Nesta cidade feroz, seria cada bonde uma ilha de segurança, de amável fraternidade, sempre cabia mais um! ai, saudades.

Nosso reino por um bonde! (QUEIROZ, 1995, p. 72, 73).

Rachel de Queiroz, assim como enfocou Ribeiro sobre a narrativa de Rubem Braga, dedicou-se mais a temas voltados à consistência humana, todos eles impregnados de lirismo. Continuando ainda na perspectiva de Carlos Ribeiro, Braga pode ser considerado um antimodernista, mais uma vez, Rachel de Queiroz se enquadrou nesta concepção, pois os dois escritores, mesmo vivendo o processo de modernização, não se sentiam inseridos neste avanço, muito pelo contrário, percebiam a necessidade de estarem mais distantes do acentuado progresso. Há então um paradoxo, nos deparamos com escritores preocupados com temáticas modernas, mas com perfis antimodernos.

Berman (2007) esclareceu que “[...] a diferença entre o modernista e o antimodernista, [...], é que o modernista se sente em casa nesse cenário, ao passo que o antimodernista percorre as ruas à procura de um caminho para fora delas.” (p. 194) E todas as crônicas apresentadas neste estudo ratificam o quão afastada Rachel de Queiroz estava do avanço tecnológico e, mais próxima, da simplicidade e pureza da vida campestre. Dessa forma, assim como em Rubem Braga, o lirismo existente nas crônicas de Queiroz é, “[...] portanto, a expressão de um Eu que não perde de vista o objeto que tem diante de si: a sua terra, a sua gente, o seu tempo” (RIBEIRO, 2001, p. 150). Não só nas crônicas, mas nos primeiros poemas de Rachel de Queiroz já podemos perceber sua alusão ao campo, preferindo estar nele

do que na cidade. O poema *Se você conhecesse...*, publicado no jornal *O Ceará*, em 19 de abril de 1928 e que faz parte da coletânea *Serenata* (2010), permite tal compreensão:

Se você conhecesse...

Ah! se você conhecesse a minha casa!
Quando eu venho tristonha da cidade
e vejo a minha casa
tão alva e amiga sob o sol em brasa
sinto mais moça a minha mocidade...

Um cheiro de carinho me entontece
- a doce paz da *home* me inebria,
E me abrasa
uma ânsia de chegar que você desconhece...
- Você que tem uma casa tão sombria,
tão feia,
tão sem fisionomia
por que não vem conhecer a minha casa
e tudo que a rodeia?...

E tenho um namorado!...
- Um lindo e imenso pé de cajazeira
que estende os grandes braços bem à beira
de um pequeno caminho sombreado...

Usa cartola verde e casaca marrom,
tem ares galantes
e os ademanes elegantes
dum cavalheiro de bom-tom...

Sempre tem para mim gostosos caramelos,
Lindos bombons deliciosos e amarelos...
É tão gentil meu namorado!

[...]

À sombra de seu largo chapéu verde
fico-me às vezes rabiscando à toa...
e a doçura é tão grande, a quietude é tão boa!
Nenhuma feliz inspiração se perde
se escrevo junto do meu namorado
que me fita encantado,
à sombra de seu largo chapéu verde...

Quando você sentir a nostalgia
de doces emoções, de calma alegria,
venha ver minha casa sempre amiga...
Ela lhe acenará com a porta hospitaleira.
- Porém, talvez, você jamais consiga
ver o meu lindo pé de cajazeira...
Hei de pôr nisso o máximo cuidado...

A gente da cidade é ingrata e perigosa...
Quem sabe se você, insinuante e manhosa,
não tentará roubar meu namorado? (QUEIROZ, 2010, p. 78-81)

No poema acima, Queiroz escreveu para o leitor citadino e de forma poética e humorística demonstrou qualidades do campo, a sua casa. Para ela, a vida campestre rejuvenescia, trazia paz e a florava o desejo de sair o quanto antes da cidade para sentir o aconchego do seu abraço. Até porque para a escritora, a vida na cidade era feia, as casas que por lá existiam eram sem fisionomia, tudo se tornava sem graça e vazio.

De maneira espirituosa, Queiroz veste o pé de cajazeira como um habitante elitizado da cidade. A árvore poderia ser vista como um homem da alta sociedade, mas com diferenças: era cavalheiro, doce, a presenteava com deliciosos frutos e a ainda a inspirava a compor suas narrativas e versos, já que em 1928, Rachel de Queiroz já escrevia crônicas e poemas. E terminou convidando o leitor citadino a conhecer as peculiaridades da sua terra, mas fazendo uma ressalva, de que não permitiria muita aproximação com os bens que sua terra possuía, pois o homem citadino era ingrato, perigoso e poderia ser capaz de roubar o que a sua terra produzia de melhor.

Diante disso, compreendemos que Rachel de Queiroz, em suas narrativas, escrevia acerca das situações que a afligia. Como já foi mencionado, sua escrita em resistência ao moderno, ao progresso, não queria dizer que fosse totalmente contra aos avanços tecnológicos que estavam em destaque na época, mas, sim, como uma forma de despertar no homem citadino um olhar mais humano, que o fizesse perceber, conhecer e sentir o natural, o campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, desde o início da sua construção, foi pensada em destacar a importância da mulher na literatura brasileira. Buscamos, então, uma escritora que compôs um período marcado por intenso debate acerca da mulher no contexto literário e também que vivenciou as transformações ocorridas no século XX. Dentre as diversas mulheres que se dedicaram à arte da escrita literária, dedicamo-nos a Rachel de Queiroz.

Ao debruçarmos nas narrativas e ao conhecermos um pouco mais da sua trajetória como escritora, percebemos que Rachel de Queiroz construiu perfis primorosos com características precisas de sujeitos regionais ou personagens que surgiam em seu imaginário de maneira inesperada. Diante de toda sua produção literária, notamos que as crônicas tiveram papel fundamental no acervo da autora, já que este gênero, permite que conheçamos e entendamos o cotidiano, o contexto histórico e social de uma determinada época e, também, foi o mais desenvolvido por ela em toda sua carreira como literata.

Ao investigarmos sobre a fortuna crítica de Rachel de Queiroz, constatamos que muitos estudos abarcaram temas voltados para os seus perfis femininos e sentimos a necessidade de ampliar a análise sobre a escritora, abordando sobre a dicotomia existente entre campo e cidade em seus textos cronísticos, pois notamos que em alguns deles valorizavam o campo, o sertão, o sertanejo e, em contrapartida, outros adversam sobre a modernização do espaço urbano.

Nas crônicas que compuseram o *corpus* deste trabalho, notamos que Rachel de Queiroz não escondeu seu amor pelo sertão. Ao escrever sobre o sertão, Rachel de Queiroz procurou deixar viva sua história, suas lembranças, suas vivências. Mesmo se atendo muitas vezes aos problemas naturais e o que eles geravam no contexto da época foi a forma que encontrou, não só ela, como outros escritores, de anunciar as peculiaridades de um Nordeste esquecido.

No capítulo *Ser(tão) sertanejo: o campo em crônicas de Rachel de Queiroz*, fizemos uma discussão a respeito da apreciação de Rachel de Queiroz sobre o campo em seis crônicas da escritora:

1. *Chuvas no Ceará* (1944): A crônica chamou a atenção para o problema da seca, que muitas vezes ficou esquecido por conta de outras situações que assolavam o país, abrangendo também a questão da migração, a perseverança do homem em lutar por sua terra, mesmo diante das intempéries e, acima de tudo, demonstrou o amor e o orgulho pelo sertão.

2. *Um alpendre, uma rede, um açude* (1947): Para Rachel de Queiroz, o sertanejo só precisa de um abrigo (alpendre), um repouso (rede) e de água (açude) para viver. Através desta crônica, pudemos também nos familiarizar com as atividades e os afazeres dos sertanejos em seu *habitat*.

3. *Felicidade* (1955): a autora demonstrou que o sertanejo mesmo possuindo o básico para sua sobrevivência era feliz, diferente dos citadinos que desejavam, ansiavam e possuíam muito além do que os moradores do sertão e ainda corriam o risco de não serem felizes.

4. *Terra* (1963): além de propor uma leitura sobre a paisagem sertaneja, permitindo a análise do cenário histórico e sociológico de uma determinada época, expôs o olhar do narrador ante a reação das pessoas quando visitam o sertão em período de seca, demonstrando espanto ou estranheza ao se depararem com a paisagem ressequida do sertão nordestino.

5. *Verão* (1971): A crônica abordou sobre o olhar do outro em relação ao sertão, no verão. Para o visitante, o sertão é sempre feio, seco, cinzento, sem verde, com animais famintos, magros e homens sem nenhuma perspectiva. Mas o que ele não sabia, é que este período no sertão é passageiro, podendo ser comparada com outros países que também passam por um processo parecido em alguma estação do ano. E a cronista deixou claro que o sertão também possui a sua beleza.

6. *Pici* (1975): Nesta crônica, Rachel de Queiroz nos apresentou o sítio Pici, local em que viveu momentos muito agradáveis com sua família e onde escreveu o livro *O quinze*, detalhando ao redor da sua casa. Relatou ainda o processo de modernização pelo qual passou o sítio no decorrer dos anos e do quanto ficou descaracterizado com a ação humana.

Detectamos, ainda, que as sete crônicas estudadas nesta pesquisa, no capítulo *Um olhar sobre a cidade: dissabores ao progresso em crônicas de Rachel de Queiroz*, destacaram a preocupação da escritora com o acentuado avanço tecnológico e o quanto ele era desproporcional à formação humana:

1. *O homem e o tempo* (1967): Rachel de Queiroz, através desta crônica, levou o leitor a refletir a respeito do tempo. O avanço tecnológico exige muito do homem e este não está preparado para tais transformações, principalmente as que se referem à sua capacidade física, já que o ser humano possui em sua composição o barro e as tecnologias que estão sendo criadas no decorrer dos anos, necessitaria de uma nova constituição humana, preferencialmente de ferro.

2. *A morte dos astronautas* (1971): Rachel de Queiroz discutiu em seu texto que o homem não estava preparado pelo progresso criado por ele mesmo, criando máquinas que acabavam destruindo sua própria vida e sempre com a ânsia de ir além aos limites humanos.

Lembrou ainda que, sempre que isso acontece, a natureza dá um jeito de mostrar que é ela quem tem o controle de tudo.

3. *O caso dos bem-te-vis* (1971): Rachel de Queiroz mencionou a respeito do processo de modernização, que fez com que os animais, em especial os pássaros, perdessem seu *habitat* natural e tentassem se adequar ao artificial. Nesse processo de adequação, os dois bem-te-vis em um beijo apaixonado acabou cometendo um curto-circuito e parando toda a Central do Brasil. A escritora deixou claro que o homem e as suas tecnologias ainda não puderam dominar a força da natureza.

4. *O quente e o apertado* (1971): Neste texto, a cronista demonstrou a necessidade de o homem viver na cidade, nas aglomerações que o espaço citadino oferece, fazendo a relação da cidade com a multidão e do campo com a solidão.

5. *Sociedade de consumo* (1973): Rachel de Queiroz, mais uma vez, trouxe a reflexão em relação ao consumismo, o desejo exacerbado de sempre querer mais e de estar acompanhando o avanço tecnológico. Mostrou também que esta busca incessante pelo novo chegou à zona rural, que se iludiu pela modernização da cidade, chegando a viver uma vida miserável nas favelas das grandes cidades.

6. *A casa e a máquina* (1974): Novamente, a escritora registrou o quanto o homem se afastou da vida natural em busca de uma vida movida à máquina, que quer viver preso em construções de cimento, longe do calor do sol e do frescor agradável da natureza, trocando uma vida saudável e barata por outra artificial e extremamente cara.

7. *Os bondes* (1975): Nesta crônica, Rachel de Queiroz desejou o retorno dos bondes, pois com o avanço tecnológico, por meio do surgimento dos ônibus, trouxe muito mais transtornos ao Rio de Janeiro do que nos tempos de outrora. Rachel de Queiroz aclamou o bonde, demonstrando que quanto mais se evolui tecnicamente, mais aquém vivem as pessoas que não podem acompanhar essa evolução.

Ao estar em contato direto com a cidade, já que desde os 30 anos de idade, além de Quixadá, residiu em várias cidades brasileiras: Quixadá, Fortaleza, Belém do Pará, Guaramiranga, Itabuna, São Paulo, Maceió, Rio de Janeiro. Rachel de Queiroz sentiu e percebeu a cidade a ponto de destacar em suas crônicas seus problemas, propondo soluções e opinando sobre o futuro destas e de seus habitantes. Ao nos determos na análise de suas crônicas, reconhecemos que ela buscou expor, de forma mais real possível, as suas impressões sobre os acontecimentos cotidianos da sociedade em que viveu, mostrando, através da escrita, o seu olhar a respeito da humanidade e das transformações de um contexto histórico-social que estava em ponto de ebulição, ela sentindo e vivendo este momento.

Assim, concluímos que o desígnio da autora com suas crônicas foi a de levar o leitor a reflexões, pois a imaginação do cronista leva-o a escrever textos capazes de divertir o leitor ou colaborar para que este aprimore seu modo de ver a realidade à sua volta. E esta reflexão também foi possível, porque a escritora buscou utilizar uma linguagem mais próxima do leitor, para que este se sentisse envolvido pelo texto e pela realidade vivida ou desconhecida por ele.

Assim sendo, através da forma de escrita, da reflexão e da intimidade que Rachel de Queiroz proporcionou aos seus leitores, ela também, por meio das crônicas, interligou literatura e história, fazendo-as dialogarem entre si. Nos textos apresentados nesta pesquisa, a autora representou o mundo, dando sentido e significado a ele, a ponto de torná-lo real.

Dessa forma, compreendemos que Rachel de Queiroz compôs uma geração preocupada com questões que representam o avanço da modernidade em diferenciados aspectos. Ela estava sensível às mudanças históricas, sociais e políticas que permeavam o país, versando-as, em suas crônicas, com destreza e responsabilidade. Notamos também que esta discussão não pôde ser findada, até porque muitos questionamentos ainda podem ser explorados por meio deste gênero textual que nos permite diversas análises e interpretações.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Socorro. **Rachel de Queiroz**. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004, p. 13-43.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; ARAÚJO, Kárita de Fátima. 1915: a seca e o sertão sob o olhar de Raquel de Queiroz. In: **ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRP - Nº 3 - Diciembre 2009**, p. 01-31. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/araujo-martins.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. **Sertania: sabenças de uma saga agrídoce**. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2013.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ASSIS, Machado de. O folhetinista. In: GLEDSON, John (org.). **Crônicas escolhidas: Machado de Assis**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/87029.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

AZEVEDO, Sânzio de. A literatura cearense: dos Oiteiros ao Grupo Clã. In: MACIEL, Nilto. **Literatura sem fronteiras**, 2010. Disponível em: <<http://literaturasemfronteiras.blogspot.com.br/2010/10/literatura-cearense-dos-oiteiros-ao.html>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

BAPTISTA, Maria Manuel. **Estudos culturais: o quê e o como da investigação**, Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement, nº spécial, automne / hiver 2009, p. 451-461. Disponível em: <<http://mariammanuelbaptista.com/pdf/EstudosCulturais.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

BARBOSA, Maria de Lourdes Dias Leite. **Protagonistas de Rachel de Queiroz: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Pontes, 1999.

BAUDELAIRE. Charles. Pequenos poemas em prosa [O spleen de Paris]. In: **Le Livros**. Disponível em: <<http://lelivros.online/book/baixar-livro-pequenos-poemas-em-prosa-charles-baudelaire-em-pdf-epub-e-mobi/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?: Rio de Janeiro – século XIX**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

BEZERRA, Elvia. Nata e flor do nosso povo. In: QUEIROZ, Rachel de. **Mandacaru**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010, p. 09-54.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 47ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004, p. 157-179.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7. ed. Tradução. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRUNO, Haroldo. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1977.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

Cadernos de Literatura Brasileira: Rachel de Queiroz. Instituto Moreira Salles. Número 4. 1ª Impressão, set/1997.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta ao Rei D. Manuel (ortografia atualizada). In: **BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

CANDIDO, Antonio. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. A vida ao rés-do-chão. In: **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992, p. 13-22.

CARONE, Edgar. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, Flávia Paula. **A natureza na literatura brasileira: regionalismo pré-modernista**. São Paulo: Hucitec: Terceira Margem, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 01-08. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COLLOT, Michel. Do horizonte da paisagem ao horizonte dos poetas. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Márcia Manir. **Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos**. Tradução de Eva Nunes Chatel. Niterói, RJ: EdUFF, 2010, p. 205-217.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004.

COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de. Ensaio e Crônica. _____. **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 117-143.

CORREIO DA MANHÃ. Chove no Ceará. In: **BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA**, ed. 15141, 14 de março de 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5137902116358/I0019805-2Alt=001945Lar=001349LargOri=004632AltOri=006678.JPG>. Acesso em: 09 jan. 2016.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade, imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**; coordenação de edição Marina Baird Ferreira; equipe de lexicografia Margarida dos anjos. 7. ed. Curitiba, PR: Ed. Positivo, 2008.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira & ROSA, Lucelina Rosseti. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 187-204.

FONSECA, Aleilton. **O Arlequim da Pauliceia: imagens de São Paulo na poesia de Mário de Andrade**. 1.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

FONTES, Lilian. **ABC de Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

G1 GLOBO.COM. **Chuvas de janeiro mudam paisagens no interior do Ceará.** 30 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/01/chuvas-de-janeiro-mudam-paisagens-no-interior-do-ceara-veja-fotos-e-video.html>>. Acesso em: 19 maio 2016.

GANDY, Matthew. Paisagem, estética e ideologia. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidades.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004, p. 75-90.

GIANSANTI, Roberto. **A cidade e o urbano no mundo atual.** 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: Global, 2006.

GOLDSTEIN, Norma Steltzer. Traços penumbristas na poesia modernista de Manuel Bandeira. In: **SOLETRAS** – Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ, Número 25, jan.-jun. 2013, p. 59-69. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/viewFile/7314/5311>. Acesso em: 22 ago. 2016.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade:** literatura e experiência urbana. Prefácio de Eneida Maria de Souza. – Ed. ampl. - Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GULLAR, Ferreira. Poesia e realidade contemporânea. In: **Indagações de Hoje.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 08-15.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Prefácio. In: QUEIROZ, Rachel de. **As melhores crônicas de Rachel de Queiroz.** 2. ed. São Paulo: Gaudi Editorial, 2008, p. 07-18.

_____. Biografia. In: QUEIROZ, Rachel de. **As melhores crônicas de Rachel de Queiroz.** 2. ed. São Paulo: Gaudi Editorial, 2008, p. 287-298.

_____. As Crônicas de Rachel de Queiroz. In: COUTINHO, Fernanda (org.). **Rachel de Queiroz:** uma escrita no tempo. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2010, p. 26-37.

HYDE, G. M. A poesia da cidade. In: BRADBURY, Malcolm & McFARLANE, James. **Modernismo:** guia geral, 1890-1930. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 275-284.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 149-168.

KIRCHOFF, Edgar Roberto. **A cidade como representação da modernidade na poesia de Baudelaire.** 2004, p. 01-05. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/213906593/A-cidade-como-representacao-da-Modernidade-na-poesia-de-Baudelaire>>. Acesso em: 13 maio 2016.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.

LIMA, Francisco Ferreira de (org.). Paisagens em Miguel Torga e Manuel da Fonseca. In: _____ . **Sem comparação:** Torga, Rosa e companhia limitada. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2013, p. 183-200.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 443-481.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 09-28.

MASCHIO, Alcione Moraes Jacques. **A paisagem em Darcy Azambuja:** Outras dimensões. 2008. 93f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/jspui/bitstream/11338/308/1/Dissertacao%20Alcione%20Moraes%20J%20Maschio.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

MEYER, Marlyse. **Folhetim:** uma história. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MIRANDA, Ana. A flor da palavra. In: QUEIROZ, Rachel de. **Serenata:** poesias. Fortaleza, CE: Armazém da Cultura, 2010, p. 05-10.

MOISÉS, Massaud (Org.). **Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. A Crônica. In: **A criação literária:** Prosa II. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 169-244.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sertão:** um “outro” geográfico. Terra Brasilis. Anos III-IV, N. 4 e 5 – Território, Rio de Janeiro, RJ, 2002-2003, p. 01-08. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

NERY, Hermes Rodrigues. **Presença de Rachel.** Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2002.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio. **A crônica:** o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 75-90.

PADILHA, Sílvia. Da cidade velha à periferia. In: **Revista do Rio de Janeiro**, n. 1, set.-dez., 1985, p. 15-23.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=NONgCduOWAcC&printsec=frontcover&dq=isbn:8587220500&hl=pt-BR&sa=X&ei=N10qVcnRA4bHsQSqqoHQBw&ved=0CB0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Imagens urbanas:** os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1997.

_____. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade / UFRGS, 1999.

PORTELLA, Eduardo. A cidade e a letra. In: _____. **Dimensões I.** 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

QUEIROZ, Rachel de. O quinze, João Miguel, Caminho de pedras: romances. In: **Obra reunida.** Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

_____. **As três Marias, Dôra, Doralina:** romances. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

_____. **O homem e o tempo.** São Paulo: Siciliano, 1995.

_____; SALEK, Maria Luiza de Queiroz. **O Nosso Ceará.** Rio de Janeiro: Consultor, 1994.

_____. **A donzela e a Moura Torta.** 3ª ed. São Paulo: Siciliano, 1999.

_____. **O quinze.** 77. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

_____. **Existe uma saída, sim.** 3ª reimpressão. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. **As melhores crônicas de Rachel de Queiroz.** 2. ed. São Paulo: Gaudi Editorial, 2008.

_____. **Serenata:** poesias. Prefácio de Ana Miranda. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010.

_____. **Mandacaru.** São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

_____; SALEK, Maria Luiza de Queiroz. **Tantos anos.** 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RESENDE, Beatriz (org.). **Cronistas do Rio.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. Rio de Janeiro, cidade da crônica. In: _____. **Cronistas do Rio.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 33-55.

RIBEIRO, Carlos. **Caçador de ventos e melancolias:** um estudo da lírica nas crônicas de Rubem Braga. Salvador: EDUFBA, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

RONCARI, Luiz. A crônica: duas ou três coisas que penso dela. In: **Caderno Folhetim da Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 1983.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

SALEK, Flávio de Queiroz. Apresentação. In: QUEIROZ, Rachel de. **Existe uma saída, sim**. 3ª reimpressão. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SARAMAGO, José. Só para gente de paz. In: _____. **A bagagem do viajante**. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

SILVA, Luis Roberto do Nascimento e. A Escrita da Cidade. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994, p. 07-10. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8342&pesq=>>. Acesso em 13 maio 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 73-102.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira Soares. **A crônica brasileira do século XIX: uma breve história**. São Paulo: É Realizações, 2014.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009, p. 401-442.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. In: Revista Verbo de Minas, Juiz de Fora, v. 8, n. 16, jul./dez. 2009, p. 71-108. Disponível em: <http://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/Numero%2016/06_GILBERTO_VM_1_2010.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza: HUCITEC, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 07-72.

ZILBERMAN, Regina. Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX. In: **R. Est. Lit. Belo Horizonte**, v. 1, n.1, p. 31-47, out. 1993. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

ANEXOS

Em Nova Exu, enquanto os vendedores de gasolina assaltavam o chofer, um grupo de moças pulou para o caminhão. Parecia uma mascarada aquele bando de raparigas bonitas, vestidas de seda, saindo do meio da pracinha escura, num arruado triste de poucas casas, baixas, sem luz elétrica, sem sinal nenhum de civilização. Falavam rápido, queriam que a gente descesse e fosse para o baile do partido azul, que se dançava numa casa perto. E de urgência, antes que chegassem as do partido encarnado... Começamos a explicar que o trem, o Crato, etc. Mas lá em cima os estudantes já se remexiam; aderiram logo. Pareciam subitamente impregnados do espírito de D. Roseira, que também queria "ver a festa". Para impedir que a rapaziada descesse e caísse na dança foi quase preciso amarrá-los nos sacos. E os adeuses com que se despediam eram tão pungentes quanto os de marinheiros que passam ao largo de um porto, depois de um ano de mar alto.

Quando a gente avista a serra do Araripe tem uma sensação de cerco, de cidadela. A linha azul da chapada corre de horizonte a horizonte, paralela com a terra, constante, sem um relevo: assim deve ser a muralha da China. Teremos de escalar um dos seus flancos, teremos de andar várias horas pelo caminho que acompanha o dorso da chapada como a espinha no lombo de uma cobra. Mas, na aba da serra, Seu Silveira e o caminhão declararam-se em greve. Primeiro foi a máquina: cuspiu, tossiu como um tísico engasgada com a gasolina misturada de álcool. Furou um pneu. Entupiu os filtros. Quebrou pela milionésima vez a biela. Seu Silveira já de há muito vinha se recusando a sair do seu lugar quando havia uma encrenca; esperava que os passageiros remediassem, que dessem na manivela. Porém no sopé do Araripe nem mais isso quis fazer. Já se ia subindo a encosta, palmo a palmo, como um aleijado. De repente, novo enguiço: o monstro e seu dono recusaram-se a continuar. Seu Silveira olhou para a gente com cara de desafio:

— Está aí o caminhão. Está aqui a chave. Quem quiser pegue na direção e leve este diabo adiante. Eu vou dormir naquele caminhão que vem lá atrás, que tem carga de lá; não gosto do cheiro de café...

Foi assim que tomamos o poder. Entregou-se a direção do carro a um dos motoristas-passageiros. E o conselho de

viajantes deliberou que era preciso descarregar metade das sacas, fazer o carro subir aliviado, despejar a carga lá em cima, tornar embaixo a apanhar o resto, continuar a viagem. Quem não tinha força para o serviço de carga e descarga fosse tratando de subir a serra a pé... Grande foi o número dos que não tinham força: um tinha o "peito aberto", o outro estava com um terno branco com o qual pretendia assistir a um casamento no Crato. D. Roseira, ao meu lado, choramingava baixinho, como cachorro novo. E o homem aberto dos peitos contava, para entreter, histórias de assombração e de onça, que dava muito ali na chapada. Lá embaixo, uma lâmparina iluminava a descarga do caminhão. E enquanto os passageiros faziam força, Seu Silveira dormia no outro caminhão, que esperava pacientemente a desobstrução do caminho.

Um dos meus amigos conta a história de uns sujeitos que descrevem uma farra divertidíssima: "Fizemos isto e aquilo, 'matemo' um guarda"... Pois nós "matemo" um jumento. Era madrugada, descíamos o Araripe. Faltavam vinte para as cinco, o trem saía às cinco e dez. Às dez para as cinco demos um prego de gasolina; às cinco em ponto o cobrador de impostos na entrada da cidade do Crato nos deteve o carro; e às cinco e oito minutos abandonamos o caminhão do Seu Silveira, imundo de barro, odioso, como um cavalo ruim que só ganha a corrida a poder de chicote. Entramos no trem descabelados, olhos fundos, sujíssimos; os passageiros, limpos, saudáveis, nos olhavam, atônitos. Um deles comentou:

— Parecem uns naufragos.

(Rio, março de 45)

CHUVAS NO CEARÁ

Os JORNAIS noticiam que está chovendo no Ceará e que o governo iniciou a distribuição de sementes aos lavradores. O telegrama é lacônico, e poucos repararam nele, afora os cearenses que angustiadamente o esperavam, há meses. Porque pouca gente daqui sabe que

nós, lá no Nordeste, estávamos iniciando, em 1944, o nosso terceiro ano de seca. Entretido com as medonhas histórias da guerra, o público brasileiro se desinteressou desse problema secundário — a seca; e com o bloqueio, os nordestinos andam quase tão isolados quanto se vivessem numa ilha e mais longínquos ainda ficam para os outros os seus dramas locais. Além disso, creio que o brasileiro em geral, ouvindo falar em tantas secas sucessivas, e sem ver desaparecida a teimosa e invasora raça dos cabeças-chatas — que continuam resistindo, não desocupam a terra e se obstinam em lutar com o flagelo —, chegou à conclusão bem natural de que cabeça-chata é um bicho idêntico a certos peixes, certas cobras, certos batráquios, que durante o tempo de seca fazem para si um casulo de lama, enterram-se fundo num leito de lagoa, e esperam dormindo que o tempo ruim acabe.

É verdade que essa suspeita até certo ponto tem fundamento. Não se enterram na lama, é verdade, porque em tempo de seca nem lama existe. Mas vão vivendo de qualquer maneira, vão arrancando do nada um *ersatz* de rama pra alimentar o gado e a criação miúda, e com o que podem tirar do gado e da criação miúda alimentam-se a si próprios. Mas chega um dia em que até esses recursos se acabam e é então que começa a descida dos retirantes.

A região nordestina flagelada pelas secas é bem grande. Compreende vastas zonas de diversos estados, e, segundo a natureza do local afetado, varia a "interpretação" que a terra dá ao flagelo. Nas zonas mais úmidas do litoral, nos "brejos", que são a propriedade literária dos meus ilustres colegas José Américo e José Lins do Rego, a seca bate apenas de ricochete: eles vêem somente os bandos de retirantes pedindo esmola, o preço do feijão e da carne que sobe, as soledades magrinhas e líricas que dão pasto à fome amorosa dos moços brancos e servem de modelo aos romancistas.

Nas regiões de serra, a seca chega até a ser um elemento de beleza. Vai-se com o sol quente a umidade, vão-se os atoleiros, fica apenas o frio sadio, agradável, rico. As flores continuam abrindo, as colheitas não morrem, os olhos-d'água dificilmente secam, e o serrano que tem fazenda lá embaixo "retira" o seu gado para o pasto e a bebida segura dos seus sítios na montanha. Esses também pouco sabem da história.

Mas, por fim, há o sertão. Aí sim, é a pátria da seca, é o seu domínio, o seu império. Do Cariri aos Inhamuns, do São Francisco ao Parnaíba, ela anda à solta, besta do Apocalipse que o evangelista esqueceu, mãe do cangaço, filha predileta do inferno. Nessa imensa região não existe um único rio permanente; não se avista uma árvore de grande porte, a não ser os juazeiros, que têm pauta com o cão e por isso não morrem, e as umarizeiras e oiticicas, teimosas, que enterram as raízes, como muçus, na terra mais fresca das coroas de riacho.

Vim de lá agora; vi a terra estalando, vi a catinga morta, o leite dos açudes espelhando ao sol, as cabras roendo a casca do marmeleiro, o sertanejo queimando espinho de mandacaru e xiquexique para dar de comer ao gado; vi tudo isso com estes olhos míopes e aflitos que a terra vai comer — e Deus permita que os coma a terra seca de lá...

O goiano, sentado ao meu lado na boléia do caminhão, ou na poltrona do trem, afastava discretamente a vista da minha cara comovida, e fitava assustado a catinga. Pensava decerto nas matas imensas, nos rios, nas sucuris, nos bichos grandes e gordos da sua terra, no húmus fecundo do chão, no sombrio da floresta natal... À esquerda e à direita, para a frente e para trás, tínhamos só a catinga, sempre a catinga; e não a catinga verde e cheirosa dos bons tempos, mas a catinga intratável dos verões, a terra vermelha semeada de pedregulhos, a galharia seca toda confundida na mesma nudez negra, o vazio, o desabitado sem fim. Isso nas terras do norte de Pernambuco, na zona do Cariri, principalmente. Porque ali o homem é quase tão raro quanto a água; nem uma ponte, só um povoado escasso e nu a enormes distâncias um do outro; tudo aquilo é tão bravo e inimigo quanto no tempo dos índios. Parece que o português colonizador, com seu acompanhamento de negros, de sementes, de ambição, nunca chegou a pôr o pé ali.

Mas quando se entra no Ceará a paisagem muda. Conta-se com um novo elemento: o homem. A terra e a catinga são as mesmas, mas o homem luta com elas. Semeia-as de ranchos, de arruados, de taperas. Retalha-as todas de cercas, de ramadas. O goiano olhava atônito aquele xadrez de divisas, e perguntava:

— Tanta cerca, guardando o quê?

Guardando o que só Deus sabe. Talvez o orgulho da posse, o direito de morrer ali, a esperança de riqueza futura, "porque a terra é boa, só lhe falta água..."

O trem passava trepidando sobre as ferragens das pontes enormes do Quixeramobim, do Choró. E o goiano se debruçava à janela, procurando o rio, lá embaixo. Mas só avisava areia e pedras e ainda e sempre as cercas dividindo as vazantes. Ele então fez uma pergunta curiosa:

— Essas cercas são postas aí para quando a água vier já ter dono certo?

Sorri; que adiantava explicar nossos problemas de gente pobre àquele filho da fartura e do desperdício? Mas os jerimuns, a rama do feijão, as cacimbas cavadas nas vazantes decerto lhe responderam.

No carro-restaurante, sentado ao nosso lado, um agrônomo (cuja profissão parecia até irônica, naquele cenário) ia apontando orgulhoso os marmeleirais queimados, as capoeiras magras, as ramadas de espinho:

— Terra boa! Dá algodão melhor que o do Egito, espiga de milho de quilo e meio, caroço de feijão do tamanho de fava...

O goiano afrontava os golfões de poeira, esquadrinhava a paisagem procurando os roçados:

— Onde?

O agrônomo fazia um gesto largo:

— É só chover!

E o trem tocava para diante. Quando foi parando numa estação, deixando ver ao longe uma casa branca e velha, isolada num alto, com a parede do açude se arredondando ao lado, e embaixo a várzea de lama seca, estrelada de rachaduras, o agrônomo louvava:

— Isso não é fazenda, é um condado! Boa pra gado, boa pra lenha, boa pra plantar tudo! Deixa chover!

E eu escondi meus olhos cheios de lágrimas, porque naquela casa se criaram meu pai e meu avô, criei-me eu; e o bando de caboclos magros, com a roupa precária, a cara funda, que me vêm receber alegremente à estação, foram meus companheiros, são meus amigos, meus afilhados, meus irmãos de criação. E a negra velha Mariazinha, quando me abraço com ela, compreendendo o que sinto, faz este reparo característico:

— Ai, Rachelzinha, você se vexou. Por que não deixou pra vir depois das águas?

Pois, Mariazinha, agora está chovendo. Seu velho coração heróico tinha razão: eu é que me vexei, não esperando pelas águas. Em vez de me envergonhar como o retirante que

mostra os ossos nus entre os farrapos, estaria agora humilhando o goiano com algodão melhor que o do Egito, com espiga de milho de quilo e meio, com caroço de feijão do tamanho de fava... E nos rios correndo de barreira a barreira ele já não veria as cercas das vazantes, mas, rolando à deriva, os bois de Goiás que morrem afogados nas enchentes, quando vêm da sua terra através do Piauí para serem vendidos nas nossas feiras...

(Rio, março de 44)

CEARÁ

DEPOIS de mais de quatro anos de ausência, revi Fortaleza, meu berço. E creio que, exceto Natal, que não visitei, é Fortaleza, entre todas as cidades brasileiras, a mais fortemente assinalada pela guerra. Quando em 1939 deixei o Ceará, a minha capital seguia o ritmo de marcha rápida das cidades provincianas e progressistas que vão levantando animadamente os seus arranha-céus, vão construindo em linhas modernas os seus prédios públicos e vão arrasando com toda a rapidez possível os líricos e veneráveis casarões que ainda sobram da era colonial ou do Império. Em resumo, caminhava depressa e bem, como toda cidade que tem os chamados "foros", que tem as suas tradições, os seus comerciantes ricos e o seu amor-próprio.

Chegando lá, agora (entrando pela porta dos fundos, pois fui por terra), constatei satisfeita que a cidade me parecia a mesma. E, em seguida, me espantou justamente essa impressão: por que a mesma? Ao cabo de quase cinco anos, seguindo a sua marcha normal de progresso, lógico seria já estar tudo muitíssimo diferente. E fora alguns incêndios, fora um ou outro prédio novo, a cara arquitetônica da cidade não mudara nada.

Passada, porém, a primeira admiração, compreendi: é o bloqueio. Fortaleza, prezado leitor que vives aqui na confortável displicência carioca e pouco pensas em guerra, Fortaleza é hoje uma cidade bloqueada, quase tão bloqueada quanto qualquer cidade não direi da Europa continental, que não chega a tanto — mas como qualquer cidade britânica. A guerra no Nordeste existe, e quando qualquer leviano da-

UM ALPENDRE, UMA REDE, UM AÇUDE

Claro que esses três são apenas os termos essenciais: o alpendre é o abrigo, a rede o repouso, o açude a garantia de água e vida. Mas fora isso há os complementos – a casa, por exemplo. Fica a cavaleiro do alto e, além do alpendre largo de três metros que dê uma boa rede atravessada, tem a sala ladrilhada de tijolos de barro vermelho, com a mesa e os tamboretas; a camarinha com o baú e a outra rede que a gente procura nas horas frias da madrugada; o corredor e a cozinha, com o fogão de barro ao canto, o pilão deitado e a cantareira dos potes bem fresca, posta na correnteza do ar.

À mão direita da casa o roçado – só uma garra de terra com quatro pés de milho e feijão para se ter o que comer verde. O chiqueiro da criação, com a sua dúzia de cabeças, entre cabras e ovelhas. Talvez uma vaca, dando leite.

E o açude pequeno e fundo, ali ao pé, tão perto que não seja um esforço apanhar uma cabaça de água, ou descer de casa para mergulhar e refrescar o corpo, nas horas de sol mais forte.

Um anzol pequeno de cará, um anzol maior de traíra, talvez uma espingardinha de chumbo para atirar num mer-

gulhão ou numa marreca. O pau de matar cobra, o caco de enxada, o facão, a cuia de tirar leite.

Nada mais. Nem trabalho nem ambição. Nem algo doal de colheita rica, nem pomar, nem curral cheio de gado fino. Nem baixio plantado de cana, nem engenho, nem alambique. Logo adiante do terreiro batido o mato cresce por si, sem carecer de plantio nem limpa – Deus o faz nascer em janeiro e o próprio Deus o seca em julho.

Só a paz, o silêncio, a preguiça. O ar fino da manhã, o café ralo, a perspectiva do dia inteiro sem compromisso nem pressa. Vez por outra um conhecido que chega, conta as novidades, bebe um caneco de água, ganha de novo a estrada.

Qualquer coisa enche a panela e o estômago; o corpo quando dá pouco, pede pouco.

O esforço maior será mesmo o roçado, que é mister cercar ao menos com uma ramada de garrancho espinhento, abrir as covas, plantar ao romper das primeiras chuvas, dar uma ou duas limpas de enxada antes de apanhar o feijão e quebrar o milho. Assim mesmo, se se atirar aqui e além umas sementes de melão, jerimum ou cabaça, a rama alastra entre as covas do legume e não deixa o mato crescer.

No mês de janeiro rebenta verdinha a babugem do chão e as galinhas-d'angola semi-selvagens que moram no juazeiro do quintal começam a tirar suas ninhadas. Com o correr das águas cresce o pasto, as cabras e a vaca dão cria. Se o ano for de bom inverno, talvez então o açude sangre, e o peixe sobe em cardume pela cachoeirinha do sangradouro, tanto e tão desnorreado que até se pega com a mão. No mês de maio as moitas de mofumbo se abrem todas em flores, amarelas e enchem o ar com o seu cheiro doce de mimosa; em maio também devem estar em flor os aguapés na tona do açude.

Em junho se quebra o milho e em julho é a floração dos paus-d'arco; quase ao mesmo tempo começa a murchar

a rama. Em agosto o mato perde a folha que em setembro já forma um tapete quebradiço e ininterrupto no chão.

Daí por diante, com a caatinga seca, o mato cor de cinza na terra cor de cinza por baixo do céu limpo e azul, começa a grande paz do verão. Os bichos pastam o capim seco e vêm beber pacificamente, sempre no mesmo lugar e a horas certas. A rede no alpendre balança e refresca a quentura do mormaço e recebe a gente no colo, maternalmente. E embora aconteça que o verão se prolongue janeiro afora, e não venha chuva, e o ano seja péssimo, para isso mesmo ali está o açude com água para três anos – e nunca houve seca mais longa do que três anos. Ali estão os juazeiros, o pé de mandacaru para de tarde se dar rama à vaquinha e ao garrote. As cabras deixam de cuidar de si; as ovelhas é que talvez morram – mas que falta faz uma ovelha?

O chão não se acaba – e afinal de contas só do chão precisa o homem, para sobre ele andar enquanto vivo e no seu seio repousar depois de morto.

(*Junco, agosto de 1947*)

A PRINCESA É O PIRATA

Foi só alguns dias depois do fatal piquenique em Paquetá que eles dois apareceram. A maré trouxe primeiro o corpo da moça, logo identificado por causa do maiô de sarongue, todo de flores amarelas. O dele apareceu mais tarde, a uns cem metros de distância. Coitado, nem então ficaram juntos. Identificar não o identificaram propriamente, que não dava para isso, tal o estrago feito pelos peixes. Mas se quase de par com o corpo dela outro corpo aparecia, tinha que ser o dele, pois não? No fim de contas, não se dera pela falta de mais ninguém, só daquele casal.

*

A primeira vez em que a viu foi no baile da primavera, no seu clube de subúrbio. Estavam elegendo a rainha do mês de maio, e ela corria na frente do páreo. Afinal, se rainha não saiu, por causa de uma dúzia de votos, saiu contudo princesa, teve o seu trono de veludo ao lado do trono maior, também ganhou brinde e também foi coroada. Ele teve a honra de ser o seu par na hora da valsa real, que foi, como é sempre, o *Danúbio azul*. E quando a sentiu nos braços, apertou-a como coisa sua e lhe disse ao ouvido:

bom da história, só lhe pedimos a sua bênção. Está tudo aí, no mundo, brilhando, chamando, e nós nem queremos. Nada, nada, nada. Nada queremos que nos acrescente.

Só pedimos e rogamos que não tire mais; que não minguie isto que, sendo pouco, também é tudo.

Amém, Menino Jesus.

(Rio, dezembro de 1954)

Para a diversão

FELICIDADE

[O outro dia, falando na vida do caboclo nordestino, eu disse aqui que ele não era infeliz. Ou não se sente infeliz, o que dá o mesmo. Mas é preciso compreender quanto varia o conceito de felicidade entre o homem urbano e essa nossa variedade de brasileiro rural. Para o homem da cidade, ser feliz se traduz em “ter coisas”: ter apartamento, rádio, geladeira, televisão, bicicleta, automóvel. Quanto mais engenhocas mecânicas possuir, mais feliz se presume. Para isso se escraviza, trabalha dia e noite e se gaba de bem-sucedido. O homem daqui, seu conceito de felicidade é muito mais subjetivo: ser feliz não é ter coisas; ser feliz é ser livre, não precisar de trabalhar. E, mormente, não trabalhar obrigado. Trabalhar à vontade do corpo, quando há necessidade inadiável.] Tipicamente, os três dias de jornal por semana que o morador deve à fazenda, segundo o costume, são chamados “a sujeição”. O melhor patrão do mundo não é o que paga mais, é o que não exige sujeição. E a situação de meeiro é considerada ideal, não porque permita um maior desafogo econômico – o que nem sempre acontece – mas sim porque meeiro não é sujeito.

A gente entra na casa de um deles: é de taipa, sem reboco, o chão de terra batida. (Sempre muito bem varrida, tanto a casa quanto os terreiros.) Uma sala, onde dormem os homens, a camarinha do casal ou das moças, o minús-

culo puxado da cozinha, o fogão de barro armado num jirau de varas. Móveis, às vezes, uma mesa pequena, dois tamboretetes. Alguns possuem um baú; porém a maioria guarda os panos do uso num caixote de querosene. No fogão, as panelas de barro, duas no máximo, a lata de coar café, a chocolateira de ferver água. Noutra caixote trepado à parede, algumas colheres, uma faca, raramente um garfo; dois pratos de folha ou de ágata, duas tigelinhas de louça. Numa forquilha, o pote de água com o caneco de folha, areado como prata. Nos esteios das paredes, uma rede para cada pessoa. E pronto, está aí toda mobília. Pode haver afluência de dinheiro; há anos em que o legume se colhe em quantidade, em que o algodão dá muito. Mas nunca ocorreria, a eles, usar da abundância para a compra de objetos domésticos – mesas, cadeiras, camas, relógio de parede. Uma dona-de-casa mais ambiciosa pode aspirar a uma máquina de costura. Raramente a consegue. E hoje está se generalizando o uso da máquina de moer – mas porque dispensa o trabalho do pilão, muito mais penoso.

De uma espantosa frugalidade, comem, almoço e jantar, de janeiro a dezembro, feijão na água e sal, raramente temperado com um pedaço de jabá ou de toucinho. Farinha de mandioca, café – nada mais. E poderiam passar muito melhor; mas às mulheres não ocorre usar o milho-verde para canjica ou pamonha, nem pisar o milho seco para o cuscuz. Isso são iguarias trabalhosas, só para dia de festa, ou mesa de rico. Comem o milho assado na brasa – ainda se dêem por felizes. Cabras (que eles chamam de “criação”) vivem aqui à solta, sem necessidade de pastoreio nem de trato. Na seca engordam roendo casca de pau e comento sementes do chão. Galinhas também se criam à lei da natureza. Pois raras são as famílias que melhoram a dieta com um frango, um pedaço de carne de bode. Bicho é para vender, ou como eles dizem, “negociar”.

E não se culpe, por isso, apenas a pobreza. Mais a natureza do índio, que herdaram. Pobre, tão pobre quanto o caboclo é o camponês europeu, mas o hábito da poupança, geração após geração, fá-lo acumular objetos e móveis em grande quantidade, e não há dona-de-casa européia, por mais pobre, que não tenha o seu pequeno tesouro de talheres, pratos, panelas de cobre, cobertores e lençóis, herdados de avós e bisavós. Elas, aqui, não guardam nada. Trastes se chamam “catrevage”. O que se compra é para usar, gastar, jogar fora. Algum mais poupão que tenha o seu baú de guardados, cria logo fama de “rezina” que é o nosso sinônimo para avarento. A falta que mais envergonha um daqui é passar por “interesseiro”.

Dispensam tudo o que para o homem urbano é o indispensável e nem ao menos conhecem o que, para este, é o supérfluo. Têm, entretanto, o seu supérfluo, que estimam e disputam, como expressão de abundância e luxo: o vidro de perfume, a boa sanfona ou harmônica, o dente de ouro, a dentadura postiça. Também gostam de jóias, os brincos para as mulheres, os anelões para os homens, raramente um relógio de pulso. Vaqueiros, o seu luxo é no cavalo de campo, nos arreios e na roupa de couro. Nisso gastam, quando pegam em dinheiro. Também gastam em gulodices – doces de lata, guaraná, cerveja, quinado. Nunca com trastes de casa, como já disse, e jamais, oh! jamais, na casa propriamente dita. Nunca vi, em vida minha, um caboclo que se preocupasse em tijolar o chão da casa, nem que esteja na maior prosperidade. A luz é a lamparina de gás, feita de um vidro vazio, de uma lata de conserva ou de uma velha lâmpada elétrica a que os flandeiros engenhosamente adaptam um gargalo de folha. A torcida é feita em casa, com algodão em rama.

Nessa nudez, nesse despojamento de tudo, dê-lhes Deus um inverno razoável que sustente o legume, um pouco de água no açude e não pedem mais nada. De que é

que eles gostam? Gostam de dançar, de ouvir música – pagam qualquer dinheiro por um tocador bom e obrigam o homem a tocar ininterruptamente dois, três dias seguidos. Gostam de festas de igreja, e ainda gostam mais de jogo, baralho ou dados. (Conhecem pouco o jogo-de-bicho.) Namoram sobriamente e, se apreciam mulher, como é natural, pouco falam nisso. Gostam de doces de qualquer espécie, e de aluá, que é uma bebida feita com milho ou arroz fermentado e adoçada com rapadura. Adoram cachaca. Mas, acima de tudo, gostam desta terra velha, ingrata, seca, doida, pobre; e nisso estou com eles, e só por cima dela temos gosto em tirar os anos de vida, e só debaixo dela nos saberá bem o descanso, depois da morte.

(*Junco, junho de 1955*)

SIMPLES HISTÓRIA DO AMOLADOR DE FACAS E TESOURAS

Era um desses portugueses rosados – alegre, festeiro como um cachorro novo: tinha exatamente dezoito anos quando desembarcou no Cais do Porto. Vinha com um contrato de copeiro numa casa rica – contrato que lhe arranjava o irmão mais velho, já antigo no Brasil, trabalhando de garçom num dos bares da Zona Sul e que inculcara o menino a um freguês dono de palacete na Lagoa.

Puseram-lhe um uniforme (já não se dizia mais *libré*): colete de riscas para o diário, paletó branco e *black-tie* para servir o jantar. Tinha banho quente, quarto por cima da garagem que dividia com o chofer, folga domingo à tarde, bóia sofrível, ordenado idem.

Mas não se sentia feliz. Não é que lhe parecesse pesado o serviço, nem penoso. Não há nada de especialmente difícil no oferecer um prato à esquerda e começar pela senhora mais velha, em dia de jantar de cerimônia. Nem é mister ser doutor de Coimbra para arear as pratas ou correr a enceradeira no *parquet*. O que pegava o carro era o lado moral, ou para dizer melhor, era a alma. O português viera para o Brasil a fim de ser um homem – um “hómem”, dizia ele – não para ser criado de ninguém.

Algumas que falam comigo mostram-se sempre inquietas, vulneradas, magoadas. Sente-se que o seu padecimento básico é uma perigosa insegurança — quanto a si, quanto ao mundo, quanto aos namorados. Tão insatisfatórios os pobres garotos, igualmente assustados com o que fizeram, passada a hora primeira e irresistível. Sabem os meninos que, até por razões biológicas, elas são muito mais maduras do que eles, o que ressentem; e então partem para as promessas de casamento, prematuras e impraticáveis; ou saem para o cinismo e para a fuga — e é aí que as meninhas procuram um ombro compreensivo onde possam se apoiar e chorar. Ou, fartas dos garotos, se atiram às aventuras com homens mais velhos, experientes e estabelecidos na vida.

Em ocasiões raríssimas têm sorte, o homem se apaixoa e transforma o caso em casamento. Ou, o que é mais geral, elas vão passando de mão em mão, se desgastando, se decepcionando cada dia mais fundo; as que podem pagar se atiram ao divã dos analistas, e é comovente e grotesco vê-las disputar entre si quem tem mais anos de análise! As que têm vocação artística ou profissional, salvam-se da solidão e do desespero por esses caminhos; e se não contam com tal saída, resta-lhes mesmo a que ainda se chama *a mais velha das profissões*. Uma dá para beber, outras se suicidam, é forçoso constatar, embora não se queira forçar a nota da tragédia. Porque em verdade tudo é mesmo uma tragédia. As meninhas, por mais atrevidas, são pateticamente frágeis, pela sua própria condição de mulher, dentro do mundo que as espera. Seus meninos namorados não têm a necessária segurança para lhes dar, tão inseguros eles próprios, coitados.

Ah, a vida é difícil, uma aventura arriscada. Com todas as garantias tradicionais que tinham outrora, já as meninas naufragavam; que dirá agora, que se atiram à correnteza sem barco nem corda, só dispondo dos braços e do lindo corpo, contra a onda tão funda, tão bruta.

(15.12.75)

TERRA

CHEGAM OS AMIGOS de visita pelo sertão e nos seus olhos leio o espanto, e quando não é espanto pelo menos é estranheza: que é que nos prenderá nesta secura e nesta rusticidade? Ou, nos meses que precedem a secura, os excessos dos invernos nordestinos, as águas torrenciais, os caminhos desfeitos, as várzeas alagadas, qualquer comunicação interrompida.

Tudo tão pobre. Tudo tão longe do conforto e da civilização, da boa cidade com as suas pompas e as suas obras. Aqui, a gente tem apenas o mínimo e até esse mínimo é chorado.

Nem paisagem tem, no sentido tradicional de paisagem. Agora, por exemplo, fins d'águas e começos de agosto, o mato já está todo zarolho. E o que não é zarolho é porque já secou. Folha que resta é vermelha, caíram as últimas flores das catingueiras e dos paus-d'arco, e não haveria mais flor nenhuma não fossem as campânulas das salsas, roxas e rasteiras.

No horizonte largo tudo vai ficando entre sépia e cinza, salvo as manchas verdes, aqui e além, dos velhos juazeiros ou das novatas algarobas. E os serrotes de pedra do Quixadá também trazem a sua nota colorida; até mesmo quando o sol bate neles de chapa, tira faíscas de arco-íris.

E a água, a própria água, não dá a impressão de fresca: nos pratos-d'água espelhantes ela tem reflexos de aço, que dói nos olhos.

A casa fica num alto lavado de ventos. Casa tão rústica, austera como um convento pobre, as paredes caiadas, os ladrilhos vermelhos, o soalho areado. As instalações rudimentares, a lenha a queimar no fogão, a água de beber a refrescar nos potes. O encanamento novo é um anacronismo, a geladeira entre os móveis primitivos de cumaru parece sentir-se mal.

Não tem jardim; as zínias e os manjeriões, que levantavam um muro colorido ao pé dos estacotes, estão ressequidos como ramos bentos guardados num baú. Também não tem pomar, fora os coqueiros e as bananeiras do baixio.

Não tem nada dos encantos tradicionais do campo, como os conhecidos pelo mundo além. Nem sebes floridas, nem regatos arrulhantes, nem sombrios frescos de bosque — só se a gente der para chamar a catinga de bosque.

Não, aqui não há por onde tentar a velha comparação, a clássica comparação dos encantos do campo aos encantos da cidade. Aqui não há encantos. Pode-se afirmar com segurança que isto por aqui não chega sequer a ser campo. É apenas sertão e catinga. As delgadas, escuras cercas de pau a pique cavalgando as lombadas, o horizonte redondo e desnudo, o vento nordeste varrendo os ariscos.

*

Comparo este mistério do Nordeste ao mistério de Israel. Aquela terra árida, aquelas águas mornas, aqueles pedregu-

lhos, aqueles cardos, aquelas oliveiras de parca folhagem empoeirada — por que tanta luta por ela, milênios de amor, de guerra e saudade?

Por que tanto suor e carinho no cultivo daquele chão que aparentemente só dá pedra, espinho e garrancho?

Não sei. Mistério é assim: está aí e ninguém sabe. Talvez a gente se sinta mais puros, mais nus, mais lavados. E depois a gente sonha. Naquele cabeço limpo vou plantar uma árvore enorme. Naquelas duas ombreiras a cavaleiro da gruta dá para fazer um açudinho. No pé da parede caberão uns coqueiros e no choro da revência, quem sabe, há de dar umas leiras de melancia. Terei melancias em novembro.

Quem tem melancia em qualquer mês e não sabe de onde elas vêm, compreenderá acaso este simples milagre — melancias em novembro?

Aqui tudo é diferente. Você vê falar em ovelhas — e evoca prados relvosos, os brancos carneirinhos redondos de lá. Mas as nossas ovelhas se confundem com as cabras e têm o pêlo vermelho e curto de cachorro-do-mato; verdade que os cordeirinhos são lindos.

E ainda não se falou no poço. Que não tem celeiros nem gordos rebanhos; só o parco feijão e as mãos de milho seco para virar o ano, no quarto do paiol, e os magros bodes, que é este o país dos bodes.

Há um prazer áspero na permanente descoberta de quanto supérfluo a gente se sobrecarrega e de como é fácil a gente se despojar dele. É como tirar uma casca suja. Ou uma pele velha, seca, engelhada.

Viver no dia-a-dia, sem conhecer ambição — mesmo porque não há o que se querer.

Tudo tão longe. Tão longe as solicitações. Por isso falei em pureza. Nem anúncios oferecendo, nem oportunidades de tentação. A pobreza é uma garantia. Falem em bezerro de ouro aqui, ninguém entende. Todo o ouro que se possui mal dá para os brincos levíssimos que as moças compram nas feiras; nem para um dente de ouro dá.

Sim, só comparo o Nordeste à Terra Santa. Homens magros, tostados, ascéticos. A carne de bode, o queijo duro, a fruta de lavra seca, o grão cozido n'água e sal. Um poço, uma lagoa é como um sol líquido, em torno do qual gravitam as plantas, os homens e os bichos. Pequenas ilhas d'água cer-

cadadas de terra por todos os lados e em redor dessas ilhas a vida se concentra.

O mais é a paz, o sol, o mormaço.

(Não me Deixes, 17.8.63)

SOLIDÃO

O **HOMEM** está sozinho no seu quarto de hospital. Paga caro por aquele luxo que se chama apartamento privativo. Mas sozinho. E pensa. Não sabe se vai morrer, não sabe se vai ficar bom, não sabe sequer o que tem. Tiram-lhe sangue, tiram-lhe do corpo vários líquidos e exsudações, fazem-lhe exames. Elétrodos nos pulsos e nos tornozelos, relógios elétricos lhe reproduzindo as batidas do coração. Sondas. Agulhadas. Mas tão só, tão só! Será que o vão operar? Será que é possível operar? Será que não é mais possível operar?

Os médicos entram e saem, confabulam entre si, contam anedotas e não pensam na angústia do homem só. Para eles a doença é um problema técnico — e está certo. Mas será que lhes ocorre que, para o enfermo, aquele problema técnico, aquele jogo delicado de possibilidades e hipóteses é, literalmente, um assunto de vida e morte? Literalmente a sua vida e a sua morte?

O homem pensa, melancolicamente, que há certos privilégios que valem menos do que a sua falta. Se em vez daquele quarto privativo, no hospital silencioso e rico, à sombra do parque, estivesse numa enfermaria pública, à beirada do parque, estivesse numa enfermaria pública, à beirada do parque, estivesse numa enfermaria pública, à beirada do parque... Não apenas as paredes verde-claras, não apenas a odiada enfermeira de cara cor de tijolo e sotaque gutural, que de longe em longe lhe aparece e pergunta qualquer coisa em tom de falsa animação. Não apenas aquela cama articulada, isolada como uma ilha no chão encerado. Mas muitas camas, outros homens, todos doentes. Na hora da comida, não a dieta na vasilha térmica, que, mesmo estando quente, parece sempre gelada — mas a bóia coletiva, vinda no carrinho, que se discute, que se rejeita, que se troca uns com os outros. Os cigarros escondidos, que o doente que está melhor em presta ao que está pior. E, acima de tudo, homens, homens, cada um com o seu problema e a sua história, o conforto da companhia humana, as delícias da promiscuidade!

para a dissertação

VERÃO

Todo nordestino fica danado da vida quando pessoas a que ele dá importância vêm conhecer a sua terra nos meses de verão. Não é que ele não goste do verão. O verão, para o nativo, é tempo muito agradável, sem chuvas nem atoleiros, o campo aberto multiplicado em caminhos, o leito dos maiores rios vadeáveis a pé enxuto, convidando ao nomadismo que ainda está tão perto de nós, já que nós mesmos ainda estamos tão perto do índio anejo.

E no verão não há moscas, nem mosquitos, nem mutucas, nem muriçocas, nem friagem, nem frieiras, nem dor-d'olhos, nem papocas roxas, nem defluxos, nem reumatismo.

Nem trabalho. Porque em pleno verão, acabada a colheita do feijão e do algodão, virado o milho; quando ainda não se começaram os remotes de cercas, a broca e a coivara dos roçados novos, há um período intermediário em que, literalmente, não se faz nada. Lá alguma desmancha de farinha, que é mais uma festa que um serviço. Ou moagem, nas raras fazendas onde há sítio de cana. O mais são os sambas, os forrós, as cantorias, as viagens de recreio, o passar uns dias em casa de parentes distantes, as romarias em pagamento de promessas a Canindé ou ao Juazeiro. As novenas, os festejos dos santos, com barruquinha, leilão e foguete. E sanfona muita.

Mas tudo isso em família, não para estranho ver.

Estranho chega e logo vai estranhando, como é natural. Aos olhos deles o sertão está horrível, seco, cinzento, sem folha verde à vista, a caatinga virada numa floresta de gar ranchos. O gado fica magreirão, é claro, pois só come capim seco e o resto da palha do legume nas capoeiras. Os açudes baixam, os rios deixam de correr, as águas não são tão cristalinas, muita gente se abastece nas grosseiras cacimbas que são apenas grandes buracos rústicos cavados na areia, sem paredes de alvenaria, ou quaisquer obras de arte. Tudo improvisado e perecível – tudo provisório, como o próprio verão.

Provisório. É essa a palavra que os estranhos não entendem. Que a secura, a falta do verde, as águas baixas, tudo é provisório e salutar.

E por mim confesso que tinha o maior acanhamento em mostrar o sertão na quadra seca ao pessoal da Bahia pra baixo. Só depois que conheci a nudez de outono e inverno em outras latitudes foi que perdi a cerimônia. Esse negócio de mata tropical, permanentemente verde e úmida, é coisa de subdesenvolvido, que não conhece as alternativas das estações; para eles é sempre uma coisa só. Mas nas terras civilizadas da Europa e Norte-América, o ritmo é semelhante ao nosso, no Nordeste. Folha nasce e folha cai no tempo certo, e ninguém na Alemanha ou na Escócia se lembraria de ter vergonha de mostrar aos de fora a nudez das árvores ou a grama queimada e morta. Aliás, foi só isso que vi nos famosos campos da Inglaterra – os relvados secos, o arvoredó nu.

Era fim de outono. Também no Vermont, nos Estados Unidos, em novembro, meu Deus, não fosse o testemunho das estrelas no céu, tão diversas, e o povo todo falando inglês, e a comida inconfundível, a gente podia jurar que aquele novembro era em pleno sertão do Quixeramobim. O chão cinzento, a mata rala desfolhada, os bichos comendo capim seco, as águas escassas depois dos calores do verão.

A terra como adormecida, esperando o despertar para desabrochar. Tal e qual como nós. A única diferença era a espera da neve e do frio – e nisso nós levamos vantagem, pois ninguém pode comparar o conforto da ventilação marinha que nos banha a terra toda, o sol claríssimo, os lindos luas, as noites frescas, as madrugadas esplendorosas, com o frio e a umidade e a neve nos telhados e o gelo no chão, e tudo trancafiado a tiritar, procurando aquecimento.

Mas vem aqui algum carioca, ou paulista, ou goiano, na quadra estival, para nós tão propícia e logo exclama: – Que horror! Como se pode viver assim? Coitada dessa gente! Cadê os retirantes?

Não sabem que retirante é assunto de seca, e verão não é seca. Não sabem que é por causa do verão que nós praticamente não conhecemos moléstias, não sabemos o que é impaludismo, boubá, mal-de-chagas, febre amarela, aqui não dá berne no gado, e, se aparece alguma aftosa ou raiva, é sempre trazida de longe.

Mas não adianta explicar, que eles não entendem. Vêm um rio seco; não pensam que é uma ocorrência sazonal, regular, se espantam, acham que houve calamidade. O rio secou!

Não sabem que nos calores do verão a terra dorme e os homens folgam. Pra depois rebentarem em flor e fruto, com as águas novas.

(Ceará, 7.7.1971)

AI, AMAZONAS

Um nordestino que subia conosco o Amazonas olhava a imensidão do rio alagando a terra plana a caminho de se perder no mar, e deu um suspiro sentido:

– Ah, se a gente pudesse tirar uma levada desta água e ir com ela até ao Rio Grande do Norte!

Não sei se pelo resto do Brasil *levada* tem o mesmo sentido. Para nós, quer dizer o rego d'água da irrigação. Realmente, se a gente pudesse encaminhar uma levada com um pouco do excesso daquelas águas até às nossas terras secas!

Mas só um pouco. Porque, pelo menos a nós, o efeito que nos causa a visão daquele sem-fim de águas é principalmente o medo. Espanto, igualmente, porém o medo é maior que o espanto. Ali, sente-se que toda a vida é a água, mas também a água é toda a morte. Tudo vem da água do rio – o alimento, o transporte, a fartura vegetal das margens, a bebida, a fácil limpeza do corpo; e do rio vêm as doenças, a tremura e a febre, a umidade, a lama; do rio parte a rede dos furos recortando a mata, as águas paradas e malsãs dos igapós. No rio, ou à margem do rio, vivem as feras perigosas. Os homens conseguem sobreviver ali, mas sempre de sobreaviso, permanentemente sitiados por milhares de inimigos. As casas de madeira e palha, leves como gaiolas, são erguidas em jiraus de dois metros de altura, por temor das

PICI

Foi em 1927. Eu estava naquela faixa de entreaberto botão entrefechada rosa, louca por desabrochar e ver o mundo. No sertão o vento nordeste já soprava violento, a folha do marmeleiro enrolava e caía, e o mormaço do verão, entre as duas e as três da tarde, era de crestar a pele do rosto e as flores no meu pequeno jardim.

E então nós iniciamos a campanha pelo sítio de verão: e meu pai acabou comprando o sonhado sítio: por nome Pici, com açude, pomar, baixio de cana, num vale fresco e ventilado para os lados da lagoa da Parangaba. Só que nesse tempo se dizia Porangaba.

E começou nessa época um período muito feliz. Nós éramos seis filhos – dois rapazes, dois meninos e a caçula que começava a engatinhar. E eu. O transporte era o trem suburbano que parava defronte ao Asilo e nos levava para a cidade. Meu pai começou logo a plantar o baixio, a fazer planos para o engenho. Trouxe da fazenda as melhores vacas para a vacaria. Eu me iniciava timidamente, freqüentando a roda dos literatos na cidade, roda liderada pelo nosso amado guru Antônio Sales. Júlio Ibiapina me deixava escrever as primeiras crônicas no jornal *O Ceará*. Foi quando conheci Demócrito Rocha, que me dava muita confiança literária; Djacir Meneses, amigo fraterno até hoje. Jáder de Carvalho, meu primo, já amizade velha. O ruído-

so e fulgurante Antônio Furtado. Ah, tantos que ainda hoje são amigos, essa graça Deus me deu de conservar os amigos, só a Inominável os carrega.

Mas isso não são recordações literárias, quero falar no sítio Pici.

O casarão era talvez mais do que centenário, feio e mal-amanhado, o chão interno em diversos planos, cheio de camarinhas e cafuas. Assim mesmo ainda hoje me dá remorso quando recordo que promovi os planos para o reformar – e no que se iam derrubando paredes, abrindo portas, a velha estrutura ia desmoronando toda, e por fim o jeito era arrasar tudo e fazer casa nova. Mereço desculpa, tinha só 16 anos, não dava valor a essas obras antigas. Meu pai, sei que lhe doeu a demolição; mas afinal a casa desabou mesmo e não tinha sido erguida nem morada por gente dele, argumento forte. Pertencera à família do Padre Rodolfo Ferreira da Cunha e fora vendida depois a um industrial, José Guedes, de quem a compramos.

A casa nova fizemos imensa, um vaticano, salas largas, rodeada de alpendres como nós gostávamos. Ali escrevi meu primeiro livro, *O quinze*. Muito perseguida, minha mãe me obrigava a dormir cedo – essa menina acaba tísica! – e assim, quando todos se recolhiam, eu me deitava de bruços no soalho da sala, junto ao farol de querosene que dormia aceso (ainda não chegara a eletricidade lá) e em cadernos de colegial, a lápis, escrevi o livrinho todo. Nas grandes mangueiras do pomar eu armava a minha rede e passava as tardes lendo. De noite, nós formávamos uma pequena orquestra com nosso professor de violão, Litrê (puxando no banjo), e a filha dele, Altair, muito bonitinha e afinada, e tinha um menino, Perose. Nas noites de lua vinham uns moços de Parangaba e nos faziam serenata, cantando *Mi noche triste*. Porque nesse tempo o chique era tango.

Mas depois fomos dispersando. Os rapazes se formavam, morreu um aos 18 anos, e desceu uma sombra escu-

ra sobre o Pici. Veio a guerra, já então eu andava por longe, os americanos estabeleceram uma base lá perto e os *blimps*, os pequenos dirigíveis prateados, pousavam quase acima da nossa casa. Enquanto isso a cidade crescia, ia cercando o sítio com seus exércitos de casinholas populares. Dava ladrão na fruta, na cana, até nas galinhas e patos. Meu pai morreu. Morreu o outro rapaz. Minha mãe ainda tentou valentemente ficar – mas o cerco urbano se apertava. Ven-deu-se o sítio.

Hoje, me contam que por lá mal há vestígios do que foi: aterraram o açude; onde era o engenho é agora uma igreja; abriram ruas no pomar, derrubando as grandes mangueiras. Leio nos jornais a respeito do *campus* universitário do Pici – será na base dos americanos? Diz que o casarão é hoje uma velha casa de quintal pequeno, habitada por sucessivas famílias de estranhos.

Nunca mais fui lá. Dói demais, vai doer demais, imagino. Eu ainda escuto no coração as passadas de meu pai no ladrilho do alpendre, o sorriso de minha mãe abrindo a janela do meu quarto, manhã cedo: “Acorda, literata! Olha que sol lindo!” E as mangas bola-de-ouro, que eram os cuidados dela – terão derrubado a mangueira bola-de-ouro?

Não, nunca mais quero ir lá. Ninguém desenterra um defunto amado para ver como é que estão os ossos.

(Rio, 24.8.1975)

SÃO PAULO E EU

Ah, conheci São Paulo quando ainda se chamava orgulhosamente, “a cidade das mil chaminés”. Agora, com essa história de poluição, vá alguém falar em chaminés! (que envaidece hoje, te envergonha amanhã. Naquele tempo, fumaça industrial no ar dava prestígio.

Uns dois anos depois, transcendi da condição de simples turista deslumbrada para a condição de habitante. Mulher de funcionário, tratei de também cavar a vida num pequeno jornalismo e dando aulas particulares. O que me permitiu ingresso e frequência no Sindicato de Professores do Ensino Livre – aliás, uma estreita salinha onde mal cabiam a mesa e o presidente. Esse presidente, um senhor alto, forte, simpático, voz empostada, tinha ascendência ilustre, era neto do Brigadeiro Tobias e da Marquesa de Santo Um brasão que compensava as modéstias do sindicato.

São Paulo, nesse período, sofria o dolorido rescaldo da perda da Revolução de 32. Ainda se choravam os mortos e se enterravam esperanças. Na rua, a todo instante, se esbarravam em mulheres de luto, homens de fumo negro na manga.

Fomos morar num pequeno edifício da Rua do Carmo pertinho da Praça da Sé – imaginem! Basta isso para entender quanto era diferente da de hoje a São Paulo de então. Toda a vida da cidade se exercia dentro dos limites do chamado Triângulo, formado pela Rua Direita, Rua 1

Na lasca da pedra, que a dinamite abrisse, saía correndo um filete de sangue, bem vermelho, sangue vivo, lustroso na luz do sol.

(Não me Deixes, s.d.)

O HOMEM E O TEMPO

QUEM LÊ algum livro das eras de dantes, um romance de Jane Austen, por exemplo, escrito há quase 200 anos, tem a impressão de que o tempo daquela gente rendia muito mais que o nosso, ou que eles tinham tempo para tudo, enquanto nós não temos tempo para nada. Eles realizavam coisas, erguiam grandes casas, criavam grande família, plantavam jardim e pomar e ainda tinham tempo para meditação e debate, para as artes amenas da convivência civilizada — as visitas, as palestras, a correspondência. E só conheciam como meio de tração terrestre o cavalo, navegavam a vela, não sonhavam com telégrafo nem telefone, quanto mais com rádio e TV!

O que aconteceu com o homem atual, vítima da permanente impressão de que o seu tempo encolheu? A gente se agita, quebra a cabeça, vai lá e vem cá, mas não realiza propriamente nada — ou, pelo menos, o que se realiza nem de longe corresponde ao esforço que se faz. Não se tem tempo. Não se escreve um livro com calma, aqueles substanciosos livros meditados, cheios de digressões, alargados em conceitos tranquilos, que representavam o labor de toda uma vida. E se alguém escrevesse tais livros, como alguma alma anacrônica ainda o tenta, não encontraria ninguém para o ler. A gente vive correndo de Herodes para Pilatos, do nascer ao pôr-do-sol, da segunda ao sábado e se esgota toda nessa correria. Eu, por exemplo, que não sou das mais ativas: atualmente o meu trabalho fica a três mil quilômetros, ou seja, a 500 léguas do lugar onde moro. Não é coisa de louco? Mas não sou exceção, a exceção são os que moram perto. D. Pedro II reinou no Brasil durante 58 anos e conheceu apenas uma parte do território nacional, o que foi uma omissão. Mas também é exagero o que faz qualquer presidente atual: numa única semana percorre mais território do que o Imperador em mais de meio século; para governar, governa simultaneamente em duas cida-

des, separadas uma da outra mais de 1.200 quilômetros — Brasília e Rio.

Tudo seria muito belo, a velocidade e o mais, se a nossa pessoa física estivesse à altura das exigências que nós lhe imponhamos. Pois o trágico da vida do homem moderno é que ele não é feito para o ritmo que a sua existência atual lhe exige, mas para o tranqüilo, sereno ritmo dos tempos de dantes. A carne, os músculos, o sangue, o coração, as vísceras todas do homem foram criadas para as pequenas distâncias, para o andar a pé. O cavalo já nos exigiu uma adaptação especial — que dirá então do avião, da astronave? Nenhum homem das civilizações antigas poderia conhecer o desgaste prematuro e terrível representado por essa moléstia hoje vulgar em aviadores, rapazes de menos de trinta anos: a fadiga do voo.

Para as conquistas deste século deveria haver outro homem, não aquele que nós somos, filhos de Adão feito de barro.

A gente se obriga, mas a carne reclama. Desde o enjôo do mar ao enjôo do ar, ah, o horrendo enjôo do ar que me martirizou por mais de vinte anos de viagens aéreas, até que se usasse a pressurização nos aviões comerciais! Nós vivemos dentro das nossas cidades no seio do progresso que nós inventamos e fabricamos, como hóspedes do interior vivem na casa de primos ricos — onde tudo é uma admiração e um constrangimento. Basta encarar o problema da escala. Pois tudo o que a civilização fabrica, ultrapassa a nossa escala, como se fosse destinado ao uso de gigantes. Para termos uma visão do mundo que nos cerca, temos que o reduzir a miniaturas, fotos, mapas, maquetes. Experimente olhar da calçada a torre de um grande edifício — dá vertigens e o nosso olhar não apanha nada do conjunto.

Eu tenho a impressão de que um progresso realmente assimilável pelo homem seria um progresso que funcionasse de dentro para fora — quer dizer, se o homem mesmo, o seu corpo, a sua carne participassem do progresso. Mas nós sabemos inventar elementos exteriores que nos transportam, nos elevam no ar, nos afundam, nos cegam, nos deslumbram, sem nada penetrar a nossa essência física, sem sequer melhorar a nossa constituição corporal. Somos pacientes, não agentes. A ave que voa, voa por si, voa mesmo. Nós "somos voados". Alguma coisa voa nos levando dentro. Nadar e mergulhar com o nosso corpo é uma atividade maravilhosa, que nos dá a sensação de dominar um elemento novo e adverso; mas navegar dá náuseas e mergulhar num submarino a mim, pelo menos, dá horror.

Não sei se me faço entender, mas considero essa questão a própria chave da incompatibilidade do homem com sua obra: nenhum progresso alcança a nossa estrutura, fica tudo na superestrutura, no exterior. Tudo é feito de matéria inerte, nada é vivo, nada é de carne, nada cresce, nada dói. Sim, aí é que bate o ponto: nada do que nós fazemos é capaz de sentir nada, mormente sentir dor.

Progresso seria se a gente conseguisse tornar o nosso coração de músculo num coração de duralumínio. Um pulmão de espuma de aço, um sangue incorruptível como petróleo, um cérebro que não tonteie nem esqueça, meu Deus, um cérebro eletrônico. E, dizendo isso, verifico que o homem capaz de fruir com plenitude a civilização de engenhos mecânicos por ele criada tinha que ser também um homem mecânico — tinha que ser um robô.

(Rio, 17.6.67)

ANTÁRTIDA

ESTA NOITE tive um sonho de imagens tão nítidas e de enredo tão complicado que, ao me sentar à máquina de manhãzinha, me dá o impulso de contar o que sonhei.

A gente — éramos minha irmã e eu — tinha chegado a uma espécie de estação de veraneio numa região polar — alguém, por trás de nós, falou que era a Antártida. Nós não sabíamos bem por onde andávamos mas também não nos inquietávamos, parece que tudo estava dentro do programa da viagem.

O ambiente era de ficção científica: um grande *hall*, todo em plástico e vidro, quase sem paredes, e pelas vidraças se avistava ao redor a paisagem polar. Mas de longe, porque em torno do nosso edifício havia um gramado extenso e depois, ao fim da grama, grupos de árvores não muito grandes, com a aparência de transplantadas recentemente. Aliás, tudo ali tinha aparência de recente e novo.

Nós íamos de um lado para o outro, procurando avistar a imagem do pólo mesmo, lá longe. Minha irmã pôs-se a apontar com voz emocionada:

— Olha ali, geleiras!

Realmente, muito além da linha das árvores, erguiam-se os torreões de montanhas de cristal, de recorte agudo, e

onde a luz se refletia em todas as cores, como num prisma. Outras geleiras eram apenas azuladas, mas a gente via que era gelo mesmo; e outras ainda eram arredondadas, grandes montes de neve translúcida.

Dentro do *hall* tocavam música. Um turista grande e dentunção comia desagradavelmente um sanduíche, enquanto olhava as geleiras, por cima do nosso ombro.

De repente notei que minha irmã espiava a grama fixamente, e apontava com o dedo, com ar preocupado. Olhei também — e vi que uma fina camada de gelo começava a cobrir o verde do gramado, quase como a gelatina transparente num doce, ou, antes, a tênue lâmina de um vidro. Levantamos os olhos: mais além, as pequenas árvores pareciam flutuar dentro de bolhas de gelo. E as geleiras davam a impressão de que se dissolviam em névoa acinzentada.

Qualquer coisa ruim estava acontecendo. A gente sentia um medo fino nos agulhando por dentro. E de sob o chão de plástico começavam a vir uns ruídos, uns estalos.

Em redor, os outros parece que ainda não tinham percebido nada. Mas aí apareceu no meio da sala o homem que tomava conta do hotel e descobrimos sem surpresa, nele, a cara de um contraparente: era gordo, boca úmida, de sotaque paulista, desses que dizem Antônio. Ele vinha trêmulo e trazia na mão uma pequena mala de lona. Pediu um momento de atenção, mostrou a mala e, na mala, um bolso externo:

— Este espaço vazio das malas nunca é aproveitado; somando-se cada bolso destes, em todas as malas, dá o volume de uma pessoa!

E aí ele acrescentou com fala de choro:

— Eu vou usar o privilégio de funcionário e aproveitar esse espaço para mandar à salvação a minha querida esposa. O último avião está lotado.

Aí nós todos vimos a esposa, em quem ninguém tinha reparado, e era mesmo a esposa dele na vida real, que nós conhecíamos: uma mulher de cara comprida e boca de boneco de ventríloquo. Tinha o cabelo preso numa echarpe e sentava-se no meio da sala numa cadeira que parecia de barbeiro. O marido, depois do seu pequeno discurso, pegou um frasco cheio de um líquido leitoso e, chorando sempre, começou a molhar um pedaço de algodão no líquido e a tirar a maquilagem da mulher. Indiferentes à indignação geral, todo o mundo protestando, querendo saber o horário do avião, alguém dizendo que não haveria mais avião — marido e mulher começaram um diálogo sentimental entrecortado de soluços, desses tre-

O CASO DOS BEM-TE-VIS

Era um casal de bem-te-vis apaixonados. Voavam e pousavam, naquela primeira fase de amor de passarinho; namoro de asa e bico, entre o céu claro e a copa mais alta das árvores, ai, tão parecido com namoro de gente – com a diferença de que gente não pode voar.

Aliás, não seria o namoro desses bem-te-vis passado entre árvores; bem-te-vis urbanos, seu pouso natural são postes e fios elétricos. Esses dois vojavam e curtiam o amor junto à linha-tronco abastecedora da rede aérea da Central do Brasil, a qual serve os trens com 44 mil volts. Era perto de uma subestação, onde os fios de distribuição (em três fases) ficam muito próximos uns dos outros.

Fios juntos, paralelos – haverá poleiro mais lírico para passarinhos em estado de amor? A bem-te-vi donzela pousou no fio à direita, o bem-te-vi mancebo impetuosamente baixou sobre o fio fronteiro. E, naquela confrontação de fio a fio, trocaram o primeiro beijo.

Jamais, na história dos homens e dos bichos, teve um beijo tão tremendas conseqüências. Porque os inocentes passarinhos, cada um pousado no seu fio condutor de 44 mil volts, naquela rápida carícia de bico a bico, criaram um curto-circuito. Passando pela frágil cadeia dos seus corpos, a terrífica corrente os eletrocutou; mas o curto também atin-

giu o aparelho automático que desligou a corrente, paralisando instantaneamente todos os trens. O interruptor automático funcionou como um *kamikase* – conseguiu interromper a corrente, como era da sua obrigação, mas morreu no posto –, quer dizer, incendiou-se. Segundo diz o jornal, “o fogo foi nele mesmo e não chegou a desligar a energia”.

O sacrifício do automático protegeu os transformadores da subestação; assim mesmo houve tanta queima de fios e outros desastres menores que, durante quatro horas, ficou paralisada toda a rede de trens elétricos da Central do Brasil.

Por um beijo de passarinhos, meio milhão de pessoas – que é esse o número de usuários dos trens da Central no período – ficaram durante meio dia sem poder chegar ao trabalho: só o beijo imortal trocado por Helena e o pastor Páris, que desencadeou o lançamento de mil navios e causou a guerra de Tróia, pode lhe ser comparado.

E é por fatos assim que a gente verifica a fragilidade da chamada civilização. Como é que dois bem-te-vis – tão pequeninos que os dois juntos não pesarão meio quilo – podem determinar tão gigantesca perturbação na vida da metrópole, tal confusão e prejuízo a tão imensa quantidade de homens: meio milhão.

Isso acontece para quebrar o orgulho dos técnicos; eles podem muito, mas não podem tudo, e de vez em quando Deus Nosso Senhor suscita um fenômeno – servindo-se das mais pequeninas e frágeis entre as suas criaturas – no caso dois passarinhos – para pôr em xeque a soberba do homem com as suas máquinas.

A gente vê as imensas composições passando, carregadas de gente até do lado de fora, naquele estrépito de trovão que abala as pontes de concreto e aço – e aí vêm dois bem-te-vis – novo Romeu, nova Julieta – e tocam de leve os bicos numa carícia fugitiva – e as dezenas de trens

se imobilizam e os automáticos se incendiam e vai tudo numa confusão de fim de mundo.

Vocês morreram, é certo, pobre casal de bem-te-vis apaixonados; morreram, mas serviram para provar um ponto importantíssimo de filosofia: de que adianta a arrogância dos homens, se um singelo amor de passarinho tem força para reduzi-la a cinza e fumaça?

(Rio, 29.9.1971)

O BRASILEIRO PERPLEXO

Você me peça a Lua que eu te dou a Lua, meu bem; mas dez mil cruzeiros não pode ser. A gente na vida tem que tomar o costume de desejar o impossível, porque o possível é muito mais difícil. O impossível, como não se alcança nunca, acaba se dizendo que afinal eram sonhos, e o sonho é no sonho que fica. Já o possível a gente pensa que se quisesse mesmo, se tentasse e fizesse força... E aí começa a amargura.

E ainda mais, o que é possível é uma espécie de saco sem fundo, todo dia aparece novidade. Você hoje quer dez mil cruzeiros, amanhã serão vinte mil, ou é um relógio, um sofá Drago, uma televisão. O impossível, você fala nele e não se azeda – é viagem a Paris, ou ser artista de cinema, ou tomar lanche com o presidente no Palácio da Alvorada, ou ter cinco filhos gêmeos como aquelas Dionne – como as Dionne não, que são feias e já morreu uma, mas como aqueles quíntuplos Dilligenti da Argentina, ricos e bonitos que parecem fantasia de filme. Sendo ele impossível você pode ficar a vida inteira com o mesmo ideal; já que não tem perigo de realizar, não precisa estar mudando.

Ah! minha filha, pensa que é só você que deseja as coisas? Desejar desejo eu e desejo coisas grandes para este nosso Brasil. Desde quando eu era menina e o Getúlio andou no nosso Estado que eu sonhava Getúlio chegar na

pidação é devida ao emprego dos freios aerodinâmicos. O vocabulário do menino entesoura a nova aquisição: freio aerodinâmico. E ele fica rolando a palavra na boca como um doce.

Afinal o avião toca o solo... uma vez, outra... como andorinha que pouso e levanta os pés, experimentando.

Já se pode desafivelar o cinto. Já se pode apanhar a frásqueira debaixo do banco, os casacos na rede. O comissário realiza aquela fascinante manobra de abrir a porta — igualzinha a uma porta de astronave. A luz do sol invade o avião. A aeromoça calçou as luvas e o menino a cumprimenta solenemente. Suspira:

— Nunca mais vou me esquecer deste avião!

E se encaminha para a escada, o primeiro passageiro a descer, a enfrentar a aventura nova que será a descoberta da cidade.

(Ceará, 9.9.67)

O QUENTE E O APERTADO

SEMPRE DEFENDI com paixão a teoria de que o homem não nasceu para viver nestas imensas cidades — formigueiros onde se concentra. Que a natureza humana pede espaços abertos, as distâncias curtas, os ares limpos, o viver natural do campo.

Mas outro dia essas minhas crenças — que na verdade exprimem as preferências mais veementes do meu coração — viram-se abaladas depois da leitura de um artigo não assinado, em jornal. Dizia o anônimo articulista que, ao contrário do que se clama, o homem não gosta de viver no campo, realmente detesta viver no campo. Que o homem acima de tudo é um animal gregário e só lhe apraz andar em bandos e enxames, como formigas ou abelhas.

A gente pensando — vai ver que é isso mesmo. O maior castigo que se pode impor a um homem é a solidão. Pior que os açoites ou correntes, há o castigo intolerável: o confinamento solitário. À natureza profunda do ente humano repugna ver-se isolada do convívio dos seus semelhantes, e o pior de todos os castigos é aquele que fere a nossa natureza profunda.

Vê-se aquele horror de pessoas amontoadas nas horas do rush nos trens da Central — é horror sim, mas logo se descobre que as pessoas gostam daquilo. Senão davam um jei-

to. Não se dá jeito a coisas mais difíceis? Mas sentir-se amontoado, compactamente aglutinado, perdida a nossa identidade dentro do grupo, disso, obscuramente, é que se gosta.

Que é que o homem entende por divertimento? Carnaval, procissão, barraquinha, quermesse, parada, baile: — aperto, multidão.

Recordo uma noite de carnaval no velho Highlife, tanta gente pulando no salão que dava para desmaiar. Chamamos nosso primo que viera conosco:

— Vamos para o jardim, aqui está quente e apertado demais!

E o primo, enxugando o suor do rosto, vermelho e sem fôlego, deixando-se arrastar por um tentáculo de cordão que ia passando perto:

— Mas eu gosto é de quente e de apertado!

É isso a gente: o quente e o apertado.

O camponês vive nos seus matos e só tem uma idéia: fugir dali, largar aquelas brenhas e aquela solidão, procurar a cidade, a aglomeração humana. Então deixa o sertão e a serra e se tocam todos, ele e os demais, para Rio e São Paulo, qualquer cidade grande, em procura de vida melhor, sim, mas principalmente em busca daquela atração maior de todas: a pululante companhia humana.

Aliás, pensando bem, a gente só se engana com isso porque quer. Desde os começos do tempo que o homem se agrega, se amontoa. Partindo do casal logo se chega à família, à tribo, à horda, ao povo, à nação, ao império. Quanto mais gente, melhor. O objetivo é congrega, uns porque aspiram a dominar; os mais, que aceitam ser dominados conquanto a dominação lhes permita continuarem como unidades do rebanho. Rebanho: está aí o que o homem gosta de ser. Inventa palavras bonitas, nacionalismo, catequese, divisão dos frutos da civilização; mas o que ele quer mesmo é a proximidade, o toque, o cheiro, o convívio do chamado próximo. Bem próximo. A inefável promiscuidade.

Desde o índio. Toda a mata é deles, são uns poucos milhares, às vezes poucas centenas. Por que não se espalham para a caça e a pesca cada um com o seu arco e o seu lan-duá? Qual, têm que viver amontoados, juntam-se em ocas coletivas onde a tribo inteira dorme mais apertada do que marinheiros num porão de navio.

E as cidades antigas, dos hititas à Idade Média? Em qualquer cabeça de morro levantavam um muro em círculo e toca a apinhar gente ali dentro. As ruas eram corredores, os andares se trepavam uns sobre os outros. Não foram os ame-

ricanos que inventaram as moradas coletivas, superpostas indefinidamente: já as havia no burgo medievo, já as havia em Roma e na Babilônia. Os americanos, dispoendo de melhor técnica, apenas lhes aumentaram a altura.

E, falando em americano — por que dispoendo eles de toda a vastidão do continente, foram se amontoar aos milhões dentro da pequena ilha de Manhattan, entre os dois braços de um rio? E de tal forma se multiplicaram e comprimiram que, literalmente, espirraram para o ar? Não foi necessidade de defesa, nem escassez territorial, nem riqueza especial daquele solo — ali eram apenas uns alagadiços doentios. Foi mesmo a atração da promiscuidade.

E favela? Por que, tendo em redor o morro inteiro, os barcos se apertam uns sobre os outros num espaço mínimo?

E rei? Pra fugir à solidão da grandeza, reúne multidões na sua corte. O palácio de Versalhes era uma aldeia formigante.

É inútil clamar e reagir contra a megalópole, pois para ela é que o mundo anda. Só quem ama o campo e deseja viver no mato em solidão são alguns poucos excêntricos, misantropos, intelectuais sofisticados. O resto da massa humana, Deus lhe botou na alma o mesmo instinto gregário da abelha, que só sabe, só quer viver concentrada na colmeia, cada uma no seu alvéolo. Nem que morra por isso.

(Rio, 24.3.71)

DIA FELIZ

OUTRO DIA alguém indagava o que a gente considera os seus maiores prazeres. Para uns seria viajar, para outros vinhos finos, ou o álcool propriamente dito disfarçado em *scotch*, um jovem falou em dança, esporte, praia; alguns lembraram teatro, cinema, baralho, leitura, música, a *grande cuisine*. Engraçado, ninguém falou em amor. Creio que estava implícito, para aquela gente bem-criada, que amor não é prazer, é sentimento.

Passada a conversa, fiquei pensando. Prazer ou felicidade, sendo a felicidade um estado de prazer continuado? E o que será realmente a condição de felicidade, ou prazer continuado, para uma senhora — a velha senhora? Digamos não um mês ou um ano, mas um dia feliz?

Acordar cedo; quem passou meninice e adolescência entre uma mãe madrugadora e o colégio interno, fica para sempre condicionado e jamais acorda tarde sem sentimento de culpa. Então digamos, acordar cedo, espontaneamente. Olhar pela janela o sol já claro, mas ainda não quente; espiar na cama vizinha o outro que dorme — ah, respira tranqüilo, tem a cor boa, atirou a coberta no chão, como de costume: está tudo bem, graças! Abluções, robe — e aí chega a hora verdadeiramente feliz do dia todo, que é esperada com um suspiro de antecipação. Um gole de café preto, um cigarro e, dobrados junto à poltrona da sala, inviolados, cheirando a tinta — os jornais do dia. Ah, o prazer requintado de ver as manchetes e a previsão do tempo, e depois começar a sério, sem interrupções, a operação da leitura! É a própria bem-aventurança, que paga antecipadamente as muitas amolações e tormentos do dia que está para vir. Se não há solicitação urgente, estiram-se os jornais por uma hora, hora e meia. Aos domingos podem durar até três horas!

Depois, é a hora do trabalho; trabalho nunca é bom; no melhor dos casos, é apenas sofrível, e pode às vezes ser intolerável. Mas tudo tem um fim — é essa a nossa humana garantia — e afinal se fecha a máquina, se põe o escrito no envelope, que fica à espera do *boy* do jornal ou da editora.

E aí começa a ignorância. Talvez seja preciso sair, aprontar-se, tomar táxi. Durante todo o tempo, telefone, telefone. Por dois telefonemas bons, daqueles de amigo, que a gente identifica até pelo gentil tocar da campainha, há cinco telefonemas de chatos. E em redor da gente, a vida, urgindo. Nada pode esperar; as providências, as compras exigindo execução pessoal ou delegação desconfiada. No meio de tudo o almoço tarde, a comida de pouca caloria — ou de novo sentimento de culpa estragando o sabor do feijão e da banana frita, mal compensados pela hipócrita sacarina no café.

Raramente os meados do dia são bons; pode haver um oásis — visita do neto com o cachorro, visita da mãe do neto, e pode haver o prêmio extra dos dois ficarem para almoçar. Aliás os três, e nesse caso o almoço deixa de ser *corvée* para ser prazer mesmo, com incursões à cozinha e a improvisação de churrasquinhos e panquecas.

Renovam-se as tribulações, com outro curto oásis — o jornal vespertino com os seus vinte minutos de recreio.

Afinal anoitece. O povo da casa tranca-se cada um com a sua TV — e enquanto eles vêem novela e banguê-banguê, a gente janta quase sempre só — um bife, um sanduíche, mastigado devagar, com o livro apoiado à garrafa d'água. Salvo dia de visita — mas visita para jantar não é toda a noite.

a crescer dois palmos de altura, mas daí não medra, porque é o fim do inverno. Raro é o roçado que não tem pelas beiras de cerca suas carreiras de milho de canção.

Agora, quando a tarde cai é que é triste. Do outro lado do açude a mãe-da-lua, que já foi moça, ainda espera pelo noivo embarcado e fica chamando e se lastimando:

— Paulo, ôô Paaulo! Foi-se! Foi-se! Foi-se!...

E mais triste é a coã, que em outros lugares também chamam acauã. Minha ama me embalava com uma cantiga que imitava o cantar da coã; e ainda recordo um verso que dizia assim: “Adeus, coã, que me vou! / Saudades, coã, de amor!...”

Ah, são muitos passarinhos. E sempre tem um cantando, as mais das vezes nem se identifica qual é.

(Ceará, 19.5.71)

A MORTE DOS ASTRONAUTAS

HÁ MUITO TEMPO que eu venho dizendo isso: o homem atual, o homem *físico atual*, o *organismo desse homem*, ainda não se condicionou aos progressos por ele próprio criados e não tem condições de sobrevivência quando posto a usar os aparatos de sua invenção.

A morte dos três astronautas russos veio provar a exatidão dessa tese. Tudo parecia tão certinho; ia a *experiência* tão bem que até repolhos cresciam na estação espacial. Os rapazes pareciam maravilhosamente adaptados — 27 dias no cosmos! Já se faziam projetos delirantes, já se pensava em botar em órbita toda uma frota de asteróides capaz de acomodar lá em cima até o excesso de população do planeta. Ah, eram os sonhos mais miríficos. Esqueceram, porém, os planejadores, que tão bem cuidaram dos mais mínimos detalhes mecânicos e matemáticos, esqueceram-se das limitações do material humano — que não pode, como uma liga metálica ou uma bateria elétrica, ser melhorado em resistência, tolerância a pressão, a calor, a frio, a falta ou excesso de gravidade. Esqueceram as peculiaridades do nosso imutável saco de tripas, nossa perecível constituição de matéria orgânica e o delicado equilíbrio que o seu condicionamento exige.

Aliás, eles se enganam porque querem, ou porque o orgulho ou a ambição os cega. Já antes tinham muitos indi-

cios de perigo. Os mergulhadores, por exemplo: quem não sabe que o organismo humano, posto sob pressão, precisa ser colocado por determinado prazo em câmaras especiais de descompressão, para poder enfrentar o nosso ar comum? Por simples analogia, tinham eles que pensar nos efeitos da súbita volta à gravidade em quem passou um mês ausente dela. No mínimo, os astronautas teriam que passar por um tratamento inverso ao que é dado aos escafandristas. É verdade que aparentemente nada sofreram os que foram à Lua ou andaram dias em órbita. Mas deverá haver um nível de tolerância — e, evidentemente, esse nível de tolerância foi ultrapassado pelos astronautas russos.

E tudo isso dentro da hipótese de que os homens morreram devido à sua volta intempestiva à gravidade terrestre. Mas outras mil podem ter sido as causas do desastre, entre a infinidade de perigos que ameaçam a fragilidade humana sujeita às condições do espaço exterior.

O homem é um animal preparado, por milhões de anos de evolução, para a vida na crosta terrestre, dentro de uma determinada faixa de temperatura, de pressão atmosférica, respirando uma específica mistura de gases, alimentando-se de substâncias orgânicas de origem vegetal ou animal. Quebrar o seu delicado equilíbrio biológico, submetendo-o a condições de vida completamente diversas daquelas para as quais é condicionado, só pode dar em morte. Porque o organismo vivo tem isso: é maravilhoso, mas é inviolável. A técnica moderna tem obrado feitos prodigiosos, mas é incrível como esbarra nas artes e ciências que lidam com o organismo animal. O homem vai à Lua mas ainda não cura a gripe. A pílula anticoncepcional é um grande trunfo dos biólogos — mas ainda é um instrumento empírico, cujas conseqüências para a espécie, a longo prazo, ninguém pode prever. Parecia que um passo gigantesco fora dado com os reimplantes de coração. Mas logo veio a barreira da rejeição acabar com a euforia. É de crer que, assim que a natureza descobre que se tenta algo destinado a interferir com o equilíbrio específico dos seres que ela produz sob determinada receita, age drasticamente. Parece claro que há uma linha que até hoje não pôde ser transposta e talvez não seja transposta nunca. Dali para diante é tabu.

Que o homem sonhe libertar-se da sua condição natural, e enfrentar mar e céu e agora os astros — sem ter as condições físicas necessárias para essas aventuras —, será esse

o indício de sua alma imortal? De qualquer forma, é a sua tragédia.

(28.7.71)

O REI

A VELHA MARICA LOPES moradeira na fazenda de minha avó, entrava pela casa dos 90: tinha sido rendeira célebre, mas já então os olhos gastos não lhe permitiam mais do que fazer filé de almofada, para ser tecido depois em labirinto e crivo. Um dia cheguei lá e dei com ela no terreiro numa roda de moleques, aprendendo a jogar bola de palha, que é uma espécie de peteca feita com palha de milho. Me vendo, sentou-se no batente na porta, gorda e bufando. E como eu estranhasse aquele esporte violento na sua idade, ela me disse que "o velho paga para o menino" e então me contou a história do rei.

Era uma vez um rei que começou a reinar com três anos de idade; aos quatro anos já andava com a coroa de ouro na cabeça, governando; com doze já tinha rainha ao lado; aos vinte a barba lhe batia na cintura.

Mas no dia do vigésimo nono aniversário do rei, que todos já consideravam um velho à espera dos netos, o povo que veio tocar alvorada na porta dele, segundo o costume, viu sua majestade aparecer à janela ainda de camisola, fazer uma careta para os súditos e sair pulando amarelinha nos ladrilhos da sala. Depois deu para saltar feito macaco dos caibros para os armadores, dos armadores para as ripas, em tempo de atirar o telhado no chão. O povo abriu a boca num bué, certo de que o rei tinha ficado doido. Chamaram o bispo, padrinho dele, que nem teve tempo de botar a mitra, e veio assustado, com uma caldeirinha de água benta, exorcizar o rei; mas no que abria a boca para dizer "T'esconjuro, abrenúncio!" o rei deu uma risada, sentou-se na rede, balançou-se um pouco e explicou ao bispo:

— Não se assuste, meu padrinho, eu não estou doido. Mas hoje é dia dos meus anos e de madrugada acordei e me deu um baque no coração: quase desde a hora em que nasci me puseram neste cativo de reinado, e eu nunca pude ser criança nem menino. E então fiz uma jura de hoje mesmo tirar o descontento e me gozar de tudo que por culpa dos outros perdi!

Aí pediu licença e bateu palmas e quando o moleque apareceu o rei mandou buscar uma rapadura no paiol; em vez de tomar café de leite com bolo, ia tomar um chibé de rapadura. Riu-se de novo meio encabulado e explicou:

— Faz 25 anos que eu sonho e sinto esse desejo.

Depois, para não perder tempo, desarmou a rede, desatou a corda, e pôs-se a pular corda enquanto a rapadura não chegava.

O bispo chegou na janela e explicou o caso que havia. O povo até chorava, de pena do rei. E então retiraram-se todos com a banda de música, deixando o pobrezinho vadiar em paz.

Isso não é um apólogo nem nada. Foi só saudade da Marica Lopes, minha mestra no trocado de bilros e que entendia de repressões infantis sem ter nunca ouvido falar em Freud. Ontem todo o mundo estava discutindo Freud numa casa onde andei e só diziam bobagem; e aí eu me lembrei de Marica Lopes.

(Rio, 9.3.75)

OS BONDES

PODE SER FANTASIA, papel leva tudo, diz o povo, mas das gentis novidades que os jornais prometem por obra do novo prefeito do Rio, a que mais me entusiasma será a volta dos bondes, imagina, os bondes. Nem acredito, a tanto não chegam as minhas veleidades. Bonde circulando pela rua, a gente esperando no poste de listra branca, escalando o alto estribo, instalando-se no velho banco de madeira, abrindo o jornal e deixando o motorneiro correr, o vento nos banhando o rosto... E o dito motorneiro badalando na sua campa delém-delém! e o condutor tilintando os níqueis no nosso nariz distraído, faz favor! — e marcando as passagens na caixa sonora do teto, e a gente puxando a sineta para descer e os pingentes circunavegando os carros — não, não ousou acreditar. Bonde, o mais civilizado veículo concebido pela técnica, bonde que não esquenta, não queima óleo, não vomita fumaça, não buzina, não sai do caminho, não ultrapassa os outros, não abalroa, não agride, não vira em canal, não despenca de viaduto, não caça pedestre, não fura pneu, não quebra barra de direção, não dá tranco para acomodar a carga humana, não depende de um moto-

rista sofrendo de psicotécnica, mas de um motorneiro pa-chorronto, bonde, ah, bonde, não sei o que diga em teu louvor, já que, plagiando Manuel Bandeira, por mais que te louvemos nunca te louvaremos bem!

Sim, sei que são sonhos. Mas como para Deus nada é impossível, por que não um milagre? Um anjo pode inspirar o prefeito e ele começar, tentativamente, pondo bondinhos a correr pela periferia da cidade, subúrbios, ilhas, esses lugares cariocas mais pacíficos. Na Ilha do Governador, por exemplo, de onde tiraram os bondes foi um crime, com aquelas ruas estreitíssimas à beira-mar, onde só o bonde, preso ao trilho, circulava por elas sem risco. Depois dos ônibus, é só verem as estatísticas, morre lá mais gente atropelada do que de assalto.

E a experiência dando certo em Campo Grande, Santa Cruz — os felizardos! por que não ousar uma tentativa pelo Leblon, talvez um circular pela Lagoa, seria muito turístico. Ou, ainda melhor, uma linha Leblon—Arpoador, ao longo da praia, de onde seriam expulsos os automóveis; nos bondes, os banhistas poderiam circular até de calção molhado — devolvendo-se ao uso a venerável instituição do taioba.

Falei em taioba. Alguém já pensou que, depois de extintos os bondes de segunda classe, não existe mais maneira alguma de pobre carregar seus fardos — lavadeira a sua trouxa, mascate a sua mala, vassoureiro as suas vassouras, verdureiro a sua cesta? Que foi que botaram em substituição do bonde taioba? Nada, claro. Quem pôde, comprou a sua bicicleta ou triciclo para atravancar ainda mais o tráfego. Pobre cada dia tem menos vez.

Nos tempos de eu mocinha, em Fortaleza, era de bonde que se namorava. O primeiro sinal de interesse que o rapaz dava à moça era pagar a passagem dela. Se ela aceitava, estava começado o namoro e o galã tinha direito de vir sentar-se ao seu lado, ou pendurar-se no balaústre, junto, se ela ia na ponta do banco. Menina namoradeira escolhia sempre a ponta do banco, para facilitar.

Em Belo Horizonte, no bonde que, do Bar do Ponto, subia a Rua da Bahia, quando o condutor ficava quieto lá atrás, já se sabia: era o Senador Melo Viana que vinha naquele bonde e pagava a lotação inteira. Todos se viravam em procura do perfil severo do senador que lia o seu jornal; de um lado e de outro pipocavam discretos agradecimentos mineiros e o senador se mantinha impassível, embora, naturalmente, gratificadíssimo.

As moças da Tijuca aqui no Rio, que vinham trabalhar na cidade, bordavam no trajeto de bonde grande parte do seu enxoval; muita velha senhora tijuicana, hoje em dia, há de lembrar-se disso. As de Ipanema não sei, nunca me contaram. Mas todas essas galanterias se acabaram. Hoje, em transporte coletivo, só se escuta palavrão, resmungos e ranger de dentes.

Então, ante a dura realidade, ante os dinossauros assassinos disparados pelo asfalto, deixem-me sonhar com os bondes. Nesta cidade feroz, seria cada bonde uma ilha de segurança, de amável fraternidade, sempre cabia mais um! ai, saudades.

Nosso reino por um bonde!

(Rio, 7.4.75)

OS TEMAS ETERNOS

RECEBO UMA CARTA onde o correspondente reclama por que nós, jornalistas, sempre fugimos dos temas eternos. Por que só nos comprazemos com o efêmero — a carestia da vida, as dificuldades da existência urbana, as deficiências dos serviços públicos, os dramas do cotidiano e outras infelicidades transitórias?

A primeira resposta que ocorre é que a gente se ocupa do efêmero porque não tem grandeza suficiente para tratar do eterno. Mas depois dessa reação de humildade, vem a pergunta: na realidade que é que pode ser chamado, em termos humanos, de efêmero e de eterno? Parece que o que se considera eterno ou "temas eternos" são: a Arte, a Beleza, a Ciência, a Religião, o Amor e a Morte. Pelo amor e morte, vá, que são mesmo eternos. Mas os outros conceitos — de beleza, religião etc., serão eles menos transitórios que as outras preocupações humanas?

Conceito de beleza, por exemplo: nada mais variável. E não só o da beleza feminina que nos primeiros lustros do século rondava pelos 70 quilos de peso e hoje (*hélas!*) não pode passar um grama além dos 50. Quem duvidar procure descobrir uma mulher que tenha exatamente as medidas do padrão universal da beleza que é a Vênus de Milo; vistam-na numa roupa de hoje em dia e será um escândalo! A Vênus terá que ir para a dieta, perder pelo menos uma arroba das suas divinas enxúndias. E teremos então uma lição prática de como variam os critérios de beleza.

enjoados que já andavam de sardinha e mortadela, partilharam com gosto do galetto. E a filha, de *short* e frente-única, dava risadinhas dengosas quando o barbudo lhe oferecia as asinhas. Depois, os moços mataram uma cobra que apareceu, atraída talvez pelo calor do fogo. Tiraram das entranhas do Fusca um violão e uma esteira e, enquanto os outros se recolhiam às suas barracas, eles se estiraram na esteira e ficaram cantando devagarinho algumas das piores músicas do último festival.

Com mais, ligado o rádio do Corcel, viu-se que eram 10 horas, e todos foram dormir.

Pelas tantas — ainda os galos não cantavam —, o velho ouviu um rumor, saiu da barraca e quase caiu pra trás: o Corcel ia se afastando devagarinho, empurrado pelos moços. O velho gritou: — “Ladrão!” e correu para impedir o furto. Mas os moços, vendo-se descobertos, desistiram de sair em silêncio, meteram-se no carro, deram partida e ganharam a estrada. O velho correu um pouco atrás, mas logo ficou botando a alma pela boca e passou a chamar pelo genro: “Jurandir! Jurandir!”. Jurandir porém não vinha e logo a velha descobriu por que — estava amarrado e amordaçado dentro da barraca. Quanto à filha, sumira.

Desatado, Jurandir explicou que fora atacado quando dormia: já acordara amarrado, quando lhe punham a mordada. A mulher, taparam-lhe a boca com um pano e a levaram à força, se debatendo.

Sogro e genro resolveram partir no Fusca em perseguição dos bandidos: procuraram chave na ignição, só viram os fios em ligação direta — decerto fora roubado também. (O tanque estava quase a zero mas ainda os levou à rodovia. (A velha ficara tomando conta dos trastes.) Cem metros além na pista, o Fusca parou, seco. Por fortuna, passou um caminhão, deu carona, eles contaram o roubo e o motorista os levou até à delegacia da cidade que ficava próxima.

A perseguição foi uma novela: a Polícia Rodoviária já conhecia aqueles dois e andava atrás deles. Com telefone e telegrafo, conseguiram acuá-los antes de chegarem a Tucano, quando o combustível do Corcel se acabou. O barbado se entregou, o outro conseguiu escapar pelo mato. Jurandir correu para a sua mulherzinha, jogada no banco de trás do carro vermelho. Ele murmurava: “Calma, minha filha, calma.” Mas, sem mordada nem pulsos atados, cabelo solto e roupa amarrotada, a moça estava muito calma. E Jurandir, dando-lhe a mão para descer do carro, teve a impressão de que ela tinha até um ar saciado e feliz.

[Rio, 4.11.73]

SOCIEDADE DE CONSUMO

OUTRO DIA li um conto policial, passado em Nova Iorque, e que me impressionou. Tratava-se de um pequeno empregado no comércio que, vindo da rua e entrando no seu quarto de pensão, descobre que um ladrão lhe havia carregado todos os seus tesouros: a máquina de escrever, o relógio de pulso, o rádio de pilha, a TV portátil, o gravador, o toca-discos, o cobertor elétrico, o barbeador e a escova de dentes também elétricos, o abridor de latas idem, o ferro de engomar, o *percolator* (de fazer café), o isqueiro a gás. (Talvez houvesse mais coisas, porém só me lembro dessas.) É essa a parafernália de um rapaz solteiro, modesto, que mora só em uma grande cidade. Pois, se fosse casado, o equipamento duplicava — batedeira, liqüidificador, enceradeira, aspirador, torradeira, *grill*, faca elétrica, refrigerador, condicionador de ar, ventilador, máquinas de costura, de lavar roupa e louça, etc., etc. E automóvel, claro.

Gadgets. Máquinas. Isso é a suprema aspiração do homem da sociedade de consumo. A descoberta da prestação lhe permite adquirir todas as maquininhas que supostamente devem fazer tudo em lugar dele; que lhe enriqueçam a vida com música, imagens, informação, arte; lhe proporcionem um meio ambiente artificial e ameno sem as agressões do ambiente natural.

E nem é preciso fazer-se referência aos confortos que já se tem como função natural da vida urbana — a eletricidade, o telefone, o gás, a água, o cinema, os transportes, o asfalto. A residência de bom piso, boa parede, bom teto, vidraças, portas, fechaduras; a máquina de morar.

Para ter isso tudo, hoje, não se carece nem sequer de viver nos Estados Unidos, o paraíso da sofisticação técnica; qualquer cidade de interior já lhe pode oferecer todas as regalias do progresso. Nem mesmo é mister ser rico — a prestação trouxe a democratização do crédito.

Mas uma experiência extraordinária é observar o processo da penetração da pompa técnica na esqualidez primitiva da nossa vida rural, tão perto ainda do bugre.

A máquina de morar reduz-se a simples abrigo contra intempéries — paredes de taipa, teto de telha-vã (ou de palha), chão de terra batida. O fogão de jirau, o pote da água, a lamparina, a rede de dormir. A faca-peixeira que é utensílio de mesa e cozinha e arma de ataque e defesa. Uns pratos, duas colheres, um caneco, dois tamboretetes. O grande luxo é a mesa de três palmos encostada à parede da sala.

Nessa nudez, a civilização se insinua, mas não, como seria de esperar, pelos objetos de utilidade, e sim pelas coisas que falam à imaginação ou dão *status*. O rádio de pilha que toca música e dá notícias do mundo; o relógio de pulso — mais pelo enfeite que pela hora. Em seguida, entra a máquina de costura, que talvez foi precedida pelo moinho de milho. E aí dá-se o grande salto — o fogão a gás engarrafado, seguido da bateria de alumínio.

Dai por diante, já se perdeu a inocência; e a família rural trata de ir para a "rua" mais próxima. De lá toma o ônibus interestadual e emigra para Rio ou São Paulo. Onde, numa favela, se recomeça todo o ciclo.

(Rio, 5.10.73)

JOGA, CUNHADO!

QUEM SOBE DE NAVIO o rio Amazonas, a umas seis horas de Belém, depara com uma das maravilhas daquela espantosa natureza, ao cruzar os chamados *estreitos*. No começo do seu delta, o rio-mar caprichosamente se deixa semear de ilhas, ramifica o seu caudal em infinitos braços, como para variar da imensidão vazia. Os dois principais estreitos, nesses capilares do gigante, são o de Breves e o do Boiaçu (Cobra Grande), e é pelo último que navega o nosso *Ana Nery*. O navio é grande, contudo chega a passar tão perto da margem que dá para se avistar o lá dentro das casas de jirau dos caboclos, na barranca. A marola que o vapor faz se encachoeira nas margens como querendo arrancar os paus de beira d'água. Há momentos em que até parece que o navio está vogando no meio da floresta — o que não deixa de ser verdade; quase que se estendendo a mão se tocaria na folhagem das árvores.

Apesar disso, a feição mais inesquecível dos estreitos é o seu elemento humano: os *cunhados*. À medida que o navio avança cauteloso pelas águas apertadas, vai lhe aparecendo ao redor um formigueiro de canoas — ou montarias, ou pirogas, ou aatás, não sei como as chame —; parecem moscas em redor de um prato. Longas de dois a três metros, estreitas, são manobradas por uma só pessoa, raramente duas. E eu digo pessoa no sentido de que menino de quatro anos seja pessoa, e velho corcunda, e adolescentes de canela fina, e mulher barriguda, e mãe de dois ou três curumins

pequeninos que lhe sentam entre a pernas, e moços fortes, moças de vestido vermelho, e velhinhas de cachimbo; todos manobram as canoas com espantosa destreza e segurança, cavalgando a onda larga que o navio levanta, cortando-a de lado, ao rápido movimento dos remos em formato de folha de aguapé, pintados de cor viva. E lá de baixo, erguendo os olhos para os cinco andares do navio, eles soltam um grito chorado que é quase um canto e lembra muito um aboi de vaqueiro:

— JOGA, CUNHADO! JOGA, CUNHADO!

(Isso de chamarem os passantes de *cunhados*, eles o herdaram dos índios, que chamam *cunhado* ao estrangeiro que querem honrar, adotando-o simbolicamente na família: "Entre, cunhado; coma, cunhado!")

A bordo, a passagem pelos estreitos e a chegada dos *cunhados* é um dos itens do programa turístico; antecipadamente, passageiros e tripulantes preparam um monte de sacos de plástico contendo pão, biscoitos, cigarros, fósforos, agulhas, linha, roupas. Os pacotes são jogados nágua, bóiam e, com incrível habilidade, contornando ou aproveitando a correnteza, os *cunhados* os apanham; menininhos incrivelmente pequenos colhem na água os embrulhos com uma elegância de toureiros e logo acenam para o navio, agradecendo. Os passageiros, lá do alto, se compadecem e choram: "Que pobreza! Que pobreza!" Sim, a pobreza ali é grande e os presentes do navio são duramente disputados. Mas há também, naquela pescaria dos *cunhados*, um elemento de jogo, uma competição de destreza, que deve representar parte importante na operação. Na vida deles, tão rude e paupérrima, os pacotes no rio devem exercer uma função dupla de utilidade e diversão; e calculo que, entre os *cunhados*, valha tanto o precioso conteúdo dos presentes, como o título esportivo de campeão apanhador.

(Amazonas, 10.5.72)

AMIGOS

SIM, amigo é coisa muito séria. Acho que a gente pode viver sem emprego, sem dinheiro, sem saúde e até sem amor, mas sem amigos, nunca. Pois o ami-

Era fim de outono. Também no Vermont, nos Estados Unidos, em novembro, meu Deus, não fosse o testemunho das estrelas no céu, tão diversas, e o povo todo falando inglês, e a comida inconfundível, a gente podia jurar que aquele novembro era em pleno sertão do Quixeramobim. O chão cinzento, a mata rala desfolhada, os bichos comendo capim seco, as águas escassas depois dos calores do verão. A terra como adormecida, esperando o despertar para desabrochar. Tal e qual como nós. A única diferença era a espera da neve e do frio — e nisso nós levamos vantagem, pois ninguém pode comparar o conforto da ventilação marinha que nos banha a terra toda, o sol claríssimo, os lindos luares, as noites frescas, as madrugadas esplendorosas, com o frio e a umidade e a neve nos telhados e o gelo no chão, e tudo trancafiado a tiritar, procurando aquecimento.

Mas vem aqui algum carioca, ou paulista, ou goiano, na quadra estival, para nós tão propícia e logo exclama: — Que horror! Como se pode viver assim? Coitada dessa gente! Cade os retirantes?

Não sabem que retirante é assunto de seca, e verão não é seca. Não sabem que é por causa do verão que nós praticamente não conhecemos moléstias, não sabemos o que é impaludismo, boubá, mal-de-chagas, febre amarela, aqui não dá berne no gado, e, se aparece alguma aftosa ou raiva, é sempre trazida de longe.

Mas não adianta explicar, que eles não entendem. Vêm um rio seco; não pensam que é uma ocorrência sazonal, regular, se espantam, acham que houve calamidade. O rio secou!

Não sabem que nos calores do verão a terra dorme e os homens folgam. Pra depois rebentarem em flor e fruto, com as águas novas.

(Ceará, 7.7.71)

A CASA E A MÁQUINA

DENTRO DAS NOSSAS casas de cimento e vidro escutam os protestos do ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki e sentimos o consolo da sua ilustre solidariedade. Mas creio que já vem tarde. Por esta fase da civilização, pelo menos, teremos que nos conformar em vi-

ver dentro das condições que nos são impostas pela moda arquitetônica e ambiental. Novos-ricos em lua-de-mel com a técnica, os homens de agora não acreditam mais em vida natural, o seu ideal de conforto e *status* é o que as máquinas lhes dão, sem se importarem com o que as máquinas lhes tomam.

Maquinolatria. É esta a nova fé.

O Ministro Ueki reclama e muito bem contra a arquitetura que domina o Brasil, agora; arquitetura que tem horror aos elementos naturais do ambiente e faz questão de manter os usuários dos seus prédios em condições rigorosamente artificiais, como se eles não ocupassem o seu hábitat nativo, onde proliferam homens e bichos há uma dezena de milhões de anos, usando e adorando o Sol, eterna fonte de luz e vida. Os novos buracos de morar inventam-se não para homens nados e criados no planeta Terra, mas para inquilinos de uma cápsula espacial ou uma colônia na Lua.

Aí está Brasília para quem quiser ver. Linda, claro, mas em alguns casos tão insensata que a gente até duvida. Edifícios que crescem tanto debaixo do chão quanto por cima dele — e por que debaixo do chão? E tudo tão fechado em cima quanto embaixo. Tudo lacrado no vidro e no alumínio, para que um sopro de ar de fora não penetre.

E, como diz o ministro, tudo revestido de cortinas porque há que tapar a transparência do vidro que deixa ver a luz do Sol e a paisagem exterior. A idéia, parece, é criar condições artificiais tão perfeitas, que o mesmo edifício possa ser construído na Groenlândia ou na África equatorial, no Canadá e no Amazonas, sem nenhuma alteração importante.

O ar se aquece ou se esfria conforme a necessidade, e tudo se faz por intermédio de máquinas, climatizadores, focos de luz, elevadores. Parece que esses arquitetos sofrem de horror e repugnância ao natural, e a concepção que têm de paraíso seria o universo de um robô.

Não entendem que a máquina deve ser apenas corretiva ou supletiva das falhas do ambiente natural, que o homem é um bicho da terra e não uma criatura de laboratório. A arte e a indústria podem lhe aliviar os desconfortos excessivos, mas não condicioná-lo à existência de um micróbio de proveta. Desde a hora em que nasce numa sala de partos esterilizada até que morre noutra sala igual, a de Tratamento Intensivo, o homem moderno é maquinizado. E vocês já pensaram que, com o tempo, isso pode começar a gerar monstros, uma etapa mutante robotizada, do velho *homo sapiens* criado do barro?

E depois como é caro. Em vez de uns milheiros de tijolos e alguma madeira que isolavam a morada contra o sol e a chuva, o calor e o frio, em vez do sábio jogo de janelas criando correntes cruzadas de ventilação, em vez do vidro usado apenas como pequena vidraça para admitir a luz do dia — sim, em vez de em casas, nós praticamente vivemos em máquinas sofisticadas, dependendo em tudo da corrente elétrica — a caríssima corrente elétrica. Além do custo da construção, pois, acrescenta-se o custo da manutenção. E se a corrente elétrica dá pane, então o mundo se acaba, é o caos, é o pânico, como aconteceu anos atrás em Nova Iorque, no seu histórico *black-out*.

E como é estúpido. Fortaleza, minha terra natal, lavada dos ventos da praia, tapa as janelas e liga o condicionador de ar! E tapa aquele sol radiante, acende o globo de luz. Nos navios, trancafia-se tudo, como num submarino, como se o maravilhoso ar marinho, lá fora, fosse um gás letal. O bom é o ar de dentro, cheirando a tinta e a enjôo, viciado, depois de passar por todos os pulmões e todas as gripes de bordo.

Porém o exemplo mais gritante da maquirolatria a gente vê é nos campos de futebol. Eles pagam ingresso caro, enfrentam as dificuldades do trânsito, a fim de assistirem ao jogo com os seus próprios olhos. E ficam o jogo todo com o rádio de pilha colado ao ouvido, para que o locutor lhes conte aquilo que eles estão vendo!

(Rio, 30.12.74)

NA ESTRADA

O VELHO não é rico mas arranjado; tem seu carrinho, sua casa própria, mas o sonho dele foi sempre fazer uma dessas viagens de rico ao Rio de Janeiro, à moda de turista americano. O ideal seria um *trailer*, um desses reboques onde se mora com o conforto de um apartamento. Mas, os recursos não dando para tanto, apegou-se ao *camping* — a barraca, os trastes miúdos, o fogareiro a gás, as macas. Convidou o genro e a filha, convenceu a velha, e saíram os quatro no Corcel vermelho pela estrada afora — Rio de Janeiro, lá vamos nós!

A viagem era mais um grande piquenique, sem dia de chegada. Amanhecer com os passarinhos, fazer o café, dobrar as barracas, arrumar tudo no Corcel e começar nova etapa. Nada de motéis, pensões de beira de estrada, hoteizinhos

SOCIEDADE DE CONSUMO

de viajantes. De dia se come o que se encontra, de noite se monta o acampamento, o *camping*, que palavra linda, parece que basta ela — *camping* — para dar a quem a pratica *status* de milionário paulista.

E assim foi o primeiro dia, assim o segundo. No terceiro, já quase às margens do rio São Francisco, tinham acabado de armar as barracas numa estrada lateral (os guardas rodoviários não permitem que se acampe junto do acostamento), quando a eles se encostou um carrinho. Fusca velho, laranja nas últimas e, dentro, dois rapazes, um de cara raspada, o outro barbudo, ambos de cabelo grande. Fosse uns dois anos antes, os cabeludos impressionariam; mas hoje, quem não tem um filho, um sobrinho, um neto, com o cabelão pelo meio das costas, feito um santo apóstolo?

Deram boa-noite, pediram licença com delicadeza. Eram do Sul, tinham saído naquele carrinho velho à procura de aventuras — mas aventuras sem dinheiro — aí eles riram — não vão muito longe. Escreveram para casa pedindo auxílio que esperavam receber quando chegassem a Feira de Santana. Mas daqui até lá — estavam na pior. Então, tinham visto o acampamento da família na noite da véspera, acompanharam o Corcel até o novo ponto e vinham propor um acordo: daí em diante, viajariam juntos, eles ajudariam nos pequenos trabalhos — arranjar água, gelo, enfiar no chão os torcos das barracas, desmontar pela manhã. Tudo isso em troca de comida e alguma gasolina — o Fusca não gasta nada. Quando chegassem a Feira de Santana, pagariam tudo — com juros até, se o senhor exigisse.

O velho ficou indeciso, a velha detestou a idéia. Mas quem decidiu foi a filha: um dos moços era formoso, corpo de atleta de Ipanema, fala doce de carioca. Com aquele marido dela, tão magro, tão pequeno, tão pouquinho, é um consolo para os olhos ter por perto tamanho homem. O genro ainda quis formular dúvidas, mas naquela família genro não piava. A velha, só de ver que ele era contra, acabou aprovando. Mal sabia ela, mal sabia ela.

Com umas duas horas de conhecimento, os rapazes já pareciam da família. Aplacaram o dono da terra onde acampavam, que viera armado de espingarda verificar a intrusão, pensando que se tratasse de ciganos, e ainda arranjaram com ele um jarro de água fresca. E ao voltarem com a água trouxeram também um franguinho — comprado, roubado, ninguém indagou. Que já vinha morto, logo foi depenado, limpo e assado no espeto, num fogo improvisado. Os do Corcel,